

Berta Maria Tavares Sousa Cabral

**A DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA E AS MOVIMENTAÇÕES
INDEPENDENTISTAS NOS AÇORES EM 1975**

Uma neutralidade atenta



Universidade dos Açores

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Ponta Delgada

2013

Berta Maria Tavares Sousa Cabral

**A DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA E AS MOVIMENTAÇÕES
INDEPENDENTISTAS NOS AÇORES EM 1975**

Uma neutralidade atenta

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre
em Relações Internacionais, sob orientação do
Professor Doutor Carlos Cordeiro



Universidade dos Açores

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Ponta Delgada

2013

Aos meus filhos

Luís e Maria

Agradecimentos

A realização do presente estudo foi possível pela preciosa colaboração e apoio de diversas pessoas que se disponibilizaram a ceder informações, testemunhos orais e suportes escritos que contribuíram de forma inequívoca para os resultados alcançados. Foram vários e diversos os apoios recebidos e que a todos não será possível individualizar, pois estaria a ser injusta.

Todavia, não posso deixar de manifestar o meu profundo reconhecimento ao Professor Doutor Carlos Coreiro, meu orientador, pelo estímulo e apoio constante, pela total disponibilidade e empenho que sempre manifestou na orientação desta dissertação e cuja presença foi permanente.

Gostaria de agradecer, igualmente, a confiança do Dr. Henrique de Aguiar que gentilmente facilitou o acesso às atas da Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional que estavam à sua guarda. Agradecer também a outros antigos membros da Junta Regional, como José António Martins Goulart e Álvaro Monjardino, pela disponibilidade manifestada no esclarecimento de dúvidas.

Agradecer reconhecidamente ao general Altino de Magalhães que aceitou em ser entrevistado e ao longo da investigação esteve sempre disponível para partilhar as suas memórias.

Uma palavra de apreço, pela disponibilidade e colaboração, à Dra. Margarida Almeida, responsável pelo tratamento técnico do Fundo do Governador Civil, da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada. Agradecer, igualmente, pelas sugestões, correcções e total disponibilidade, à Carmen Ventura e ao Derrick Mendes, o meu reconhecido, muito obrigada.

Um agradecimento aos amigos com quem partilhei dúvidas e inquietações, e em particular à Fátima Sequeira Dias que desde o início me incentivou a materializar este projeto. À sua memória.

Um agradecimento especial ao Dr. Vamberto Freitas pela disponibilidade em rever as traduções.

Por último, quero agradecer reconhecidamente à minha família, aos meus pais, à Bia, sem ela não teria concretizado este percurso, e ao Carlos, sem ele não teria sido possível. Pelo tempo que vos retirei, pelo apoio sempre presente, pela compreensão, um agradecimento muito especial.

Resumo

A ideia da independência dos Açores foi uma constante no processo autonómico sendo os impulsos independentistas mais acentuados em momentos de crise económica e associados a interesses estrangeiros que oscilaram ao longo dos tempos. No período em análise, o ano de 1975, a ligação privilegiada foi aos Estados Unidos da América, mas existiram outras. No entanto, centraremos a discussão nesta. É a partir dela que se aborda a influência das forças independentistas na instauração do regime autonómico após o 25 de abril de 1974.

A correspondência trocada no triângulo Departamento de Estado norte-americano, embaixada em Lisboa e consulado dos Estados Unidos em Ponta Delgada é a principal fonte a que recorreremos, através de consulta no sítio do *National Archives*. A administração norte-americana manteve uma relação privilegiada com os independentistas. Depois da criação da Junta Regional a atenção do consulado em Ponta Delgada volta-se para este órgão que assume as funções governativas até à tomada e posse do primeiro Governo Regional dos Açores do regime autonómico constitucional.

Palavras-Chave: Independência, FLA, Junta Regional, autonomia.

Abstract

The idea of the Independence of Azores was a constant in autonomic process and the independence impulses was being more pronounced in time of economic crisis and associated with foreign interests fluctuated over time. In this period, the year of 1975, the special connection was to the United States, but there was other toss. However, the discussion will focus on the American way, in fact is from is addresses the influence of the independence forces in the establishment of the autonomic regime post April 25, 1974.

The correspondence in the triangle US State Department, embassy in Lisbon and consulate in Ponta Delgada is the main source in use, consultation on website of *National Archives*. The US administration has maintained a privileged relationship with the separatists. After creation of Junta Regional the attention of consulate concentrates on those who assume the function of government until taking by the first government of autonomic constitutional regime.

Keywords: Independence, FLA, Junta Regional, autonomy.

Índice Geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	1
Introdução	3
Capítulo I – A ameaça separatista e o “Verão Quente” de 1975.....	10
1. Separatistas procuram apoio americano	11
2. O apoio militar à causa	14
3. O receio das leituras externas	19
4. As preocupações do Governador.....	22
5. Os preparativos da manifestação de Ponta Delgada.....	24
6. A manifestação do 6 de junho.....	27
7. O pós-manifestação: a perceção dos diplomatas	32
8. Funcionários do consulado e as ligações separatistas	36
8.1. Independentistas reclamam protesto americano	38
Capítulo II – O recrudescimento do movimento e as ligações internacionais	44
1. A ação da FLA nos EUA.....	45
2. Separatistas com diplomatas em Portugal	50
3. As reuniões de Paris	56
4. A deriva independentista e os deputados à Constituinte.....	59
5. As instruções de Kissinger	61
6. A ação de Carlucci	66
7. Departamento de Estado “repreende” independentistas	68

Capítulo III - Autonomia vs independência	72
1. CDS a favor da independência.....	74
2. A cònsul e os deputados à Constituinte.....	75
3. Os americanos e europeus na política portuguesa	79
4. A ação de Mário Soares	82
5. Departamento de Estado volta a receber separatistas	84
6. A divulgação da ação independentista	88
6.1. O programa da FLA	94
Capítulo IV - A Junta Regional luta em várias frentes.....	97
1. Carlucci a cònsul e a Junta	98
2. A Junta e a sua atividade	100
3. As atas das reuniões da Junta.....	105
4. Estudos económicos secretos.....	114
5. A declaração de “independência”	119
6. A manifestação de 17 de novembro, objetivos e contexto	122
7. Os trabalhos do projeto de estatuto.....	127
8. Os poderes da Junta e o apoio americano	131
Conclusão	137
Fontes bibliográficas	148
Bibliografia.....	150
Apêndice documental	156
1. Correspondência diplomática entre Washington-Lisboa-Ponta Delgada.....	157
2. Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada.....	168
3. Atas da Junta Regional	170
4. Entrevista	196

Introdução

O presente estudo apresenta uma visão sobre o modo como os Estados Unidos e instituições militares e civis portuguesas interagiram com a ação separatista desenvolvida pela Frente de Libertação dos Açores (FLA) no ano de 1975, período imediatamente anterior à instauração da autonomia político-administrativa dos Açores. Pretende-se, mais concretamente, avaliar a forma como potenciaram e condicionaram a ação do movimento separatista e de que forma este influenciou a instauração do modelo político açoriano que se instalou após o processo revolucionário português. A problemática central da dissertação é procurar perceber até que ponto os interesses norte-americanos se cruzaram com os do movimento independentista açoriano e o modo como interagiram.

Trata-se de um período de importância fundamental na história contemporânea de Portugal, ao nível político, primeiro, mas também nas vertentes socioeconómica e cultural. De um Estado autoritário, envolto numa longa guerra em três teatros de operações em África, cerceador das liberdades, Portugal passou a constituir uma democracia com os direitos, liberdades e garantias inerentes a um Estado de Direito, mas não sem antes ter passado por um processo revolucionário que demorou longos meses marcados pela instabilidade sobretudo política, militar e socioeconómica, agravado por um clima de dúvida e desconfiança sobre os rumos que o país iria trilhar na nova fase da vida nacional.

Não nos preocuparemos em proceder aos enquadramentos, a nível nacional ou regional, da Revolução de 25 de Abril de 1974 e do período conturbado que lhe sucedeu até ao 25 de novembro de 1975, altura em que as forças revolucionárias foram derrotadas, permitindo a necessária estabilidade na governação, designadamente a continuação dos trabalhos da Assembleia Constituinte e do Governo Provisório. Ao

longo da exposição, e sempre que se considerar importante para a compreensão da situação nos Açores, far-se-á referência a acontecimentos ou contextos de âmbito nacional ou internacional.

É ao ano de 1975 que circunscrevemos o presente trabalho. De facto, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, à semelhança do que se passou no resto do país, os Açores viveram um período conturbado de conflitualidade política de contornos ideológicos e doutrinários complexos. A investigação a que procedemos abarca somente uma das vertentes desse contexto: a dos movimentos separatistas. É também sobretudo para a ação destes movimentos que os Estados Unidos orientam as suas informações entre departamentos e ação externa.

Sobre a temática já há bibliografia disponível com objetivos e qualidade diferenciados. A recente *História dos Açores*¹ dedica um capítulo, da autoria de José Medeiros Ferreira, à temática. No livro *Carlucci vs. Kissinger, os EUA na Revolução Portuguesa*² é utilizada uma das fontes primárias a que recorremos: os telegramas trocados entre o Departamento de Estado norte-americano e o embaixador em Lisboa, a que juntamos também a correspondência do consulado americano em Ponta Delgada. Tivemos, porém, acesso a outras fontes inéditas, como as atas da Junta Regional e a correspondência do governador civil Borges Coutinho, que exerceu funções de agosto de 1974 a junho de 1975. O Fundo do Governo Civil da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada dispõe de cerca de 30 pastas de processos de correspondência contendo ofícios expedidos, despachos recebidos entre outros documentos relativos ao normal expediente do Governo Civil. Dispõe ainda de recortes de notícias e artigos publicados na imprensa regional e nacional elaborado pelos serviços do Governo Civil.

¹ MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX, vol. 2*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008. V. em especial a perspetiva de José Medeiros Ferreira, no capítulo “A revolução autonómica”, vol. 2, pp. 323-358.

² GOMES, Bernardino, SÁ, Tiago, *Carlucci vs Kissinger, os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008.

Embora num espaço temporal fora do âmbito do presente estudo, foi consultada a coleção do jornal “O Milhafre” que, para além de nos fornecer informações importantes sobre factos e acontecimentos, nos permitiu, simultaneamente, uma maior aproximação ao ambiente político e socioeconómico que então caracterizava a vida quotidiana da sociedade açoriana, sendo certo que numa ótica parcial, na medida em que era um órgão de informação dirigido e orientado para a ação da Frente de Libertação dos Açores e outros movimentos separatistas satélites deste.

A ideia de independência dos Açores foi uma constante no processo autonómico, reivindicada de forma mais ou menos intensa conforme o período e a conjuntura política nacional e internacional. Um dos objetivos invocados para subtrair os Açores da parcela do território nacional era o de melhorar as condições de vida da população pondo termo, pela via da cisão, ao que era considerado como a incompreensão por parte do governo central em relação às especificidades açorianas que, por conseguinte, conduziam à injusta subjugação e degradação das condições de vida. Esta será, na essência, a motivação do descontentamento e a determinação que alimenta o separatismo como fim em si mesmo.

Os impulsos independentistas foram sempre mais agudas em momentos de crise económica e surgem associados a interesses estrangeiros quer sejam estes elementos passivos ou ativos. Até ao final do século XIX predominou em S. Miguel a possibilidade de uma ligação a Inglaterra, posição que viria a alterar-se para se associar aos interesses independentistas pró-americanos das ilhas Terceira e Faial. A aproximação a um protetorado norte-americano acentuou-se no decorrer da I Guerra Mundial e com a subsequente instalação em S. Miguel de uma base naval americana.

Os impulsos separatistas que se revelaram no segundo movimento autonomista, dos anos 20 do século passado, foram, inconfundivelmente, pró-americanos.

Durante o Estado Novo os argumentos independentistas silenciaram-se, muito provavelmente por serem inexistente. Ganham projeção nacional e internacional com a Revolução de abril de 1974.

A liberdade conquistada com a Revolução de abril, proporcionou o debate e a atuação pública sobre como se deveria organizar o poder nos Açores e proporciona também a possibilidade aos movimentos independentistas de se constituírem como unidades políticas, ainda que clandestinas, e de se assumirem abertamente perante a população. Surgem também com uma forma de atuação, uma linguagem e objetivos diferentes dos anteriores movimentos autonomistas.

Nos quatro capítulos que compõem o trabalho está sempre presente o triângulo diplomático consulado norte-americano em Ponta Delgada – Departamento de Estado – Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Para o efeito, foram consultadas fontes do National Archives disponibilizadas na internet pelo governo americano às quais se dá primazia. Das centenas de telegramas trocados entre os serviços americanos credenciados em Portugal e o Departamento de Estado versando assuntos diversos, apenas são tratados aqueles cujo conteúdo se relaciona com os acontecimentos políticos e o movimento separatista açoriano. Não se pretende analisar a história do movimento, mas antes relatar como a agitação política envolvendo os separatistas foi percecionada pelos serviços americanos e as orientações escritas que foram dadas pela administração norte americana. Efetivamente, a troca de correspondência nesse triângulo, no ano de 1975 é, em grande parte, ocupada pelas questões independentistas. Poderemos colocar num patamar cimeiro a informação sobre as escalas técnicas no aeroporto de Santa Maria e, num patamar inferior, as questões que pudessem ter implicações nas negociações e contrapartidas pela utilização da Base das Lajes, cujo Acordo de Cooperação e Defesa tinha, entretanto, caducado. Estas informações não serão tratadas por serem laterais quanto ao objeto em análise.

A escolha do ano de 1975 deve-se ao facto, de nessa altura, terem-se operacionalizado profundas alterações políticas nos Açores. De um regime administrativo repartido por três distritos autónomos, organizados em governos civis, passou-se para a congregação das funções até então tripartidas para um único órgão: a Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional. Para essa transformação política muito contribuiu a manifestação do 6 de junho, em Ponta Delgada.

Ao longo do presente estudo damos relevância ao contexto em que os norte-americanos foram informados das movimentações independentistas nos Açores, das informações que forneciam aos serviços diplomáticos em Portugal, das relações e movimentações mantidas nos Estados Unidos.

Apesar deste estudo se suportar em fontes de arquivo, recorreremos também a entrevistas feitas a José de Almeida, líder da FLA, e ao general Altino de Magalhães, o “homem dos dois chapéus”: o de comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores e de presidente da Junta Regional dos Açores e que teve um papel determinante no desfecho dos acontecimentos políticos no arquipélago.

A presente dissertação é composta por quatro capítulos que se sucedem normalmente pela ordem cronológica dos acontecimentos. Suportada, basicamente em fontes primárias, optamos por uma narrativa que desse protagonismo aos respetivos documentos. Nessa conformidade, justificam-se, a nosso ver, algumas das longas citações ou transcrições pela importância que assumem para a compreensão de contextos, factos e perspetivas de análise que o documento em si transmite.

No primeiro capítulo, intitulado “A ameaça separatista e o “Verão Quente” de 1975”, abordar-se-ão as tentativas de garantir o apoio americano para a causa independentista. Num momento de instabilidade política em Portugal e em que os meios militares controlam os assuntos políticos, será necessário interpretar o envolvimento militar no processo de “emancipação. Os acontecimentos do “6 de junho” serão

observados pela visão da cônsul norte-americana em Ponta Delgada e do embaixador em Lisboa.

No segundo capítulo aborda-se “O recrudescimento do movimento e as ligações internacionais”. A internacionalização do movimento independentista pretende fazer-se com a fixação de José de Almeida nos Estados Unidos, a partir de março, mas tal como já se referiu, não se tencionando fazer a história do movimento, pretender-se-á analisar a abordagem norte-americana à ação desencadeada pelos açorianos nos EUA, até porque o movimento só procuraria efetivar a sua internacionalização a partir de 1976. Será abordada a ação dos membros da Frente de Libertação dos Açores junto de interesses e órgãos de poder norte-americanos, entre outros, como forma de garantir financiamento para o movimento independentista e a forma como reagiu a administração norte-americana.

No terceiro capítulo, é abordada a dicotomia “Autonomia vs independência”. que surge num momento de divisão interna no movimento independentista açoriano. Propomo-nos explicitar os objetivos partidários, personalizados nos líderes dos dois maiores partidos políticos dos Açores e deputados à Assembleia Constituinte transmitidas aos diplomatas norte-americanos em Portugal, bem como a ação desenvolvida por Mário Soares - então ministro dos negócios estrangeiros e um dos impulsionadores da emancipação das colónias portuguesas - junto de políticos norte-americanos.

O quarto capítulo, como o próprio título indica, “A Junta Regional luta em várias frentes”, é dedicado à Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional. São reveladas as suas oito atas inéditas, as preocupações políticas dos seus membros, a posição de força que tomou antes da derrota das forças revolucionárias de esquerda no país, a manifestação em Ponta Delgada de apoio a essa tomada de posição e ainda os trabalhos preparatórios do projeto de estatuto político-administrativo dos Açores.

Na conclusão será vertida e sistematizada a reflexão que foi sendo feita pela leitura dos documentos cruzando com outras leituras paralelas.

Por último, convirá referir que para a exposição da presente dissertação se procurou relevar no texto o original dos documentos, na sua maioria em inglês, optando-se pela tradução para português, remetendo-se para notas de rodapé a identificação dos respectivos documentos.

Capítulo I – A ameaça separatista e o “Verão Quente” de 1975

Para se manterem informados sobre as dinâmicas independentistas, os serviços diplomáticos norte-americanos cultivaram contatos privilegiados com independentistas. Os Açores eram o centro nevrálgico das relações diplomáticas luso-americanas. De modo que, os acontecimentos de junho de 1975 em Ponta Delgada, não apanham de surpresa os norte-americanos.

A situação de profunda instabilidade que caracteriza a vida nacional iria provocar em vastos setores da sociedade açoriana reações de rejeição do radicalismo político que se vivia no continente, além de pugnam pela solução de constantes problemas socioeconómicos que assolavam os Açores. É neste contexto que nos surge a manifestação popular do 6 de junho de 1975, que na complexidade dos seus objetivos e diversidade de origem social, ideológica e política dos seus protagonistas “visíveis”, acabou por integrar uma forte componente reivindicativa no sentido da independência dos Açores. O governo americano manteve-se informado do evoluir da situação através dos telegramas que lhe eram enviados pelo consulado em Ponta Delgada. Independentistas pretenderam retirar vantagens para os seus objetivos políticos do facto de açorianos que prestavam serviço no consulado americano terem sido presos, juntamente com outras 29 pessoas numa reação do comandante militar, general Altino

de Magalhães, ao que considerou ser um crime contra a ordem pública. Mas os EUA não reagiram.

1. Separatistas procuram apoio americano

Com uma conjuntura nacional de instabilidade política e agitação militar, membros ligados ao movimento separatista açoriano tomam a iniciativa de procurar assegurar apoio político e financeiro do governo norte-americano para a causa independentista. A primeira abordagem feita em 1975 é da autoria de Nuno Câmara. A esse nível, os diplomatas norte-americanos, afirmando a política de neutralidade que perseguem, têm duas ordens de preocupações: a) que outros não percebam que existe um canal de comunicação com os separatistas; b) manter o contato com os separatistas de modo a estarem informados sobre as suas dinâmicas.

O Departamento de Estado norte-americano é alertado pelo cônsul em Ponta Delgada para o facto de o contexto político nacional ser favorável aos interesses dos movimentos separatistas. Em telegrama enviado a 26 de fevereiro, Rolfe B. Daniels³ dá conta do pedido de “assistência técnica e financeira e o reconhecimento da independência dos Açores quando fosse proclamada”⁴ apresentado por Nuno Câmara⁵ e

³ Cônsul em Ponta Delgada de 1973-1975.

⁴“Ponta Delgada, 45, february, 26, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

⁵ Nuno Câmara já era conhecido do Departamento de Estado. Tinha sido recebido no final de 1974 pela designada *portuguese desk*. Perante a insistência em ser recebido pelo Departamento de Estado para efetuar um pedido formal de apoio à causa independentista, o Secretário de Estado Henry Kissinger acaba por dar instruções para que o açoriano fosse recebido mas “ao mais baixo nível da administração”. Nessa altura, Nuno Câmara deu conta da organização do movimento semiclandestino que representava, do relacionamento financeiro entre os Açores e Portugal continental e ainda do receio de uma viragem para um sistema comunista em Portugal. Os norte-americanos não deram certeza de corresponder aos anseios de Nuno Câmara, mas na informação que seguiu para o consulado em Ponta Delgada, solicita-se que seja mantido o contato com Nuno Câmara para que a administração norte-americana estivesse informada sobre as dinâmicas do movimento. (informações recolhidas em “Ponta

José de Almeida⁶. Daniels informa o Departamento de Estado da existência “de um grupo organizado para preparar a independência dos Açores, especialmente se o comunismo tomar conta do poder no continente. E acrescenta: “os sucessos recentes da esquerda aparentemente criaram a ideia de que a independência, por oposição à autonomia, é mais atrativa.”⁷

Os serviços consulares em Ponta Delgada são contactados três meses depois por António Manuel Gomes de Meneses⁸, que antecipa ao vice-cônsul Mark Parris⁹ a intenção de uma delegação, composta por representantes do MAPA, FLA e representantes de partidos políticos, o PPD e CDS, oficializar ao consulado um pedido para que os Estados Unidos apoiassem os esforços separatistas:

“Embora qualquer ajuda seja bem-vinda, o grupo espera especificamente apoio político e diplomático nas Nações Unidas e nas capitais estrangeiras para forçar Portugal a aceitar realizar um referendo sobre a independência dos Açores. Gomes de Meneses disse também que, a menos que haja progressos no processo de referendo e/ou independência, os moderados como ele serão capazes de controlar os “extremistas”, que exercem uma ação violenta para atingir a independência.”¹⁰

Delgada, 90, may, 25, 1974”, “Washington, 116770, june, 4, 1974”, “Washington, 234765, october, 24, 1974”, “Washington, 240373, november, 1, 1974”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

⁶ A pedido do embaixador em Lisboa, o cônsul Rodolfe B. Daniels envia a 28 de março de 1975 um telegrama com os dados biográficos de António José de Almeida. Refere que nasceu a 10 de junho de 1936 no seio de uma família pobre da freguesia da Bretanha, em S. Miguel. Protegido de Marcelo Caetano, em janeiro de 1973, foi eleito para a Assembleia Nacional pelo distrito de Viana do Castelo. Viveu em Portugal continental desde a altura em que entrou para a Universidade até 1974. Quando regressou a S. Miguel passou a lecionar a disciplina de história no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Tem muito orgulho nas suas raízes, “é um homem de bom coração, dado a hipérboles, mas um bom conversador e provavelmente um bom orador”, lê-se no telegrama. Que saibamos, não tem seguidores, provavelmente tê-los-á na Bretanha. “Ponta Delgada, 79, march, 28, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

⁷ “Ponta Delgada, 45, february, 26, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

⁸ António Gomes de Meneses foi um dos presos do 6 de junho de 1975. A partir dessa data, na correspondência diplomática consultada, deixa de ser feita qualquer referência a António Gomes.

⁹ Vice-cônsul em Ponta Delgada de 1973-1975.

¹⁰ “Ponta Delgada, 0138, May, 19, 1975, ”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

Antecipando-se a qualquer pedido formal de apoio, a resposta imediata do diplomata pretendeu travar qualquer ilusão dos separatistas:

“Informei Gomes de Menezes que não estávamos interessados na reunião com o grupo; a posição do governo americano em relação à independência dos Açores é de completa neutralidade. Ele disse-me que o grupo pode tentar encontrar-se comigo de qualquer forma. A menos que receba ordens em contrário, responderei como acima referido a qualquer contacto dos separatistas.”¹¹

No dia seguinte à receção desta informação, o Departamento de Estado, num telegrama assinado pelo Secretário Adjunto dos Estados Unidos, Robert Ingersoll¹², reforça: “a nossa política em relação a esse grupo continua a ser de estrita neutralidade”, sendo certo, porém, que o Departamento de estado estava interessado nas informações sobre as movimentações separatistas. Neste mesmo telegrama, Ingersoll fornece instruções precisas sobre a forma como os funcionários da administração norte-americana deveriam agir e comportar-se na relação que a manter com os separatistas, de modo a que não fossem levantadas suspeitas sobre o envolvimento norte-americano. Assim:

“Os contactos entre os funcionários do governo americano e os separatistas podem ser feitos em Washington ou até mesmo em Lisboa, mas sem atrair atenções. Os mesmos contactos feitos em Ponta Delgada são suscetíveis de chamar imediatamente a atenção das autoridades locais e levantar suspeitas de que estamos, de alguma forma, a apoiar os separatistas. Por essa razão, acreditamos que, na medida do possível, deve evitar o contacto direto com os separatistas açorianos, (...) no mínimo, continue a recusar os pedidos de encontros no consulado e recuse receber os separatistas em sua casa. Quanto a

¹¹ “Ponta Delgada, 138, May, 19, 1975, ”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹² Robert Ingersoll, (1914-2010), foi Secretário de Estado Adjunto entre 1974-1976 nas presidências de Richard Nixon e Gerald Ford. Antes, de 1973-1974, tinha sido embaixador dos Estados Unidos para o Japão.

casuais encontros sociais ou visitas sem aviso prévio em sua casa ou no escritório, dentro das diretrizes de orientação da política de estrita neutralidade, deixamos ao seu critério.¹³

O telegrama termina com um aviso e um agradecimento por parte do Departamento de Estado.

“Por favor continuem os seus excelentes relatos e contactos com os separatistas açorianos, incluindo quaisquer sinais do governo local suspeitar que o governo americano está a apoiar os separatistas.”¹⁴

A diplomacia norte-americana tem todo o interesse em manter afastada qualquer suspeita de contactos mantidos pela administração com os grupos separatistas açorianos. Já anteriormente, e pelo menos desde maio de 1974, o próprio Henry Kissinger, preocupado com a conclusão a que pudessem chegar de que a administração norte-americana estava “seriamente a entretê-los”¹⁵ (aos independentistas) informou o consulado em Ponta Delgada que, perante a possibilidade de serem recebidos pelo Departamento de Estado, seriam adotadas “as regras gerais aplicadas aos grupos independentes: a) o encontro realizar-se-á em Washington ou em Nova Iorque, mas não em edifício do governo americano; b) o contacto será feito ao mais baixo nível. No caso em concreto com a desk portuguesa.”

2. O apoio militar à causa

As informações do consulado em Ponta Delgada sobre um possível envolvimento militar no movimento separatista reforçadas, conjuntamente pelas

¹³ “Washington, 117449, may, 20, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p 157).

¹⁴ Idem.

¹⁵ A expressão consta de um telegrama enviada em maio e 1974: “Washington, 116770, june, 4, 1974”.

preocupações expressas pelo diplomata norte-americano em Lisboa e pelo alerta de *intelligence* produzido pelo diretor da CIA, fazem o Departamento de Estado encarar com maior seriedade as movimentações e ameaças separatistas. Os Estados Unidos preparam-se com planos de contingência e em Ponta Delgada os documentos mais importantes do consulado são transferidos para a Base das Lajes, onde se considera estarem melhor protegidos.

O vice-cônsul Mark Paris tinha informações de líderes da FLA de que “as forças militares nos Açores se preparam para executar o golpe para libertar os Açores do continente.”¹⁶ Segundo António Gomes de Meneses e José Franco¹⁷, o coronel Renato Gil Botelho de Miranda, comandante do Batalhão 18 de S. Miguel, tinha solicitado “a colaboração da FLA para o golpe das unidades do exército português nos Açores para desanexar as ilhas do continente.”¹⁸ Na mesma conversa, o coronel Miranda havia assegurado que:

“A unidade do exército do Faial tinha também concordado em suportar o golpe e ele esperava que o Batalhão de Infantaria número 17 da Terceira os acompanhasse também. Afirmou ainda que o comandante da polícia em S. Miguel, também oficial do exército, tinha acordado em fazer o golpe militar. Franco afirma que Miranda, e muitos outros oficiais nos Açores estão insatisfeitos com a atual situação política em Portugal e que os tropas, praticamente todos açorianos, são simpatizantes da independência. Franco garantiu o total suporte de Miranda à FLA. Franco e Miranda acreditam que o atual momento é oportuno para o golpe de estado porque a instabilidade política em Lisboa iria dificultar o envio de uma força expedicionária para reconquistar os Açores. Eles hesitam, no entanto, em prosseguir sem garantias de

¹⁶ “Ponta Delgada, 162, may, 29, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁷ Segundo o relato no telegrama era “um criador de gado anteriormente ativo no MAPA e agora líder da FLA”. Viria a ser um dos presos do 6 de junho de 1975.

¹⁸ “Ponta Delgada, 162, may, 29, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

reconhecimento da independência e de auxílio económico de emergência no imediato pós-golpe por parte do governo americano. Seria necessária ajuda para evitar a escassez de produtos essenciais como o trigo e o petróleo. Franco enfatizou que os separatistas precisam de ajuda do governo americano somente após o sucesso do golpe de estado, e que não era necessária nenhuma ajuda secreta antes da ação. Franco disse também que não sabe se o exército, na ausência de garantias, vai avançar com o golpe mas acredita que eles passaram o ponto de não retorno. Em qualquer caso, a FLA vai avançar com os seus planos. A FLA está certa do sucesso.”¹⁹

José Franco advertiu ainda o cônsul para possíveis reações de “grupos esquerdistas de S. Miguel” contra os Estados Unidos: “Estão a planear manifestações contra a NATO e a presença americana nas Lajes.”²⁰

Na conversa com os separatistas, Paris reiterou a José Franco a estratégia de estrita neutralidade dos Estados Unidos e no comentário ao telegrama enviado para o Departamento de Estado, realça o facto de, ele próprio, ter ouvido o comandante Renato Miranda²¹ criticar membros do topo do MFA e adverte:

“Se de facto a FLA e as unidades do exército local colaborarem no golpe, acreditamos que será bem-sucedido e que terá o apoio da população (...) Estamos convencidos de que a situação atingirá o clímax dentro de algum tempo. Tomamos a precaução de, discretamente, transferir arquivos classificados como não essenciais para a base das Lajes.”²²

¹⁹ “Ponta Delgada, 162, may, 29, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

²⁰ Idem..

²¹ O próprio tenente-coronel Miranda viria a confirmar, mais tarde, à cônsul dos EUA em Ponta Delgada (segundo telegrama enviado a 18 de julho de 1975) que “pessoalmente não era a favor da independência e acreditava que a maioria dos açorianos preferia manter-se português. Contudo, um governo comunista em Lisboa poderia impulsionar os Açores para a independência. Os Açores querem uma autonomia política num Portugal governado pelo PPD ou pelo PS”, lê-se no telegrama “Ponta Delgada, 259, july, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

²² “Ponta Delgada, 162, may, 29, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

As preocupações do cônsul são reforçadas pelo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa. Frank Carlucci²³, que alerta para o facto de ser a primeira referência a um possível envolvimento militar com os separatistas, chama a atenção: “se os separatistas tiverem apoio substancial por parte dos militares, isso pode fazer a diferença”.²⁴ O diplomata contextualiza os seus receios

“O cenário de uma população conservadora, associada à tendência cada vez mais esquerdista em Lisboa, leva-nos a acreditar que a população dos Açores iria simpatizar com o movimento separatista. Desde que o movimento tenha uma liderança eficaz, tem hipóteses razoáveis de sucesso.”²⁵

Em relação ao impacto que essa revolução pudesse ter no continente, Carlucci duvida que “a revolta dos Açores fosse estimular uma revolta no continente, no entanto se a revolta tiver alguma perspectiva de sucesso, o ELP²⁶ e outros grupos de oposição clandestina podem tentar tirar partido da situação. (...) Estamos particularmente atentos ao possível envolvimento de Spínola”.

Carlucci suspeita que a viagem que o general António Spínola planeava fazer aos EUA estivesse relacionada com a revolta nos Açores. Suspeitava, igualmente, que os Açores pudessem ser usados como base de apoio para recuperar o poder em Portugal:

O general Spínola

²³ Frank Carlucci, (1930-) foi embaixador em Lisboa de janeiro de 1975 a fevereiro de 1978. A sua carreira no Departamento de Estado iniciou-se em 1956, serviu em Joanesburgo, Leopoldville, Zanzibar e Rio de Janeiro. Foi convidado por Donald Rumsfeld para coadjuvar no “Office of Economic Opportunity”, passando depois a desempenhar altas funções no “Office of Management and Budget”. Quando foi nomeado embaixador em Lisboa, desempenhava as funções de Secretário de Estado no Departamento de Saúde, Educação e Assistência. Depois, ocupou vários cargos na administração norte-americana ligados à defesa. Foi diretor da CIA. Manteve interesses económicos em Portugal.

²⁴ É identificado também em GOMES, ob. cit., “Lisbon, 3046, may 30, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

²⁵ “Lisbon, 3046, may 31, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 158-159).

²⁶ Exército de Libertação de Portugal, criado em 1975 por Barbieri Cardoso, ex dirigente da PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Tinha como principal objetivo contrariar os movimentos de esquerda do pós-25 de Abril. A organização tinha sede em Espanha e era presidida pelo general António de Spínola.

“A 30 de maio, [o general Spínola] tinha proposto viajar para os EUA e isso pode estar relacionado com a revolta dos Açores. Se Spínola e o ELP participarem, prevemos uma aproximação entre os principais centros de poder – militares e civis – para defender a integridade do território português.”

Aquando da sua estada nos EUA, o general Spínola, chegou a declarar: “se necessário, os Açores voltariam a ser a única parte livre da Nação até que se libertasse o continente”²⁷. Estava assim resumido o receio do embaixador quanto à ação do anterior Presidente da República que estava empenhado em contrariar a radicalização à esquerda da política portuguesa.

Segundo Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, já anteriormente Carlucci havia transmitido ao Departamento de Estado informações que apontavam para “a preparação de uma ação armada nos Açores por parte de portugueses exilados em Espanha e do MAPA, aconselhando Washington não só a afastar-se dessas movimentações, como mesmo a apoiar o governo português em caso de necessidade, pois os grupos dissidentes da extrema-direita só prejudicavam a política dos EUA nos Açores, tal como o faziam no Portugal Metropolitano.”²⁸ Nessa mesma altura, o responsável pela política externa norte-americana preocupou-se em que o seu gabinete, nos contactos com os independentistas, deveria manter uma posição ambígua: “Você vai assegurar que nós não vamos rejeitar automaticamente isso. Não estou a dizer que devemos aprová-lo”²⁹, disse Kissinger numa reunião com o pessoal do seu gabinete.

Para o embaixador, os efeitos de uma revolta nos Açores, para além de colocar em perigo os funcionários americanos destacados no arquipélago, seria prejudicial não só para o relacionamento com Portugal como para a própria política externa norte-americana:

²⁷ Cit em “A Conspiração Separatista nos Açores”, jornal *Açores*, 15.4.1982.

²⁸ GOMES, ob. cit., p. 198.

²⁹ GOMES, ob. cit., p. 200.

“Teria consequências prejudiciais para a relação do governo americano com o governo português com óbvias implicações negativas para o futuro das Lajes. Se a revolta avançar, o governo americano será denunciado. Um efeito imediato seria certamente o ataque às instalações americanas em Portugal. Devia ser considerado um plano de contingência para proteger o pessoal em Ponta Delgada, Lajes, Porto e Lisboa.”³⁰

O Departamento de Estado, acusando a gravidade da informação fornecida pelo embaixador em Portugal, reencaminha o telegrama para os seus serviços em Londres, Paris, Madrid e Missão dos EUA na NATO.

Através do embaixador em Lisboa, o Departamento de Estado estava informado da capacidade militar, das forças estacionadas nos Açores, bem como da capacidade de resposta a um possível golpe a partir dos Açores.

3. O receio das leituras externas

Também no final de maio, o diretor da Central Intelligence Agency, William Colby³¹, alertava o governo norte-americano para o facto de que o apoio de unidades militares para separar os Açores do controlo de Portugal “devia ser levado muito a sério”³². De acordo com a investigação realizada por Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, os receios do diretor da CIA eram ao nível das implicações da relação dos Estados Unidos com Portugal e com a Europa. Por um lado as relações luso-americanas poderiam ser afetadas, na medida em que as autoridades portuguesas iam “culpar os Estados Unidos pelo golpe e, caso este falhasse, os esforços para renegociar

³⁰ “Lisbon, 3046, may 30, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 158-159).

³¹ William Colby (1920-1996), foi diretor da CIA de 1973-1976.

³² GOMES, ob. cit., p. 237.

as facilidades na Base das Lajes iam complicar-se, talvez fatalmente”. Por outro lado, afetaria a política europeia dos Estados Unidos:

“Muitos europeus ocidentais estão alarmados com as tendências em Portugal, mas não desistiram do país e muitos condenarão um alegado papel dos EUA (nos Açores) como um ato não amigável para com um aliado da NATO”³³

O Departamento de Estado reage automaticamente a estes alertas e dá “instruções ao seu consulado em Ponta Delgada para enfatizar a posição de estrita neutralidade dos Estados Unidos” na questão açoriana e para deixar “bem claro” que a FLA não devia “esperar qualquer ajuda do governo dos EUA nem elaborar os seus planos na expectativa dessa assistência”³⁴. A comunicação segue na mesma linha das do ano de 1974.

Contudo, apesar desta reação enérgica, em janeiro de 1975 o Pentágono já tinha um plano para “tomar” os Açores caso Portugal ficasse sob domínio comunista. Os EUA receavam perder o acesso à Base das Lajes que lhes garantia controlo e segurança não só sobre o Atlântico, como para o acesso ao Mediterrâneo. O controlo dos Açores era, por outro lado, vital no contexto da “Guerra Fria”. Somava-se a preocupação com o facto de o acordo entre os EUA e Portugal para a utilização da Base das Lajes ter expirado antes do golpe militar de 1974. As autoridades norte-americanas receavam que, um governo em Portugal alinhado com o PCP, pretendesse retirar-se da NATO, caindo, inevitavelmente, sob a influência soviética e do Pacto de Varsóvia. Por outro lado, os membros da NATO também não estariam interessados em manter na sua esfera um membro cujo suporte político fosse de esquerda.

³³ GOMES, ob. cit., p. 238.

³⁴ Idem, p. 239.

Na altura, a expectativa de Henry Kissinger sobre Portugal era de que havia “50 por cento de possibilidade de perder”³⁵ para o controlo comunista. Por isso, em conversa com o seu homólogo da Defesa, sugeriu: “devemos ter um programa para Portugal.” A resposta foi imediata: o Secretário da Defesa, James Schlesinger³⁶ disse que os militares tinham um plano para assegurar o acesso dos Estados Unidos ao arquipélago, “nós temos um plano de contingência para tomar os Açores”, afirmou. O único pormenor que adiantou na conversa mantida a 22 de janeiro foi de que o plano “seria estimular a independência dos Açores”. A conversa entre os dois governantes foi presenciada pelo general Brent Scowcroft, conselheiro do Presidente dos EUA para os Assuntos de Segurança Nacional, bem como pelo major general John Wickham, jr, assistente militar do Secretário da Defesa.

No entanto, segundo descreve Medeiros Ferreira, o Presidente dos Estados Unidos num encontro em Bruxelas a 29 de maio, com o chanceler alemão Helmut Schmidt³⁷ questionou-o sobre “como reagiriam os europeus se os Açores se separassem de Portugal e reclamassem a independência.”³⁸

Segundo o próprio chanceler alemão refere na sua biografia, a resposta foi a seguinte.

“Os aparelhos de propaganda da Europa de Leste apresentariam essa declaração de independência como o resultado de uma ingerência americana. Em contrapartida, a Europa Ocidental aceitaria a independência se a situação se

³⁵ Memorandum of conversations, Gerald Ford Library, 22 January, 1975.

³⁶ James R. Schlesinger (1929-), Secretário da Defesa de 1973-1975. Foi diretor da CIA.

³⁷ Helmut Schmidt (1918-), enquanto chanceler da Alemanha, de 1974-1982, empenhou-se numa unificação política da Europa, em parceria com os EUA. Membro do Partido Democrata da Alemanha, havia desempenhado anteriormente as funções de Ministro em vários ministérios, entre os quais se destaca o da Defesa e o das Finanças, cujas políticas financeiras conferiram o marco como uma das moedas mais estáveis. Foi ainda deputado no Parlamento Federal. Em 1986 foi um dos maiores defensores da União Económica e Monetária e da criação do Banco Central Europeu.

³⁸ Cit em FERREIRA, José Medeiros, “A Revolução Autonomica”, in MATOS, Artur Teodoro de. MENESES, Avelino de Freitas, LEITE, José Guilherme, (dir.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, vol. 2, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 347.

tornasse insustentável em Lisboa. Não é esse presentemente o caso. É por isso que, aos olhos da Europa Ocidental, uma declaração de independência dos Açores não se justificaria nesse momento.”³⁹

A Alemanha, vinculando de certa forma a posição da Europa Ocidental, tinha uma visão contrária à dos EUA sobre a evolução política de Portugal. A conversa entre os dois chefes de estado foi presenciada por Henry Kissinger.

4. As preocupações do Governador

O Governador do Distrito de Ponta Delgada, António Borges Coutinho, apercebendo-se da intromissão dos Estados Unidos da América nas questões açorianas, que são reveladoras “da penetração cada vez maior da influência dos Estados Unidos da América.”⁴⁰, informa o chefe de Estado Maior das Forças Armadas e o Ministro da Administração Interna. As cartas, que são acompanhadas de recortes da imprensa local, são do mesmo teor, reforçando a que segue para a tutela do Governo Civil: “nota-se uma certa agressividade na penetração da influência dos Estados Unidos da América.”⁴¹

Desde o início de 1975 que o Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada vinha alertando o governo da capital para a movimentação separatista. Eram enviados recortes da imprensa local e cópias de folhetos distribuídos pela FLA. A meados de maio, Borges Coutinho dá conta, a vários ministérios:

³⁹ Cit. em FERREIRA, ob. cit.

⁴⁰ Processo n.º 6, n.º de ordem 51, 10.04.1975, referência na carta 245-A6. (cf. Apêndice documental, p. 166.)

⁴¹ O Governador do Distrito, no mesmo mês de abril de 1975 também já se tinha queixado ao Ministro da Comunicação Social da imprensa micalense que não repercutia as comunicações que fazia e de que eram exemplo as comunicações que havia feito à população através da Emissora Regional dos Açores e que nenhum dos jornais reproduzia. Processo n.º 6, n.º de ordem 48, 04.04.1975, referência na carta 234-A.6.

“Grande incremento da agitação de caráter separatista nos Açores e especialmente na ilha de S. Miguel. Esta agitação é levada a cabo por grupos reacionários e seus mandatários que divulgam a ideia de que os Açores são colônias do continente e que é necessário a independência. Esses grupos vão adquirindo força de dia para dia, utilizando em grande escala inscrições nas paredes, ameaças escritas e telefônicas anônimas e outros meios de coação”.⁴²

O Governador Civil justifica o agudizar da situação com

- a) a notícia da possível aplicabilidade a curto ou médio prazo, da reforma agrária;
- b) o receio das nacionalizações (a recente nacionalização da Fábrica de Tabaco Micaelense, pertencente a um dos maiores ativistas do movimento separatista MAPA alarmou outros industriais);
- c) a concessão de crédito agrícola unicamente aos pequenos e médios empresários agropecuários;

O Governador informa que “a implantação dos grupos reacionários na despolitizada população de S. Miguel” estende-se por todas as camadas sociais e profissionais micaelenses ora pelo receio da reforma agrária, dos preços dos bens de consumo e fatores de produção e ainda por serem “instigadas por imigrantes nos EUA e Canadá.” Como meio para conter a situação, Borges Coutinho propõe

“Seria altamente vantajoso que, para evitar o alastramento da mobilidade separatista, e, a atuação repressiva que se tornaria necessária, fossem tomadas medidas que, por um lado, fossem benéficas para a população e, por outro, contribuíssem para definir posições afastando receios infundados.”

⁴² Processo nº. 6, nº. de ordem 83, 19.05.1975, referência na carta 334-A6.

O Governador Civil aponta para a necessidade urgente das seguintes medidas: “aplicação urgente da Reforma Agrária, nomeadamente na ilha de S. Miguel”, adoção do preço único para todos os bens” e atribuir aos Açores, pelo menos no ano de 1975, as receitas provenientes de 80 por cento do imposto de transação e do imposto indireto sobre o tabaco.

Dezasseis dias após o envio desta carta, sem que houvesse resposta por parte do poder central, o Governador prevendo que “se nada for feito, a breve trecho, a situação tornar-se-á irreversível e só a repressão poderá ser remédio”⁴³, apela para o Ministério da Administração Interna, para que:

“Pelo menos, sejam iniciados urgentemente os estudos para a integração económica dos Açores no resto do país e de serem imediatamente tornados nacionais os preços dos adubos, do cimento, ferro, gás de consumo e rações para animais. Reitero que o fator tempo de decisão é agora muito importante.”

Um dia antes, tinha sido remetido para o Governador Civil a informação de que iria ser feita uma manifestação para apresentar as “reivindicações relativas à grave situação económica”⁴⁴. Borges Coutinho não autorizou a realização da manifestação.

5. Os preparativos da manifestação de Ponta Delgada

A anunciada manifestação de 6 de junho gerou perceções diferentes no consulado em Ponta Delgada e no Departamento de Estado. Nenhum dos serviços da administração norte-americana foi apanhado desprevenido, mas o consulado tinha preocupações mais imediatas, designadamente com a segurança de tripulações

⁴³ Processo nº. 6, nº. de ordem 68, 04..06.1975, referência na carta 385-A6.

⁴⁴ Processo nº. 6, nº. de ordem 89, 06..06.1975. (cf. Apêndice documental, p. 173)

americanas que iriam escalar o porto de Ponta Delgada nessa data, enquanto o Departamento de Estado, congregando informações de vários departamentos da administração, tinha uma visão abrangente e inclusivamente estavam definidos planos estratégicos que permitiriam reagir a um clima de instabilidade nos Açores.

Quatro dias antes da manifestação do 6 de junho, a cônsul Pfeifle⁴⁵ acreditava não estar iminente uma ação por parte da FLA. Apesar de ter sido alertada por um membro da organização de que o movimento “iria atuar em breve” e que estavam “confiantes no sucesso” da operação. No comentário ao telegrama⁴⁶ enviado para o Departamento de Estado escreve: “temos a impressão de que a tentativa de golpe da FLA não é iminente. O movimento tem pontas soltas”.⁴⁷

Dois dias depois, seguia de Ponta Delgada para o Departamento de Estado um telegrama a avisar dos acontecimentos previstos para o 6 de junho:

“A Associação Agrícola marcou uma manifestação para as 14 horas do dia 6 de junho para protestar contra a nova política de preços de Lisboa para a carne e produtos lácteos.

Cinco navios da NATO, incluindo o USS Mcdonald, chegam nesse mesmo dia a Ponta Delgada pelas 8 horas e fazendo uma escala de aproximadamente treze horas. Ouvimos rumores de uma possível manifestação da esquerda contra a escala desses navios, mas as autoridades locais descartam a possibilidade de qualquer ação significativa por parte da esquerda.”⁴⁸

⁴⁵ Linda M. Pfeifle foi cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada de 1975-1977.

⁴⁶ “Ponta Delgada, 171, june, 2, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. A cônsul relata neste telegrama uma conversa mantida com Gomes de Meneses. Este informa que o coronel Miranda não aderirá ao golpe se não tiver o apoio dos EUA. Revelou também que o movimento tinha apoio estrangeiro, nomeadamente francês das empresas ITT e Néstlé. Segundo Gomes de Meneses, depois da independência, economicamente os Açores suportar-se-iam em investimentos estrangeiros, no turismo e na produção leiteira.

⁴⁷ “Ponta Delgada, 171, june, 2, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁴⁸ “Ponta Delgada, 179, june, 4, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 160).

A cônsul mostra-se “intrigada com a atitude relaxada das autoridades locais” e, por isso, considera prudente que “no mínimo, as tripulações da NATO devem ficar longe do local para onde está prevista a manifestação”.⁴⁹

Pfeifle termina o telegrama afirmando:

“Não temos razão nenhuma para acreditar que a FLA vai tentar alguma coisa, mas não posso deixar de notar que a ausência das principais autoridades locais seria ideal para a eclosão no terreno.”

Um dia antes da manifestação do 6 de junho, o Secretário de Estado Adjunto, Robert Ingersoll, num memorando elaborado para o chefe da diplomacia norte americana enunciava cinco possíveis hipóteses de resposta ao agravamento da crise política nos Açores:

“A primeira consistia em manter uma posição de estrita neutralidade, não apoiando a FLA nem transmitindo às autoridades portuguesas os relatos recebidos em Washington. A segunda residia em manter a neutralidade, não informando o governo português, mas avisando a Frente de Libertação dos Açores de que os EUA “tomariam medidas de proteção em caso de ataque às Lajes”. A terceira passaria por manter a neutralidade, mas informando as autoridades de Lisboa dos planos dos separatistas e avisando a FLA que iam ser tomadas medidas para proteger as instalações americanas. A quarta seria transmitir ao executivo português todas as informações acerca do golpe dos Açores e deixar claro à FLA que os Açores eram “uma questão interna portuguesa”. A quinta e última opção passaria por abandonar completamente a posição de neutralidade e ajudar Portugal a resistir a uma ação militar dos

⁴⁹ “Ponta Delgada, 179, june, 4, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 160).

separatistas, incluindo com armamento, transporte de tropas e defesa comum das Lajes.”⁵⁰

Estava, portanto, tudo em aberto em relação à posição dos Estados Unidos perante a causa separatista e uma eventual declaração unilateral de independência.

6. A manifestação do 6 de junho

A comunicação da realização da manifestação foi endereçada ao Governador Civil no dia 3 de junho. O documento era encabeçado e assinado por Armando Guilherme Goyanes Machado, Luís Octávio dos Reis Índio e António Gil Cordeiro, todos lavradores, que se intitulavam

“Promotores de uma manifestação a levar a efeito no próximo dia 6 do corrente mês, pelas 14 horas, no Largo Mártires da Pátria, em frente ao Palácio do Governo Civil, com o objetivo de apresentarem a Vossa Excelência reivindicações quanto à grave situação económica em que se encontra a agropecuária deste Distrito.”⁵¹

Borges Coutinho não autorizou que se realizasse a manifestação, permitindo antes o seu adiamento para dia 13 de junho. A ordem não foi cumprida.

Ao longo do dia 6 de junho, o Departamento de Estado foi sendo informado dos acontecimentos em Ponta Delgada quer pela cônsul quer pelo embaixador dos Estados Unidos em Portugal.

A cônsul, que observou de perto os acontecimentos, recorda que a manifestação, cujo adiamento tinha sido solicitado pelos governadores civil e militar

⁵⁰ Cit em GOMES, ob. cit., p. 240 (Memorandum from Ingersoll to Henry A. Kissinger, June, 5, 1975, GFL, NSA, Box 1.)

⁵¹ Processo nº. 6, nº. de ordem 89, 06..06.1975. (cf. Apêndice documental, p. 173).

por receio de interferência com a escala no porto de Ponta Delgada, naquele mesmo dia, de navios da NATO, tinha sido convocada pela Associação Agrícola de S. Miguel como forma de protesto contra os preços dos produtos agrícolas. A conotação política da manifestação operacionaliza-se quando o movimento separatista se associa e a diplomata mostra-se convencida de que “é entendimento generalizado de que a intenção da FLA era usar a manifestação como demonstração do suporte popular ao separatismo.”⁵²

Informa a cônsul que cerca de mil pessoas, de vários grupos socioeconómicos, incorporaram a manifestação. Supõe que 40 por cento eram agricultores, os restantes seriam trabalhadores de escritório e outros profissionais, um grande número de membros do PPD e da PSP. Cerca de 50 por cento empunhavam cartazes abordando questões agrícolas e os restantes slogans separatistas⁵³.

Concentrando-se junto ao Palácio da Conceição, sede do Governo Civil, os manifestantes exigiam

“A demissão do Governador Civil e a sua substituição pelo tenente-coronel Renato Miranda, a substituição do locutor de esquerda da rádio⁵⁴ pelo funcionário do consulado Victor Cruz (antigo locutor), substituição dos membros de esquerda das Comissões Administrativas do distrito por membros do PPD e da PSP e substituição dos oficiais do continente servindo nos Açores por açorianos. Os discursos eram interrompidos pela multidão por frequentes pedidos de independência.”⁵⁵

⁵²“Ponta Delgada, 181, june, 6, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. O chefe da diplomacia norte-americana reenvia este telegrama para a missão da NATO.

⁵³ Entre os quais “Agora o povo só quer a independência”, “Açores Livres”, “Viva à Independência dos Açores”.

⁵⁴ Referia-se ao Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional.

⁵⁵ “Ponta Delgada, 181, june, 6, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

A descrição dos acontecimentos, no então Largo Mártires da Pátria que segue para os Estados Unidos é pormenorizada

“Às 16 horas locais, Magalhães, o popular Governador Militar, dirigiu-se à multidão. Prometeu que iria colocar na agenda a questão da revisão dos preços e pediu calma, unidade para com o Movimento das Forças Armadas. A multidão respondeu com pedidos de independência e demissão do Governador Civil. Depois de Magalhães se retirar, foi hasteada uma bandeira dos Açores no Palácio do Governo Civil.”

Ainda no relato da cônsul, vinte minutos depois o Governador Militar regressa à janela fronteira do palácio.

“Magalhães reapareceu acompanhado por Borges Coutinho. Num curto discurso, Borges Coutinho afirmou ter pedido a demissão ao Governador Militar, demissão que foi aceite e que o Governador Militar iria assumir a administração do distrito até à nomeação de um novo Governador Civil.”⁵⁶

A cônsul avalia os acontecimentos do dia, destacando:

“A maior vitória foi para os separatistas. São agora a grande força política em S. Miguel. Eles demonstraram ter uma ampla base de apoio, que inclui socialistas e classe trabalhadora rural. Além disso, nem a esquerda nem as autoridades locais, incluindo as militares, tentaram detê-los.”

Nesse mesmo dia, a cônsul informa não só o Departamento de Estado como outras embaixadas dos Estados Unidos em vários países da Europa que o Aeroporto de Ponta Delgada estava fechado por tempo ainda indeterminado. Vários camiões tinham bloqueado a pista da estrutura aeroportuária e os separatistas “tinham tomado a estação de rádio local.”⁵⁷ As últimas comunicações escritas a partir dos serviços americanos em

⁵⁶ “Ponta Delgada, 181, June, 6, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁵⁷ “Ponta Delgada, 180, June, 6, 1975” www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

Ponta Delgada já dão conta de que a SATA está a operar normalmente, há militares a guardar o aeroporto e os navios da NATO que tinham feito escala no porto de Ponta Delgada não tinham sido afetados pelos acontecimentos e que continuariam viagem como o programado.⁵⁸

De madrugada, a cônsul informa o Departamento de Estado:

“Uma delegação de separatistas esteve reunida com o governador militar dos Açores até à 1 da manhã. Os separatistas retiraram-se para uma casa particular para discutir a estratégia a adotar. Marcaram novo encontro para hoje, com o Governador Militar, para as 11 horas locais.”⁵⁹

A cônsul estava bem informada das movimentações de alguns separatistas, mesmo sobre acontecimentos que não eram públicos nem do conhecimento generalizado.

No dia seguinte à manifestação, o chefe da Polícia de Segurança Pública⁶⁰, major Moniz, em nome do Governador Militar, solicitou a autorização da cônsul para que o funcionário do consulado e popular locutor da rádio, Victor Cruz, fosse aos microfones da Emissora Regional fazer apelos à calma sempre que a situação ficasse mais tensa. A cônsul permitiu “que Cruz fizesse os apelos”.⁶¹ Esta autorização foi avaliada positivamente pelo embaixador Carlucci que, em telegrama enviado para o Departamento de Estado e outros serviços da administração americana (mas não para o consulado em Ponta Delgada), comenta

“Victor Cruz é uma figura pública bem conhecida na pequena comunidade de Ponta Delgada. É também um antigo membro do MAPA. Tendo em vista o

⁵⁸ “Ponta Delgada, 185, june, 6, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁵⁹ “Ponta Delgada, 186, june, 7, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁶⁰ Que também informou a cônsul que tinha sido criada uma comissão de defesa popular liderada pelo general Altino de Magalhães e da qual faziam parte, para além dele próprio, chefe da PSP, o comandante do Batalhão 18, o tenente-coronel Miranda, e o comandante chefe da Marinha, comandante Riccou de Castro.

⁶¹ “Ponta Delgada, 190, june, 7, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

desejo do Cruz em ajudar a evitar possíveis confrontos violentos, acredito ter sido correta a decisão do consulado de não se opor ao pedido do chefe da política.”⁶²

Dois dias depois da manifestação, o general Altino de Magalhães falou à população através do Emissor Regional dos Açores, um discurso que foi relatado ao Departamento de Estado pela cónsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada.

“Prometeu que o governo central vai estudar as seguintes questões:

Estabelecimento de preço nacional único para os produtos agrícolas, como fertilizantes, revisão do preço dos fretes entre o continente e os Açores, importação direta de matérias-primas de origem estrangeira para os Açores sem a exigência de desembarque em Lisboa, exportação direta de produtos dos Açores para mercados estrangeiros, expansão do crédito agrícola e comercial ao arquipélago, revisão da base dos estatutos administrativos dos distritos autónomos dos Açores e da Madeira, O Governador prometeu atuar sobre estas questões nos próximos três meses.”⁶³

Nessa comunicação, o governador militar endereçou dois apelos, sendo que um tinha um sentido também de ameaça. Dirigindo-se aos separatistas, Altino de Magalhães apelou para que suspendessem as suas ações “ou sofreriam as consequências”. O outro, de âmbito geral para a população, era para “terem fé nos soldados” que garantem a segurança da população.

Ao longo do dia imediatamente a seguir à manifestação, o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa envia vários telegramas para diversos departamentos governamentais com informações sobre a situação nos Açores e da qual toma conhecimento por contactos telefónicos mantidos com a cónsul. O ambiente é calmo com o regresso à normalidade nas vias de comunicação (o enfoque é dado aos aeroportos de Ponta

⁶² “Lisbon, june, 3224, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁶³ “Ponta Delgada, 195, june, 8, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

Delgada e Santa Maria) e nas ruas. A preocupação de Frank Carlucci está relacionada com a possibilidade de os acontecimentos de Ponta Delgada terem reflexos políticos no resto do território e adverte:

“O MFA confrontado, sistematicamente, com problemas políticos e económicos pode ver nisso outra oportunidade para fazer uma mudança à esquerda, como no 11 de março”.⁶⁴

O embaixador norte-americano está, assim, preocupado com as implicações que a agitação nos Açores pode ter na frágil conjuntura política nacional e, conseqüentemente, na relação com os Estados Unidos. Esta é a primeira advertência do diplomata para o perigo de qualquer ação nos Açores ter implicações no governo central.

7. O pós-manifestação: a perceção dos diplomatas

A primeira “avaliação da crise dos dias 6/7 de junho nos Açores”⁶⁵ foi feita ao Departamento de Estado pela cónsul Pfeifle a 8 de junho. Dois dias depois segue para os Estados Unidos a apreciação do embaixador Carlucci.

Ambas as visões coincidem na observação de que os incidentes demonstraram a “fragilidade do controlo de Lisboa” bem como a incapacidade de mobilização e de liderança do movimento independentista. Os dois relatórios são complementares na medida em que a cónsul fornece a informação mais detalhada sobre os acontecimentos no terreno e personagens envolvidas e o embaixador dá ênfase aos possíveis efeitos políticos dos “incidentes”, como prefere chamar à manifestação do 6 de junho.

⁶⁴ “Lisbon, 3216, june, 7, 1975”. www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

⁶⁵ É o sugestivo assunto do telegrama enviado pela cónsul para o Departamento de Estado e a embaixada em Lisboa dois dias depois da manifestação em Ponta Delgada. “Ponta Delgada, 199, june, 8, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

A cônsul Pfeifle considera que

“A população descobriu que tem poder e alcançou resultados com ele. Além disso, líderes separatistas como José Franco, João Gago da Câmara, Luís Índio e Abel Carreiro, ganharam legitimidade como resultado do sucesso das suas negociações com o Governador Militar.”⁶⁶

Isto porque a população forçou a demissão do “impopular” Governador Civil do distrito de Ponta Delgada, ou o “barão vermelho” como também era designado Borges Coutinho, símbolo da esquerda que ameaçava tomar o poder no país. O Governador Militar, que tinha chegado aos Açores apenas quatro meses antes mas que tinha já “a confiança e o respeito da população”, assumiu o compromisso de defender as reivindicações dos manifestantes, que eram, sobretudo, “problemas económicos e que estavam na base das reivindicações do MAPA e dos movimentos separatistas”, precisa a diplomata. Além disso, a capacidade de liderança do general Altino de Magalhães evitou confrontos físicos. O comandante-chefe apoiou-se em dois oficiais do exército que tinham o reconhecimento da população - o comandante do Batalhão de Infantaria 18, tenente-coronel⁶⁷ Miranda, e o comandante da PSP, major Afonso Moniz⁶⁸ – e foram capazes de controlar a multidão e manter a ordem. É também porque a situação foi dominada localmente que a cônsul Pfeifle entende:

“A crise demonstrou claramente a fragilidade do controlo de Lisboa, acreditamos que apenas o bom senso e a capacidade negocial do Governador Militar, general Magalhães, permitiu a rápida e a pacífica resolução da crise”.

⁶⁶“Ponta Delgada, 199, june, 8, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁶⁷ Na correspondência entre as entidades norte-americanas, o posto que é atribuído a Renato Miranda é o de lieutenant colonel, abreviadamente LTC, ou seja, tenente-coronel, posto que efetivamente tinham em 1975 como comandante do BII 18.

⁶⁸ A cônsul precisa que os soldados foram apenas usados como guardas e quando houve necessidade de dispersar os manifestantes, os dois oficiais enfrentaram pessoalmente a multidão ganhando o controlo da situação apenas através da capacidade e reconhecimento das suas lideranças.

Para a cónsul tornaram-se claros os pontos fortes e fracos do movimento separatista: “goza de apoio latente de todas as classes socioeconómicas de S. Miguel mas não tem direção nem liderança eficazes. Não há coordenação com as outras ilhas”

Neste seguimento, a cónsul prospetiva o que será o movimento separatista

“A menos que Lisboa o provoque, o nosso ponto de vista é que o movimento separatista ficará adormecido por vários meses⁶⁹ (...) Contudo, o movimento separatista vai tornar-se novamente ativo se não houver nenhum progresso, por parte de Lisboa, em relação aos problemas económicos, particularmente na questão do preço do leite ou se Lisboa tomar a decisão impopular, como nomear um governador Civil de Ponta Delgada de esquerda. Ninguém aqui considera que o separatismo esteja morto.”

Quanto à questão que sempre preocupa a administração norte-americana, que é a da suspeição do envolvimento americano nas desestabilizações, a cónsul tranquiliza

“Ninguém é de opinião, a não ser a extrema-esquerda, que o governo americano, a CIA, a NATO ou outra qualquer força do exterior tiveram alguma ligação aos acontecimentos de 6 e 7 de junho.”⁷⁰

Por último a cónsul emite opinião sobre o sentimento independentista do povo açoriano e afirma não encontrar unidade para o desenvolvimento da questão:

“ A maioria dos açorianos estaria disposta a permanecer portuguesa e poderia tolerar quase todos os tipos de governo em Lisboa, desde que não prejudicassem os seus interesses económicos. Se Lisboa mantiver a orientação política do arquipélago e os interesses económicos, um maior grau de autonomia política e económica pode manter a bandeira portuguesa hasteada nos Açores.”

⁶⁹ Embora a população esteja a contar em obter resultados das suas reivindicações, no entender da cónsul estará, no entanto, na disposição de dar ao governo central algum tempo para resolver os problemas.

À distância, o embaixador dos Estados Unidos tem uma percepção diferente dos acontecimentos que também reporta para o Departamento de Estado. É coincidente com a cónsul quando considera que a manifestação do 6 de junho não foi uma ação coordenada nem foi feito nenhum esforço sério para retirar vantagens e criar uma situação favorável no sentido da independência e além disso, “os principais líderes do movimento independentista permitiram a sua prisão e foram transportados para outra ilha (de que são exemplo Franco, Câmara, Índio, Carreiro, Meneses).

A análise de Carlucci incide sobre as ações e omissões, propositadas ou não, por parte do governo:

“A resposta do governo foi cautelosa, talvez pela incerteza em relação aos acontecimentos. Mais significativo foi o governo, aparentemente, não ter reforçado com tropas do continente. (recebemos o reporte de que duas companhias de tropas se tinham recusado a ir para as ilhas quando lhes foi ordenado. Esse reporte não está confirmado, mas pode bem ter sido verdade, tal como aconteceu com a recusa recente de tropas de embarcarem para Angola. A reação pública do governo tem sido nula: o governo não emitiu nenhuma declaração formal.”⁷¹

Importante, na opinião transmitida pelo embaixador, foi não ter sido feita qualquer tentativa de explorar os acontecimentos nos Açores com os EUA ou da sua cumplicidade “apesar do alegado envolvimento do funcionário do consulado em Ponta Delgada, Victor Cruz”, mas seria apenas uma questão de tempo.

Carlucci antecipa para o Departamento de Estado o que julga virem a ser as ações a tomar pelo governo face aos incidentes nos Açores.

“O governo vai fazer um esforço para reduzir as legítimas queixas económicas dos ilhéus; vai rápida e deliberadamente colocar gente da sua confiança na

⁷¹“Lisbon, 3263, June, 10, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

administração militar e civil das ilhas; vai lentamente expurgar as autoridades que suportam a independência e irá tentar esmagar o movimento gradualmente, através de detenções, prisões e talvez expulsões dos seus líderes.”

Pode considerar-se que o embaixador e a cônsul confluem na visão de que a população micaelense obteve “uma vitória parcial no 6 de junho, forçando a saída do governador”, colocaram em evidência “a fragilidade do controlo de Lisboa”. No entanto, enquanto a cônsul entende que o movimento separatista ficará latente, o embaixador tem opinião diferente:

“A menos que o movimento independentista venha a mostrar uma inesperada habilidade da sua liderança e capacidade de mobilização, o movimento entrará em declínio. Pode vir a representar uma irritação mas não um perigo para o partido republicano.”

O embaixador dos Estados Unidos em Lisboa e a cônsul em Ponta Delgada acabam por partilhar a opinião de que o movimento independentista, por não ter uma ampla base de apoio e liderança forte, irá definhir em breve.

8. Funcionários do consulado e as ligações separatistas

Elementos ligados ao movimento separatista tinham uma relação laboral com o consulado dos Estados Unidos em Ponta Delgada. O advogado que prestava apoio jurídico, Abel Carreiro, foi um dos presos do 6 de junho e Victor Cruz, popular locutor do Emissor Regional dos Açores, foi outro dos detidos na madrugada de 9 de junho, uma das consequências imediatas da manifestação do 6 de junho. Era entendimento do consulado que essas ligações em nada comprometiam os princípios de neutralidade que os Estados Unidos afirmavam, mas os independentistas pretenderam aproveitar a

situação para forçar a uma tomada de posição favorável aos seus interesses por parte da administração norte-americana.

Desde 1974 que o Departamento de Estado estava informado da relação estreita de Victor Cruz com os separatistas. O então embaixador em Lisboa, Stuart Nash Scott⁷², havia reportado uma conversa mantida com Mota Amaral na qual o deputado à Assembleia Nacional havia confessado ter recebido, das mãos de Victor Cruz, uma cópia do manifesto do MAPA⁷³. Em janeiro de 1975 o cônsul em Ponta Delgada informa o Departamento de Estado da primeira referência pública que relacionava o apoio do governo norte-americano ao MAPA pelo facto de manter nos serviços consulares um reconhecido membro do movimento. Apesar dessa associação, Daniels defende a manutenção de Victor Cruz, pelas vantagens que este poderia trazer para a administração e justifica:

“Na verdade, Cruz não é das figuras mais importantes do MAPA. Ele não faz segredo das suas simpatias, mas não faz parte do grupo de liderança. Não escreve comunicados ou outros materiais e não tem por hábito falar ou assistir aos comícios do MAPA. Ele tem excelentes fontes no MAPA e em outros lugares, sendo uma fonte de informação valiosa. A principal fama de Cruz é por ter redigido, alguns dias após a revolução, um documento que reclamava a autodeterminação dos Açores. Esse documento foi divulgado e aproveitado por outros como a base do que veio a ser posteriormente o MAPA.”⁷⁴

No comentário ao telegrama, o cônsul vê vantagens na manutenção do vínculo laboral: “não acreditamos que, sacrificando Cruz, se ponha fim às tentativas de relacionar o MAPA com o governo norte-americano, pode até ter efeito contrário.”

⁷² Stuart Nash Scott foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Portugal de 19 de dezembro de 1973 a 12 janeiro 1975.

⁷³ “Lisbon, 2300, June, 4, 1974”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. Também citado em GOMES, ob. cit., p. 198.

⁷⁴ “Ponta Delgada, 13, January, 21, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

Mas a ligação de Victor Cruz com o movimento independentista deixa o embaixador Carlucci intranquilo ao ponto de solicitar que a cónsul recolhesse informações sobre o funcionário do consulado norte-americano em Ponta Delgada. Num telegrama onde o assunto é “Mapa e Victor Cruz”, o embaixador em Lisboa solicita

“Durante a sua visita aqui (a Lisboa) gostaria de obter a sua opinião sobre o problema Victor Cruz. Continuamos preocupados com as implicações da sua associação com o MAPA. Por favor esteja preparada para fazermos uma avaliação completa das opções sobre o assunto.”⁷⁵

Esta solicitação deixa perceber que o embaixador deixava em aberto a opção de manter ou não Victor Cruz ao serviço do consulado para evitar qualquer conotação ou proximidade entre os movimentos separatistas e a administração norte-americana.

8.1. Independentistas reclamam protesto americano

Dirigentes separatistas radicais terão pretendido retirar dividendos para o movimento da detenção de Victor Cruz. Outros, designadamente o chefe da polícia, Afonso Moniz, que confirmou à cónsul a detenção do funcionário do consulado e de outras 28 pessoas em S. Miguel, “os principais líderes do MAPA/FLA,”⁷⁶ e o tenente-coronel Miranda que assumiu ter sido obrigado a deter o “amigo de infância (...) com lágrimas nos olhos”⁷⁷. Em conversa mantida, em casa da cónsul, o comandante do Batalhão de Infantaria 18 disse “ter a certeza que Cruz não tinha feito nada de mal e que o seu nome estava na lista por ser funcionário do consulado e, nessa condição, ser

⁷⁵ “Lisboa, 1077, february, 27, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁷⁶ “Ponta Delgada, 206, june, 9, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 161).

⁷⁷ Ponta Delgada, 208, june, 11, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

acusado de ser um agente da CIA.”⁷⁸ Já o comandante da polícia considerava que a prisão e investigação de Victor Cruz seria benéfica para o próprio, na medida em que “iria clarificar e colocar, de uma vez por todas, um ponto final, na questão dos seus contactos com os separatistas.”⁷⁹

Na conversa que manteve com a cônsul e que esta imediatamente reportou ao Secretário de Estado e ao embaixador em Lisboa, o comandante da polícia informou que o Governador Militar tinha sido “pressionado” e não teve “alternativa” senão ordenar as “necessárias prisões” que foram também contrárias à vontade “de Moniz e Miranda, os oficiais açorianos do exército que têm sido fundamentais na manutenção do controlo desde os incidentes do 6 de junho”⁸⁰, afirma Pfeifle.

A cônsul está convencida de que “eles apenas concordaram em cumprir a ordem de prisão por lealdade pessoal a Magalhães.”⁸¹ A diplomata suspeita que “o Governador Militar Magalhães está sob pressão de Lisboa para tomar uma linha mais dura contra os separatistas.”⁸² Segundo tenente-coronel Miranda, o próprio comandante naval dos Açores, o comandante Riccou, havia ameaçado prender o general Altino Magalhães e os que se opusessem à ordem de prisão. O tenente-coronel Miranda estava preocupado com o facto de a imprensa nacional escrever, sobre ele, que era um spinolista, e apelidarem o general Altino de Magalhães de fascista. A cônsul escreve que

⁷⁸ Ponta Delgada, 208, june, 11, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. Nesta conversa, o tenente-coronel Miranda também se refere a Franco, “um outro velho amigo também detido” o qual tinha mantido conversas com o consulado norte-americano em Ponta Delgada. O tenente-coronel Miranda explicou que “o comandante das forças navais nos Açores, Riccou, telegrafou para o almirante Rosa Coutinho (um telegrama de Carlucci de 2 de junho dá conta de que Rosa Coutinho tinha indícios de que iria acontecer um golpe militar nos Açores) solicitando a ordem direta de prisão.

⁷⁹ Ponta Delgada, 203, june, 9, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

⁸⁰ Neste telegrama, a cônsul também informa que “a rádio de Ponta Delgada anunciou as detenções às 2 horas locais citando um comunicado do impopular comandante naval dos Açores, comodoro Emanuel Riccou, que chefiou uma comissão composta por quatro oficiais, todos aparentemente continentais.”

⁸¹ Ponta Delgada, 206, june, 9, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 161).

⁸² Ponta Delgada, 203, june, 9, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

“Miranda está profundamente preocupado. Não está pronto para um golpe. Ele é um soldado português leal, mais liberal do que os líderes separatistas. Ao mesmo tempo que está perturbado pelos acontecimentos em Lisboa está preocupado com a situação nos Açores e com o seu próprio futuro”.⁸³

Também o general Altino de Magalhães, embora estivesse certo de que “o incitamento à desordem pública” não poderia ficar impune, encarou com dificuldade as ordens de prisão. A sua versão dos acontecimentos não é a mesma da do comandante Miranda. O general Altino de Magalhães assume que a ordem de prisão foi sua, mas mantém em não revelar quem lhe forneceu os nomes dos alegados envolvidos. Segundo relato do próprio, quando lhe pretenderam dar meia dúzia de nomes, exigiu mais porque “um, era nomear um herói, mas 30, já não existem 30 heróis”.⁸⁴

Membros mais radicais do movimento procuram a cônsul com outro intuito, não o de justificar a detenção de um funcionário ao serviço dos norte-americanos como haviam feito o comandante do Batalhão de Infantaria 18 e o comandante da Polícia, mas para exigir uma reação dos Estados Unidos. Apresentando-se como o chefe da FLA para a região dos Açores, nessa condição, Blétière declarou:

“A detenção de Cruz exigia uma resposta imediata e firme por parte do governo americano, disse que os Açores ou estão sob a esfera dos EUA ou sob a influência soviética e se estão sob a nossa influência, então o governo tem de protestar imediatamente contra as prisões, senão ele vai montar uma campanha contra o governo americano junto da imprensa europeia.”⁸⁵

Nesta conversa mantida com a cônsul, Blétière solicitou também apoio dos Estados Unidos para a causa independentista que elencou:

⁸³ Ponta Delgada, 208, June, 11, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

⁸⁴ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

⁸⁵ “Ponta Delgada, 203, June, 11, 1975”, www.archives.gov/7aad7series-description.jsp.

“Primeiro pediu suporte psicológico por parte do governo americano. De seguida disse que queria que o governo americano enviasse especialistas em guerra subversiva, 5 treinados por espano-americanos. Blétière alegou ter o compromisso do gabinete do senador Thurmond⁸⁶ e de um escritório oficial do Pentágono, que não indicou o nome, para o reconhecimento e prestação da assistência necessária dois dias depois da declaração de independência dos Açores. Disse estar cansado de meias promessas feitas pelo governo americano que não eram cumpridas e fortemente implícitas da obrigação do governo americano em ajudar a FLA.”⁸⁷

A cônsul recordou ao separatista a política dos EUA: “a política de neutralidade do governo americano mantém-se inalterada e os pedidos estavam fora de questão.”

Apesar de incomodada com a forma intempestiva como foi abordada, a cônsul só reportou a informação para o Departamento de Estado depois de ter sido de novo procurada, dois dias depois, por Blétière. Desta vez, os pedidos eram menos materiais e mais no sentido da intervenção política da administração norte americana, designadamente para que

“O consulado utilizasse as suas facilidades para transmitir, à comissão das Nações Unidas que está a estudar a política colonial portuguesa, a petição escrita por algumas das esposas dos presos do 6 de junho protestando contra o colonialismo português nos Açores.”

⁸⁶ James Strom Thurmond (1902-2003), foi governador da Carolina do Sul, eleito para o Congresso em 1954 inicialmente pelo Partido Democrata mas a partir de 1964, por discordar da Lei dos Direitos Civis, mudou-se para o Partido Republicano. Fez a mais longa carreira política no Senado, tendo sido também o único político no ativo com 100 anos. De acordo com David Raby a ação do senador Strom Thurmond vai ligar-se, pela via dos interesses privados do Grupo Thurmond e outros investidores norte-americanos (alguns deles implicados no crime organizado) com os independentistas. A tentativa de desestabilizar a situação política nas ilhas associa interesses políticos e económicos. Em “O 25 de Abril e os Açores”, in RODRIGUES, Luís Nuno; DELGADO, Iva, CASTANO, David (coord), *“Portugal e o Atlântico 60 anos dos Acordos dos Açores”*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Coleção Portugal, Estado e Economia, Lisboa, 2005.

⁸⁷ “Ponta Delgada, 206, June, 11, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 161).

Na resposta, dentro daquelas que eram as orientações do Departamento de Estado, a cônsul terá aplicado um tom incisivo

“O governo americano não encara os Açores como uma colónia. Os acontecimentos do 6 de junho são questões internas e a petição não será transmitida a nenhuma comissão.”

A cônsul reportou ainda para o Departamento de Estado ter dado “instruções ao staff para, no caso de Bélière ir de novo ao escritório, não pretendia ser incomodada.”

O embaixador em Lisboa terá ficado incomodado com a situação. A 17 de junho, em telegrama enviado para o consulado com informação para o Departamento de Estado, demonstra interesse em ser atualizado sobre a situação política geral e questiona o consulado: “alguma novidade sobre Cruz ou Blétière?”⁸⁸ No dia seguinte a cônsul traça a biografia de Blétière para o Departamento de Estado com informação para o embaixador em Lisboa⁸⁹.

O consulado só voltaria a fornecer informações escritas sobre Blétière ao Departamento de Estado em outubro, para dar conta que o membro da ala direita da FLA tinha sido afastado e ia abandonar os Açores. A cônsul acredita que “os membros da ala direita seguirão agora os líderes moderados (leia-se PPD) da FLA”⁹⁰. No comentário, a cônsul Pfeifle escreve

“A disputa entre as fações da FLA em S. Miguel atrapalhou o movimento nos últimos meses. A fação moderada, vencedora em S. Miguel e representada pelo

⁸⁸ “Lisbon, 3390, june, 17, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

⁸⁹ O telegrama refere que Blétière tem cerca de 40 anos e é de nacionalidade francesa. “Veio para os Açores há cerca de dez anos, proveniente da Argélia. É casado com uma micalense cujo pai, Araújo Lima, tinha uma serragem de madeira e interesses na agricultura, negócios que estavam a ser geridos por Blétière. É um amante da caça e do mergulho. Tem tendência para dominar as conversas, mas mais pelo volume da sua voz do que pelos seus argumentos. Os pais e vários irmãos de Blétière também residem em S. Miguel. “Ponta Delgada, 217, june, 18, 1975” www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

⁹⁰ “Ponta Delgada, 399, october, 16, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp.

deputado do PPD, Mota Amaral, partilha uma orientação social democrática na FLA. Parece que pela primeira vez, há uma unidade da FLA em todos os Açores.”

Capítulo II – O recrudescimento do movimento e as ligações internacionais

Passada a euforia do 6 de junho e da contramanifestação do 16 de junho⁹¹, ambas em Ponta Delgada, os separatistas sentiram necessidade de se aproximar dos diplomatas norte-americanos ao serviço em Portugal. Numa altura em que, por todo o país se sucedem as manifestações de descontentamento com o poder instituído, é perceptível a instabilidade do Movimento das Forças Armadas e está latente uma viragem no rumo político do frágil governo do país, surge o alerta da cisão dos Açores.

A meados de julho, o Departamento de Estado é avisado da eminência de uma declaração unilateral de independência dos Açores e das implicações que isso traria quer para o continente quer para os Estados Unidos. São fornecidas instruções aos norte-americanos sobre o dispositivo de armas de que dispunham os independentistas, bem como do seu interesse em não se envolverem com as forças de direita que apoiavam o general Spínola na sua tentativa falhada de retomar o poder. Nessa altura, também a

⁹¹ De acordo com o relato feito pela cônsul para o Departamento de Estado e embaixada em Lisboa, em Relatada pela cônsul em: “Ponta Delgada, 216, June, 18, 1975”, www.archives.gov7aad7series-description.jsp. Algumas centenas de pessoas percorreram as ruas de Ponta Delgada numa manifestação de protesto em relação à anterior manifestação a favor da independência. Os manifestantes gritavam “Socialismo sim, Separatismo não”, “MAPA, FLA e FRIA. Todos pertencem à CIA”, “Açores não estão à venda”, entre outras palavras de ordem e inscrições em cartazes.

ação dos independentistas nos Estados Unidos é exercida com total liberdade quer em encontros com responsáveis na administração quer em manifestações públicas.

1. A ação da FLA nos EUA

A experiência do embaixador de Portugal em Washington, João Hall Themido radicado nos Estados Unidos de 1971 a 1981, e que relata em livro, leva-no a concluir que “quando o processo iniciado em 25 de abril de 1974 atingiu esta fase, o Departamento de Estado manifestou sérias preocupações.”⁹² A fase a que se refere é o pós-11 de março de 1975, quando “a comunidade luso-americana, que sempre havia manifestado preocupação com a mudança ocorrida em Portugal, passou a exteriorizar esses sentimentos em diligências junto de elementos do Congresso, cartas aos jornais de língua portuguesa, bem como em manifestações de rua, convocadas para Nova Iorque, Boston e Washington.”

A ação dos separatistas terá ganho impulso depois de José de Almeida se ter radicado nos Estados Unidos “para aí desenvolver a sua campanha, orientada sobretudo para a angariação de fundos destinados à independência dos Açores.”⁹³ José de Almeida⁹⁴ assume ter mantido contactos com políticos norte-americanos ao nível do Congresso e do Departamento de Estado, onde reuniu, por diversas ocasiões, com o chamado *portuguese desk* (tal como Kissinger tinha instruído em 1974: o contacto com o movimento independentista, a existir, deveria ser ao mais baixo nível), mas prefere não revelar o nome dos políticos com quem contactou. Sobre estes encontros,

⁹² THEMIDO, João Hall, *Dez anos em Washington 1971-1981*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995. p. 211.

⁹³ THEMIDO, ob. cit. p. 216.

⁹⁴ Entrevista a José de Almeida, 9.2.2011.

Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá destacam o encontro do líder da FLA, que se fez acompanhar por Paul e Jean de la Blétière, com dois elementos do National Security Council, Bob Wolthuis e Denis Clift, que elaboraram um memorando sobre o encontro para Brent Scowcroft, conselheiro adjunto para segurança nacional.⁹⁵

José de Almeida esclarece que “nunca o diálogo com os EUA foi no sentido de haver qualquer espécie de controlo americano sobre aquilo a que chamamos independência, de forma nenhuma pretendíamos um protetorado de ninguém.”

A ação dos separatistas não só passou a ser visível como também se pulverizou junto de instituições norte-americanas ou instaladas nos EUA, sobretudo nos meses do verão de 1975. O embaixador João Hall Themido relata a realização de manifestações junto da embaixada portuguesa nos EUA que expressavam a preocupação para com os acontecimentos em Portugal. Em particular, aborda a manifestação de Boston, “organizada por cabo-verdianos preocupados com o ascendente do PAIGC, que acabou por ser dominada por açorianos e transformada num gesto a favor da independência dos Açores.”⁹⁶

O então embaixador português em Washington não partilhava a mesma visão do Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação à forma como os serviços, e ele próprio, deveriam lidar com os manifestantes. Foi evidente esse desalinhamento aquando de uma manifestação em Washington organizada pela comunidade de origem açoriana, da qual o embaixador teve conhecimento prévio e lhe foi solicitado que não recebesse uma delegação de manifestantes.

“Dentro da orientação de manter contacto com todos os elementos da comunidade portuguesa, fossem quais fossem as circunstâncias, manifestei ao

⁹⁵ GOMES, ob. cit. p. 201.

⁹⁶ THEMIDO, ob. cit. p. 220.

Ministério dos Estrangeiros a intenção de dialogar com estes açorianos. O Ministério discordou, entendendo mais importante significar o repúdio oficial a movimentos separatistas do que a manter a embaixada em Washington com capacidade de diálogo com esse setor da comunidade.”⁹⁷

Logo após a manifestação do 6 de junho, o Departamento de Estado informa a embaixada em Lisboa e o consulado em Ponta Delgada da manifestação em Washington organizada pelo comité para a independência dos Açores que havia juntado cerca de 350 pessoas em frente ao Departamento de Estado. Foram feitos discursos, distribuíram panfletos e havia um altifalante que reproduzia marchas de John Filipe de Sousa. O Departamento recusou receber o grupo, mas um dos guardas do edifício aceitou uma carta”.⁹⁸ A carta, entregue furtivamente, era dirigida ao Secretário de Estado e declarava:

“O governo provisório clandestino dos Açores é o único representante legítimo do povo dos Açores.

- O povo dos Açores foi submetido a uma humilhante e degradante escravidão sem o mínimo respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, com deliberado desrespeito pela Carta das Nações Unidas e uma negligência chocante em relação ao consenso universal sobre uma ordem democrática.

- Expressa determinação na realização de um referendo sobre a independência.

- Solicita ao governo dos Estados Unidos para só reconhecer o governo provisório clandestino como único representante legítimo do povo açoriano.

- Classifica a rota para a independência como irreversível e que todo e qualquer contrato de utilização de bases que exista entre Washington e Lisboa seja totalmente inválido.”

O telegrama, que seguiu também para os serviços do Departamento de Estado em todas as capitais da NATO, Missão dos EUA na NATO, embaixadas em Estocolmo,

⁹⁷ THEMIDO, ob. cit. p. 220.

⁹⁸ “Washington, 164382, july, 12, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

Madrid e Brasília, informa que manifestações semelhantes também aconteceram junto às embaixadas em Washington, de Portugal e França e ainda junto ao capitólio. O Secretário de Estado Adjunto termina a informação declarando:

“Não planeamos responder à carta. A nossa política sobre o movimento de independência dos Açores e o futuro estatuto político das ilhas é de estrita neutralidade.”

Dezoito dias depois da manifestação em frente ao Departamento de Estado, Robert Ingersoll volta a lançar um alerta para todas as capitais da NATO, a embaixada em Lisboa, o consulado em Ponta Delgada e o comando americano nas Lajes. Desta vez o alvo é José de Almeida e a ação que o líder independentista estava a desenvolver - suspeita o Secretário de Estado Adjunto - em embaixadas europeias nos EUA.

As embaixadas de Itália, Suíça e Bélgica, tendo por base os contactos do líder separatista, foram as únicas que solicitaram informações ao Departamento de Estado ao que lhes foi respondido:

“Fornecemos dados factuais sobre os incidentes do 6 de junho em Ponta Delgada, reforçamos que o chamado governo provisório dos Açores não é reconhecido pelos Estados Unidos nem tem qualquer tipo de estatuto jurídico. Quando nos questionaram sobre a nossa política em relação à FLA e aos separatistas dos Açores, respondemos que os Estados Unidos entendem que o estatuto político das ilhas é uma questão meramente interna portuguesa e que nós somos totalmente neutros sobre a sua resolução”⁹⁹.

A 3 de julho um telegrama assinado pelo Secretário de Estado para os Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Joseph J. Sisco¹⁰⁰, informa o consulado em Ponta

⁹⁹ “Washington, 152287, June, 28, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁰⁰ Joseph J. Sisco (1919-2004) diplomata norte-americano. Entre 1974-1976 foi Secretário de Estado para Assuntos Políticos no Departamento de Estado. Durante os cinco anos em que trabalhou para o Departamento de Estado esteve envolvido em situações críticas da política externa dos EUA.

Delgada e a embaixada em Lisboa da abordagem telefónica feita à *portuguese desk* pelo advogado Albert P. Blaustein¹⁰¹ que se manifestava inclinado para aceitar representar, a pedido de José de Almeida e Carlos Matos, os interesses da Frente de Libertação dos Açores junto dos Estados Unidos. “O escritório de advogados de Blaustein atua de forma idêntica com o governo do Bangladesh.”¹⁰² O advogado neste caso em particular exerceria mais as funções de relações públicas e *lobying* pretendia aferir a sensibilidade do governo norte-americano para apoiar uma luta armada que viesse a ser desencadeada por forças separatistas. Informou o Departamento de Estado que “a FLA pretende criar um fundo especial (fora dos EUA) para compra de armas, os líderes da FLA tinham contactos com um antigo general francês.”¹⁰³ O Departamento de Estado replicou ao advogado a sua posição em relação ao movimento separatista

“A atitude dos Estados Unidos em relação à independência dos Açores é de rigorosa neutralidade. Revimos dados factuais sobre os Açores e a manifestação separatista de 6 de junho, foi-lhe recordada a lei de registo de agentes estrangeiros¹⁰⁴. O advogado disse que a sua chamada era apenas de cortesia, não estava à procura de auxílio por parte do governo americano.”

O mesmo telegrama alerta ainda os diplomatas em Portugal para duas outras situações:

¹⁰¹ Segundo a página eletrónica do escritório de advogados Blaustein, este americano é especialista em direitos humanos e civis e direito constitucional. Foi consultor para a redação de constituições de vários países, como o Peru, Camboja e o Bangladesh. Esteve também envolvido, embora de forma mais superficial, nas constituições da Polónia, África do Sul, Hungria, Roménia, Níger, Uganda e Trinidad e Tobago. Foi docente em várias universidades. Em 1974 o escritório de Blaustein representava os interesses do Bangladesh junto dos Estados Unidos. Cf. <http://blausteis.nl/index.php/en/company/family-history/well-known-personalitie/61-albert-p-blausteis>.

¹⁰² “Washington, 152287, July, 3, 1971” www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ O chamado Foreign Agents Registration Act que exige a divulgação da atividade de *lobying*. <http://www.fara.gov>

1. A 4 de junho de 1975 a revista *National Review*¹⁰⁵ publicava um artigo da autoria de Buckley William que apoiava a ação da FLA.
2. Informações da embaixada italiana davam conta de que os embaixadores da Comunidade Económica Europeia eram unânimes de que os representantes da FLA não deveriam ser recebidos nas embaixadas.

A atitude das embaixadas europeias em Washington não estava em sintonia com a prática da administração norte-americana. Quer o Departamento de Estado quer os serviços diplomáticos em Portugal mantinham contactos com os separatistas.

2. Separatistas com diplomatas em Portugal

Pela primeira vez na documentação americana do ano de 1975 é inequivocamente associado o nome de Mota Amaral ao movimento independentista (movimento independentista é como prefere classificar Frank Carlucci por oposição à cónsul que até ao final do verão de 75 utiliza a expressão “separatistas”, optando depois pelo termo independentistas). O embaixador dos Estados Unidos em Lisboa e a cónsul em Ponta Delgada foram procurados por independentistas que informaram os diplomatas da eminência da declaração de independência. Carlucci assume desconhecer “a dimensão das ligações pessoais de Amaral com o movimento independentista,”¹⁰⁶ mas garante “está no primeiro nível em Lisboa do conhecimento interno da situação nos Açores”.

¹⁰⁵ Revista quinzenal de política fundada por em 1955 por Buckley William que foi determinante no estímulo ao movimento conservador.

¹⁰⁶ “Lisboa, 4156, July, 23, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

É também a primeira vez que na documentação americana disponível é abordada a organização militar da FLA. É abordada a posse de armamento e reafirmada a lealdade das tropas ao movimento separatistas.

O embaixador e a cônsul almoçaram, a 10 de julho em Lisboa, com o líder do PSD-Açores e deputado à Assembleia Constituinte. Segundo Mota Amaral, que promoveu o encontro, estava em marcha a estrutura para a revolta, “os sargentos eram solidamente a favor da independência” e esta era uma das razões que o levaram a afirmar que se “tinha tornado inevitável a revolta nos Açores”. A outra prendia-se com questões de defesa militar do arquipélago

“O exército na ilha solicitou mísseis terra-ar, aparentemente para defender as ilhas contra um ataque dos spinoлисты. Os conselheiros para os assuntos políticos (Polcouns ou Polcounselor) mostraram ceticismo, mas Amaral afirmou que tinha sido prometido que os misseis seriam entregues dentro de algumas semanas.”¹⁰⁷ (Pelo teor do telegrama não se percebe a quem tinham sido solicitados os misseis).

No mesmo telegrama, o embaixador informa o Departamento de Estado que foi contactado, em sua casa (num domingo à tarde, a 13 de julho), por Jorge Soares Mota (Moura é o nome correto)¹⁰⁸. Informou que “a FLA vai fazer uma declaração de princípios a 14 de julho” e que esperava que os norte-americanos mantivessem os serviços consulares em Ponta Delgada depois da revolta na medida em que “isso constituiria um forte apoio moral para os apoiantes da independência.”

¹⁰⁷ “Lisboa, 3967, July, 14, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁰⁸ O embaixador identifica-o como sendo o irmão do editor do jornal *Açores* (Gustavo Moura, um dos presos do 6 de junho). Tinha sido comandante de uma companhia do exército composta por açorianos que serviram em Angola (a Companhia de Caçadores 1737, mobilizada pelo Batalhão Independente 17, de Angra do Heroísmo, que esteve em campanha entre 1967 e 1969. Jorge Moura, tinha o posto de capitão miliciano de infantaria. Cf. <http://pagfam.geneall.net/1852/pessoas.php?id=1042155>, consultado em 20 de fevereiro de 2013) e era funcionário, em Lisboa, da petrolífera Mobil.

O objetivo da visita de Jorge Moura era também o de fazer ao embaixador norte-americano um ponto de situação sobre a FLA. A estratégia defendida por alguns, onde se incluía o próprio Jorge Moura, era afastar José de Almeida da liderança do movimento separatista por causa das suas ligações ao anterior regime, situação que causava “embaraço” aos separatistas. Outro elemento incómodo era o “homem de contacto com o governo francês”, que também tinha ligações com o antigo regime, mas essas substituições a serem efetuadas, iriam provocar instabilidade interna, adverte. Segundo Jorge Moura, foi devido a essa base sólida de rutura e afastamento em relação ao regime anterior a abril de 74 que levou o movimento a rejeitar “o apoio proveniente de grupos de direita de Portugal e Espanha que pretendiam usar os Açores como base para derrubar o governo.”¹⁰⁹ Jorge Soares Moura adianta ao embaixador que a organização militar da FLA está a ser preparada por um ex-oficial do exército

“A FLA tem somente armas de infantaria, poucas basookas e morteiros. Ainda não consideraram cuidadosamente uma reação a uma resposta militar por parte do governo. Os separatistas estão confiantes que o exército acredita nada poder fazer perante uma revolta. Mota sente que as tropas do continente se recusarão a ir para os Açores e se forem, recusar-se-ão a combater.”

No comentário a este telegrama, Franck Carlucci mostra-se convencido de que será declarada a independência dos Açores

“A aceitação da inevitabilidade de uma revolta nos Açores por parte dos apoiantes da independência e o conhecimento que os portugueses no continente têm, sugere que uma tentativa de independência pode, realmente, ser feita dentro em breve, apesar do facto de o movimento de independência parecer não estar particularmente bem preparado para lidar com as consequências políticas, militares e económicas de uma revolta.”

¹⁰⁹ “Lisboa, 3967, July, 14, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

A cônsul partilha da mesma opinião do embaixador colocando a questão em termos do grau de autonomia a ser conferida aos Açores. Também Pfeifle não tem dúvidas de que “o separatismo ganhou apoio e respeitabilidade nas últimas semanas”¹¹⁰ e que “não é segredo que a independência tem o forte apoio do PPD”, mas “a posição política da autonomia é declaradamente defendida pelo general Magalhães, que provavelmente tem o apoio da maioria dos militares.” A cônsul considera que o governo tem uma escolha difícil pela frente

“Pode dar aos Açores uma autonomia política e económica, defendida pelo PPD, ou pode tentar pacificar o arquipélago com uma autonomia administrativa que mantém o poder de decisão em Lisboa, mas assim faz crescer os riscos de um movimento de independência. Independentemente do grau de autonomia conferido, os Açores dificilmente aceitam ficar sob domínio de um governo comunista.”¹¹¹

O embaixador Carlucci expõe ao Departamento de Estado, e a várias embaixadas americanas na Europa, o contexto e os cenários possíveis para a política portuguesa dos efeitos da cisão açoriana

“Alguns acreditam que provocaria uma revolta no norte de Portugal, outros estão convencidos que levaria a uma forte inclinação para a esquerda e a uma dura repressão dos elementos democráticos em Portugal. Alguns preveem uma combinação de ambas as leituras. Uma terceira possibilidade, que se apresenta mais plausível porque o governo nada faz, é que o governo já decidiu que não pode travar a revolta porque está voltado para os seus problemas internos e com Angola. Neste caso, a reação seria limitada a fortes ataques verbais, manifestações e atividade diplomática – muita da qual seria dirigida contra o governo americano. Em qualquer caso, parece haver forte resistência por parte

¹¹⁰ “Ponta Delgada, 265, July, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹¹¹ Idem.

dos apoiantes da independência com quem falamos para o uso dos Açores como base para a contrarrevolução no continente.”

No final do telegrama, o embaixador refere que às questões colocadas por Mota Amaral e por Soares Mota foi reiterada “a nossa posição de neutralidade em relação a quaisquer esforços independentistas.”

Passada uma semana, o embaixador amadureceu a leitura sobre os acontecimentos. Considera, agora, que a situação nos Açores dependerá da evolução da situação política no continente.

“Os nossos contactos concordam que uma revolta pode ser evitada se o governo se comprometer com uma série de medidas conciliadoras, o que parece altamente improvável. O governo de Lisboa deve avançar ainda mais para a esquerda. As nossas fontes consideram que uma revolta é virtualmente certa.”¹¹²

Segundo fontes de Carlucci, com origem em várias embaixadas os comunistas eram favoráveis à independência dos Açores. Alegavam que se a independência fosse alcançada iria gerar “um sentimento público contra os EUA, a Europa Ocidental e os democratas portugueses, detendo o declínio do suporte comunista”¹¹³ permitindo uma viragem à esquerda contra os partidos democráticos e os militares. Desde que os Estados Unidos garantissem o seu objetivo estratégico da Base das Lajes, “permitiríamos que Portugal fosse tomado pelos comunistas como uma “vacina” para o resto da Europa do sul.” Opondo-se a este ponto de vista, o embaixador relata um outro que tem ouvido com insistência em Lisboa e que ia no sentido de perceber que a independência dos Açores “provocaria uma revolta complementar contra o partido no poder”.

¹¹² “Lisboa, 4156, July, 23, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹¹³ “Lisbon, 4185, July, 24, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

Depois de ter estado em Lisboa com o embaixador Carlucci e de ter participado num almoço com Mota Amaral, a cônsul, de regresso a Ponta Delgada, apercebe-se que “apesar de haver uma convicção generalizada de que o apoio à independência se espalhou por todo o arquipélago, não há qualquer evidência de um ato planeado”.¹¹⁴ No entanto, observava alterações no comportamento da população açoriana

“Recentemente temos notado que pessoas que antes nunca discutiam sobre política, agora falam de independência. Muitos falam “quando” e não “se” vai acontecer a independência.”¹¹⁵

Relata também que os jovens distribuem bandeiras com as inscrições “Comité de Juventude dos Açores 75” e “União Democrática e Revolucionária para a Independência da Madeira e dos Açores.

Para além dessas evidências no ambiente social e político em Ponta Delgada, Pfeifle obteve informações de uma fonte militar e de outra partidária que classificou de “significativas”. A fonte militar era o coronel Miranda que, segundo relatou a cônsul para o Departamento de Estado, pessoalmente não era a favor da independência, politicamente situava-se entre o PPD e o PS, mas estava naquela altura particularmente preocupado que o MFA estava a implementar utilizando métodos “copiados de Cuba” e isso poderá ter implicações graves, designadamente conduzir a uma guerra civil, e com repercussões nos Açores¹¹⁶. Da conversa, com as fontes política e militar, a cônsul informou o Departamento de Estado

“O comandante do Batalhão 18 indicou que está a aumentar o descontentamento no meio militar com o rumo do MFA e do governo. A somar a isso, é evidente que a independência é uma opção para o PPD. Ambos, Miranda e a fonte do

¹¹⁴ “Ponta Delgada, 257, july, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹¹⁵ “Ponta Delgada, 265, july, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹¹⁶ “Ponta Delgada, 259, julho, 18, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

PPD da Terceira, acreditam que o governo comunista de Portugal vai empurrar os Açores para a independência. (...) Com exceção de rumores de uma reunião realizada em Paris, não há sinais de atividade da FLA. Não foi feita qualquer declaração a 14 de julho.”¹¹⁷

Os receios de uma declaração unilateral de independência agudizam-se pouco depois, devido à deriva comunista que se desenha em Portugal.

3. As reuniões de Paris

Os rumores da reunião de Paris de que tinha dado conta a cônsul Pfeifle chegaram também ao conhecimento do Departamento de Estado por outra via. Donald Gillies, um cidadão americano que durante algum tempo residiu em Ponta Delgada e tinha relacionamento estreito com alguns dos líderes separatistas, alertou a *portuguese desk* para o facto de o açoriano Francisco Gomes, que se encontrava na residência de Gillies, em Richmond a visitá-lo, ter partido antecipadamente para participar numa reunião em Paris com o Exército de Libertação de Portugal (ELP). Francisco Gomes, estava confiante que a FLA iria entrar em ação dentro de poucas semanas, informou o amigo americano ao departamento responsável pelos assuntos ibéricos. Kissinger termina o telegrama, enviado também para a embaixada em Lisboa, fazendo uma recomendação ao consulado em Ponta Delgada específica sobre Gillies: “gostaria de receber informações sobre a extensão dos seus contactos com os líderes da FLA”¹¹⁸

¹¹⁷ “Ponta Delgada, 257, July, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹¹⁸ “Washington, 174710, July, 24, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

O norte-americano Donald Gillies¹¹⁹ não era caso único com ligações estreitas aos separatistas. Políticos e homens de negócio mantinham contactos com os líderes separatistas chegando mesmo a encontrarem-se em França. Numa das reuniões realizadas em Paris foi traçado um plano que implicava investimentos norte-americanos nos Açores em casinos, jogos, transações bancárias francas como contrapartida de apoio financeiro para a insurreição que conduziria à independência. Na mesma altura, os membros da FLA, entre os quais José de Almeida, Mota Amaral, Carlos Matos¹²⁰, Jean Denis Raingeard¹²¹ e ainda representantes da FLA do Faial e da Terceira, António Guilherme Berbereia Moniz¹²², reuniram com um grupo ligado a interesses islâmicos interessado em criar, no ocidente, postos de expansão financeira. Segundo José de Almeida foi proposto instalar nos Açores

¹¹⁹ Donald Gilles, multimilionário ativista da direita marginal, tinha residência temporária em S. Miguel antes do 25 de Abril e patrocinou, em 1977, uma viagem aos EUA do jornalista Gustavo Moura e o membro da FLA Gomes de Meneses para participarem num jantar de angariação de fundos a favor da candidatura de Ernesto Ladeira para a presidência da Câmara de Fall River. Nessa deslocação o adjunto do Secretário de Estado para os Assuntos Europeus, acompanhado pelo responsável pela desk portuguesa, encontraram-se com os dois açorianos em Washington, no hotel onde se encontravam instalados, para lhes comunicar que os EUA não estariam interessados na independência dos Açores.

¹²⁰ Farmacêutico residente em Fall River que dava apoio a José de Almeida durante a sua estadia nos EUA.

¹²¹ Antigo membro da OAS - Organization Armée Secrète - segundo o artigo da Boston Magazine intitulado "The Fall River conspiracy. How an international plot to liberat the Azores was launched – almost from Fall River, Massachusets", publicado em novembro de 1978 e citado por Medeiros Ferreira em "História dos Açores" e que viria a ser publicado por duas vezes no jornal *Açores*, a 14 de novembro de 1978 e a 15 de abril de 1982. De acordo com esse artigo a OAS transferiu-se para Portugal em 1963 onde colaborou com o Estado Novo, designadamente com a PIDE. Relatórios da CIA dão conta de que a organização clandestina executou missões como assassinatos de dirigentes dos movimentos de libertação africanos que se batiam contra o colonialismo português. Segundo os arquivos da CIA, os mercenários recrutados pelas OAS contrabandeavam armas e serviam de ligação entre os grupos de direita radical da América latina, África e Europa. Jean Denis Raingeard era primo de Paul de la Blétière, que residia em S. Miguel, e era conhecido como um "operacional" da FLA. A Organsation Armée Secrète era uma organização paramilitar clandestina que se opunha à independência da Argélia. São lhe atribuídos vários atos terroristas, entre os quis a tentativa de assassinato do general De Gaulle. Os nomes foram os confirmados por José de Almeida de um conjunto de cerca de 12 que terão participado na reunião de Paris.

¹²² António Guilherme Berbereia Moniz (1950-) é advogado, ex militar. Entre 1974-1975 lecionou as disciplinas de História e Introdução à Política no Liceu de Angra do Heroísmo. Segundo relatou o próprio, o objetivo da reunião de Paris terá sido colocar "um travão" à ação de José de Almeida que "se arvorava como um presidente de um governo no exílio". Na altura José de Almeida encontrava-se radicado nos EUA.

“A sede bandeira do Banco Islâmico Internacional. Depois do banco estar instalado, pretendiam condições de prática religiosa e de regras de sociedade, inclusivamente de alimentação.”¹²³

Em contrapartida seria concedido ao movimento “vantagens na concessão de crédito e lugares na direção do banco”.

Tal como a americana, a proposta viria a ser recusada, de acordo com José de Almeida, porque “havia uma oposição total entre mim e o João Bosco nesta altura, sobretudo relativamente ao modus faciendi”.

3.1. Novas Recomendações de Kissinger

Henry Kissinger, não se deixando influenciar pelas certezas da cónsul de que não estaria iminente uma revolta nos Açores, emite novas recomendações aos serviços diplomáticos em Portugal sobre a forma como deveriam lidar com o momento político.

Segundo escreve o próprio Secretário de Estado, perante o aumento das expectativas para “a inevitabilidade da independência” dos Açores e em face da “situação política em Lisboa que continua a deteriorar-se, é necessário tomar maiores cautelas publicamente e nos contactos com os separatistas”. Assim, preconiza para os contactos com a FLA e seus apoiantes:

“Temos que garantir que estamos a transmitir a ideia correta da neutralidade do governo dos EUA e que, inadvertidamente, não estamos impulsionando qualquer plano do movimento de independência”.¹²⁴

¹²³ Entrevista a José de Almeida, 9.2.2011.

O Secretário de Estado reforça a necessidade de passar a imagem pública de uns Estados Unidos neutros. Kissinger afirma

“Eu sei que em vossos contactos com a FLA (como temos com os apoiantes da FLA nos Estados Unidos), têm enfatizado o nosso desejo de permanecermos alheios”.¹²⁵

Esta é a segunda vez, em poucos meses, que Kissinger reforça a necessidade de, apesar de manterem contactos com os separatistas, esses contactos deverem manter-se apenas na esfera de conhecimento do circuito restrito dos envolvidos pelas implicações que isso poderia trazer para a política externa norte-americana. Simultaneamente mantinha a questão açoriana debaixo do seu controlo.

4. A deriva independentista e os deputados à Constituinte

Mais intensamente o líder do PSD-Açores mas também o presidente do PS-Açores mantiveram contactos regulares com o embaixador norte-americano em Lisboa e com a cónsul em Ponta Delgada. Assumiam posições distintas em relação ao movimento separatista. Mota Amaral, conhecedor das manobras separatistas, estava convencido de que as movimentações nos Açores poderiam ter repercussões no frágil V Governo Provisório¹²⁶. Jaime Gama apesar de ser frontal e assumidamente contra a independência, era favorável a um processo conducente ao aprofundamento da autonomia só encarando possível ou viável uma cisão se se instalasse uma ditadura, de direita ou de esquerda, em Portugal.

¹²⁴ “Washington, 175488, july, 25, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.

¹²⁵ “Washington, 175488, july, 25, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹²⁶ O V Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, tomou posse a 8 de agosto e caiu a 19 de setembro de 1975. Vasco Gonçalves já tinha chefiado o curto governo anterior que havia tomado posse a 26 de março de 1975.

Depois de uma viagem aos Estados Unidos da América, Carlucci volta a encontrar-se, em Lisboa, com Mota Amaral e, em face do contexto nacional transmitiu-lhe a posição da administração Ford:

“Opomo-nos a qualquer ação do movimento independentista dos Açores que possa comprometer os esforços com os moderados no continente. Mota Amaral disse entender totalmente a nossa posição. Pessoalmente concorda que deva ser dada oportunidade a Melo Antunes¹²⁷ e iria discutir isso com a FLA.”¹²⁸

Contudo, Mota Amaral faz saber ao embaixador que “a FLA tinha adquirido dinâmica própria, argumentando por isso que tinha que agir rapidamente antes que Vasco Gonçalves saia do poder de modo a alcançar o máximo de simpatia por parte do mundo ocidental.”¹²⁹

Ambos analisaram as complicações que podiam implicar uma movimentação prematura e, por isso, Mota Amaral conhecedor do sentimento generalizado de que “Melo Antunes – apesar de a esposa ser açoriana – não ser visto como defensor das exigências dos Açores”¹³⁰, esperava ser capaz de persuadir os membros da FLA a não agirem no imediato.

Se não tivesse outros canais de informação, pelo menos pelo telegrama expedido de Ponta Delgada a 7 de agosto, o Departamento de Estado estava informado do facto de o líder do PS-Açores ser “pessoalmente contra a independência dos Açores”. Na versão da cónsul, Jaime Gama entende que os Açores não são viáveis economicamente e, num cenário de independência, ficariam dependentes dos Estados

¹²⁷ Ernesto Melo Antunes (1933-1999) militar e político, um dos estrategas do 25 de Abril, encontrava-se nos Açores quando se deu a revolução, em 1974. Membro do Movimento das Forças Armadas de cujo programa foi coautor. Ministro sem pasta de julho de 1974 a maio de 1975, e Ministro dos Negócios Estrangeiros em vários momentos dos governos provisórios: de março a junho de 1975 e de setembro de 1975 a julho de 1976. Membro do Conselho da Revolução. Foi o primeiro subscritor do “Documento dos Nove”, elaborado em agosto de 1975 e que representou um esforço contra a radicalização do processo revolucionário.

¹²⁸ “Lisbon, 47777, august, 21, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

Unidos. Considera o líder do PS-Açores que a maioria da população açoriana tem um forte sentimento anticomunista. Nesse quadro, explicou a posição do PS em relação à estrutura política dos Açores: “O PS é favorável a uma extensa autonomia para os Açores, mas reconhece que a verdadeira autonomia só é possível com uma democracia socialista em Portugal.”¹³¹.

O líder do Partido Socialista nos Açores e deputado à Constituinte explica à cónsul que a deriva independentista nos Açores é resultado da crise política que se vive no continente e está convencido de que a independência dos Açores será uma realidade “se se instalar uma ditadura de direita”.

No comentário ao telegrama, a cónsul mostra-se convicta

“Parece-nos que só uma mudança de poder a favor dos moderados em Lisboa fará travar o crescimento do ímpeto por detrás do movimento de independência.”

No mesmo telegrama, o Departamento de Estado é também informado de episódios esporádicos de violência anticomunista: incêndio na sede do MDP-CDE e ataques pessoais.

5. As instruções de Kissinger

Em meados de agosto, o Departamento de Estado toma muito a sério a possibilidade de um golpe separatista nos Açores e a ameaça de recurso ao terrorismo caso continuasse a ser ignorado o desejo de independência. Começavam a ouvir-se rumores sobre a formação de um governo pós independência. Apesar de noutras alturas

¹³¹ “Ponta Delgada, 280, august, 7, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp

o Departamento de Estado ter instruído quer a embaixada quer os serviços consulares para a forma como deveriam reagir perante uma ameaça independentista em curso, nenhuma foi tão expressiva e pormenorizada como a emitida a meados de agosto de 1975.

Na origem deste novo patamar de preocupação estará, sobretudo, o receio do sucesso de uma revolta nos Açores influenciar negativamente o avanço dos moderados no continente situação na qual a administração americana estava empenhada e envolvida. O receio norte-americano é partilhado também pelo governo francês¹³². Ao Departamento de Estado chegam insistentemente indicações de vários quadrantes, não apenas do seu embaixador em Lisboa, sobre a importância de permitir que os moderados se instalassem no comando do poder em Portugal. O Secretário de Estado norte-americano releva a perspectiva descrita por um conselheiro da embaixada de França em Washington

“Uma rebelião nos Açores ou declaração de independência iria minar as forças anti-gonçalvistas na metrópole. (...) A França está a ser bastante cautelosa em relação à questão dos Açores, evitando o contacto com os separatistas”.¹³³

Henry Kissinger trata de alertar, a 13 de agosto, o consulado em Ponta Delgada, missão EUA NATO e embaixadas em Lisboa, Londres, Bona e Paris para uma informação difundida pela FBIS – Serviço de Transmissão de Informação do Exterior – segundo a qual AFP (a agência de notícias France Press) dava conta de duas cartas enviadas pelo denominado governo clandestino provisório para o Presidente português e para o Secretário-Geral da ONU, o austríaco Kurt Waldheim. As cartas advertiam

¹³² A França tinha instalado nessa altura (1964-1993) a Estação de Telemidas das Flores. Na base francesa era feito o rastreio de mísseis balísticos.

¹³³ “Washington, 191422, august, 13, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

”Se o governo português, as Nações Unidas e todos os outros países não procurarem uma solução democrática para o problema dos Açores, faremos uso de violência entre outros métodos desagradáveis. O governo provisório enviou para a AFP, a partir da sua sede em Summerset, as cópias das duas cartas datadas de 6 e 7 de agosto.”¹³⁴

Na mesma data, o Secretário de Estado, ciente que “está a aumentar nos Açores o suporte para a declaração unilateral de independência”, dá orientações minuciosas sobre a forma como os norte-americanos, civis e militares, deveriam agir durante e após uma eventual declaração de independência. Kissinger sabe que a ação de qualquer norte-americano em Portugal, e em particular nos Açores, seria altamente escrutinada pelas várias forças políticas em presença – como seja o governo central e a própria FLA – bem como pela imprensa e comunidade internacional. Nesse sentido, as instruções são pormenorizadas, a fim de ser evitado, ou no mínimo mitigado, qualquer erro de interpretação em relação à posição dos Estados Unidos face à questão açoriana.

O Secretário de Estado, certo de que haverá uma mudança de paradigma, já não fala em termos de presente, mas sim de futuro, afirmando que ”a política norte americana em relação ao futuro estatuto político dos Açores” continua a ser de estrito não envolvimento.

“Nós não defendemos nem nos opomos à independência dos Açores, é um assunto interno de Portugal e deve ser resolvido entre os povos das ilhas e o governo de Lisboa.”¹³⁵

Kissinger nunca tinha sido, no ano de 1975, tão explícito em relação à posição da administração norte-americana como neste momento.

¹³⁴ “Washington, 192247, agosto, 13, 1975” www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹³⁵ “Washington, 191909, agosto, 13, 1975” www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 162-164).

Do ponto de vista genérico todos os funcionários da administração americana a residirem nos Açores deveriam evitar qualquer ação que pudesse indiciar ou ser interpretada como sendo um reconhecimento a um governo independente dos Açores ou, por outro lado, revelador de apoio à posição portuguesa de se opor à independência.

Kissinger definiu o plano de ação a ser adotado pelos norte-americanos, incluindo os que não pertencessem à administração, instalados em Ponta Delgada, Base das Lajes e Washington nos vários momentos do processo. Assim, quando o movimento para a independência estiver em marcha, adverte para as seguintes medidas a serem tomadas em Washington quanto à navegação aérea e marítima, civil e militar

“As aeronaves militares não devem usar a Base das Lajes ou qualquer outro aeroporto dos Açores, com exceção para os casos de emergência.

- A todas as aeronaves militares que tenham programado usar as Lajes ou qualquer outro aeródromo dos Açores será dado um plano de voo alternativo para evitar o desembarque nas ilhas dos Açores. Todos os aviões privados e comerciais serão informados das condições políticas e aconselhados a não usar nenhum aeroporto dos Açores até outro aviso prévio.

- Será transmitido um aviso marítimo para todos os operadores e navios informando-os das condições políticas nos Açores e aconselhando-os a adiar escalas nas ilhas até novo aviso.

- Será emitido um aviso público para todos os Estados Unidos informando os viajantes da instável condição política dos Açores e aconselhando-os a não viajarem para as ilhas até novo aviso.”

Os departamentos de Estado e de Defesa querem ser informados de todos os pormenores à primeira indicação de implementação da independência. Com o objetivo de garantir que os norte-americanos nas Lajes permaneçam publicamente imparciais

relativamente à ação independentista, são fornecidas instruções precisas ao corpo militar e civil ali estacionado.

“O movimento de todo o pessoal dos Estados Unidos da América não essencial será restrito quando começar uma ação com vista à independência; O nosso pessoal que esteja fora da Base na altura (ou porque residem fora da base, estão de passeio, a fazer compras, em turismo, etc) não farão qualquer esforço para regressar à Base, a menos que recebam instruções para isso, uma vez que a própria Base é, provavelmente, o principal alvo da FLA na ilha Terceira. Na medida do possível, o pessoal que reside fora da Base deve manter-se nos bairros. O pessoal na Base ficará restrito à nossa área nas Lajes ou nos bairros, fica à descrição do comandante.

- As estações de rádio e TV da Base transmitirão instruções específicas em relação às restrições sobre os movimentos, áreas de conflito e rígida política de não envolvimento.

- Em caso de ataque, usará dos meios adequados para proteger as instalações ou pessoas.

- Até instruções em contrário, todos os voos militares originários ou que passem pelas Lajes serão cancelados.

- Todo o pessoal, sem exceção, se afastará do lado português e evitará aproximar-se da área onde as hostilidades entre portugueses e a FLA se observem.

- Todo o pessoal irá evitar contacto com a FLA ou autoridades portuguesas e, em caso de necessidade de contacto, evitarão expressar opiniões sobre a questão da independência dos Açores.”

Para o consulado em Ponta Delgada a orientação geral é de “continuar a reiterar a política dos Estados Unidos de não envolvimento na questão da independência” e a primeira recomendação é dirigida aos funcionários locais ao serviço dos norte-

americanos. O Secretário de Estado, embora admita que estes possam ter opiniões pessoais favoráveis à independência, devem entender que “qualquer comentário feito por eles em relação a esta questão pode ser mal interpretada como um ponto de vista oficial dos Estados Unidos.”

No caso da concretização da declaração de independência, Kissinger alerta a cônsul para o comportamento que deve adotar

“Tome todas as medidas que considerar adequadas para assegurar a proteção e o não envolvimento do pessoal americano, cidadãos residentes e turistas.

- Se as autoridades portuguesas perderem o controlo efetivo de S. Miguel, reporte qualquer abordagem através de telegramas rápidos. Em nenhuma circunstância deve envolver-se em contacto oficial direto com um governo independente sem instruções específicas do Departamento de Estado, uma vez que tal ação poderia constituir um reconhecimento formal.

Estas instruções precisas e detalhadas sobre o modo como os norte-americanos deveriam agir, em caso de declaração de independência, demonstra não só que a ameaça estava a ser levada muito a sério como também revela a precaução dos agentes da política externa americana para que nenhum interesse futuro dos Estados Unidos pudesse ficar comprometido quer no relacionamento com Portugal quer com países terceiros. Com um comportamento equidistante, não associado a nenhum dos lados em confronto, a administração norte-americana teria total liberdade e legitimidade de ação. Nenhuma outra anunciada situação de rutura terá sido tomada tão a sério.

6. A ação de Carlucci

Dois dias depois das instruções minuciosas de Henry Kissinger, emitidas a 15 de agosto, de acordo com Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, o responsável pela diplomacia norte-americana escreve para a embaixada em Lisboa “instando-a a atuar no sentido de conter os separatistas açorianos. Alerta o Secretário de Estado: Apesar das declarações da FLA de que a ideia da independência dos Açores ganhou o seu próprio *momentum*, em quaisquer futuros contactos com Mota Amaral ou outro representante da FLA você deve instá-los fortemente a conterem-se nas suas atividades para dar à situação na Metrópole uma oportunidade de evoluir mais. Notamos que Soares e representantes do documento (dos nove) com quem falou subscrevem a tese de que qualquer ação conducente à independência dos Açores terá efeitos desastrosos sobre os esforços anti-gonçalvistas em Lisboa. (...) O embaixador Carlucci está a regressar com instruções para desencorajar, neste momento, qualquer ação da FLA em direção à independência, o que iria complicar ainda mais o ambiente político em Portugal continental”¹³⁶.

A partir desta informação e de entrevista a Frank Carlucci (realizada em Washington, DC, 26.10.2004), os autores concluem que “a pressão empreendida durante a sua visita a Washington em agosto de 1975 (de Frank Carlucci) foi decisiva para travar qualquer tentação dos militares ou dos serviços secretos norte-americanos. Contou o embaixador: eu eliminei essa ideia (apoio à independência dos Açores) na CIA e no Departamento de Defesa. Falei com o Subsecretário de Estado da Defesa e disse-lhe que não o podiam fazer (...) Eles concordaram. Combati essa ideia e insisti

¹³⁶ GOMES, op. cit, p. 244. Refere-se a um “Outgoing Telegram, 194642, augut, 15, 1975”, GFL, PCF, Box 11.

com todos para que não aceitassem a tese da independência dos Açores. Acordámos seguir a minha orientação.”¹³⁷

Independentemente do peso da posição do embaixador Carlucci junto de outros serviços da administração norte-americana, o certo é que o embaixador já tinha recebido instruções de Henry Kissinger para transmitir a Melo Antunes que “os moderados atuassem de modo a diminuir a influência dos elementos comunistas”¹³⁸, isso garantir-lhes-ia o apoio dos Estados Unidos.

De acordo com Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, os “moderados” portugueses, e principalmente Mário Soares, seguiam na linha de pensamento do embaixador Carlucci. De acordo com uma entrevista concedida aos autores (em Lisboa a 11.5.2006) Mário Soares, aproveitando “as suas visitas a Washington para avisar que um apoio dos EUA à independência do arquipélago era a melhor maneira de fazer Portugal sair da NATO.”¹³⁹ Esta não seria a única intervenção de Mário Soares na questão açoriana.

7. Departamento de Estado “reprende” independentistas

No final do mês agosto é do interesse da administração norte-americana difundir a posição de não envolvimento nas questões independentistas açorianas como forma de garantir estabilidade à política no continente. Ora é justamente a instabilidade

¹³⁷ GOMES, op. cit., p. 245. Carlucci sabia que que havia políticos, “em particular Jessie Helms, que lutavam pela independência dos Açores junto do Departamento de Estado” bem como “nos setores militares e nos serviços secretos que apoiavam uma solução emancipadora para o arquipélago.” P 244

¹³⁸ Cit em GOMES, ob. cit., p. 260.

¹³⁹ GOMES, op. cit., p. 245.

vivida a nível nacional que preocupa os mais conservadores. É também nessa altura que o Departamento contacta os separatistas

A 26 de agosto Carlucci havia relatado ao Departamento de Estado as dúvidas levantadas por um membro da FLA, Vasco Lima, quanto à posição dos Estados Unidos sobre a independência dos Açores. Na conversa que manteve com o embaixador em Lisboa, Vasco Lima havia explicitado a existência de três grupos fora dos Açores que coordenavam a ajuda externa ao movimento de independência: "um nas ilhas Canárias, outro nos Estados Unidos e outro em Lisboa em cujo nível superior estava Mota Amaral."¹⁴⁰

Para o grupo de Lisboa fazia sentido a teoria de que era necessário dar algum espaço a Melo Antunes, mas havia movimentações que o poderiam impedir

“José de Almeida, que era a cabeça do grupo nos Estados Unidos, tinha enviado a mensagem de que o governo americano suportaria uma declaração imediata de independência. Lima desconhecia quem teria dado essa garantia a José de Almeida. (...) Esta mensagem estava a causar uma tremenda confusão na FLA, que se encontrava dividida. O grupo de Lisboa era favorável à nossa política de dar uma oportunidade a Melo Antunes. Alguns deles até já me pediram para cancelar o visto de permanência nos EUA de José de Almeida, já que ele estava a causar problemas desnecessários.”

O embaixador sugere que o Departamento de Estado “contacte urgentemente José de Almeida para o fazer entender de forma inequívoca qual é a política norte americana em relação à questão açoriana.”

Perante os rumores de que os Estados Unidos apoiariam imediatamente uma declaração de independência, a reação do Departamento de Estado não se fez esperar. O

¹⁴⁰ Lisbon, 4849, august, 26, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

membro do Comité Açoriano Carlos Matos (José de Almeida encontrava-se no Canadá), foi chamado ao Departamento de Estado para lhe ser reiterada a informação recebida superiormente e transmitidos os seguintes pontos:

“Qualquer movimento agora poderia ser usado pelos comunistas para reforçar uma posição já de si frágil.

- Amigos em Lisboa entendem que qualquer mudança agora poderia ser desastrosa para os esforços de melhorar a situação no país.

- A posição do governo americano sobre a questão da independência dos Açores continua a ser de estrita neutralidade, ou seja de não envolvimento.”¹⁴¹

Carlos Matos comprometeu-se em passar a informação a José de Almeida.

Pela mesma altura, também em Ponta Delgada, a administração norte-americana persuadia os separatistas a conterem a ação revolucionária. A cônsul Pfeifle encontrou-se em privado com Luís Franco, um dos dirigentes da FLA de Ponta Delgada, para lhe transmitir o interesse dos Estados Unidos em agir de modo a permitir que a situação em Lisboa pudesse evoluir no sentido da consolidação do poder por parte dos moderados e para transmitir também que eram falsas as declarações de que os Estados Unidos apoiariam uma declaração de independência. Perante este cenário, Franco respondeu

“Considerando a posição do governo americano, seria difícil para a FLA atuar de momento e isso deixa-o triste porque acreditava que Portugal não mandaria tropas se os Açores declarassem a independência. A FLA pode aceitar que o Melo Antunes ganhe poder, apesar de ele ser um comoderado, desde que os EUA e a Europa Ocidental o apoiem. Se for esse o caso, Franco pessoalmente

¹⁴¹ Washington, 204770, august, 27, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

iria discutir a situação dos Açores com Melo Antunes, de quem foi amigo de infância, e insinuou que poderiam negociar a independência.”¹⁴²

O dirigente da FLA manifestou também a sua preocupação com a instabilidade vivida em Lisboa que poderia conduzir à substituição de governo. A preocupação era tanto em relação a uma viragem à direita como à esquerda. Na opinião do dirigente separatista, se esse novo governo fosse de feição ao “braço direito de Spínola”, seria desastroso para os Açores, nas palavras de Franco:

“Seriam submetidos a uma exploração fascista e possivelmente punidos pelas ligações ao movimento independentista (...) no futuro, se a esquerda vencesse no continente, Costa Gomes poderia também vir para os Açores e formar um governo português a partir das ilhas. A posição do general Magalhães, anti-comunista e anti-separatista, facilitaria o cenário.”

A cônsul aproveitou a conversa com Luís Franco para que este lhe fizesse um ponto de situação da atividade da Frente de Libertação dos Açores. Foi-lhe transmitido que a liderança da FLA era composta por cinco membros de grupos espalhados pela Horta, Angra, Ponta Delgada, continente e um fora de Portugal. Em termos de ligações internacionais, “recentemente os líderes da FLA estiveram reunidos em Paris¹⁴³, reunião em que Franco também participou.”

No final da conversa, perante a expectativa de Luís Franco em relação a um apoio futuro por parte dos EUA, a cônsul reiterou a política de “objetiva neutralidade” dos Estados Unidos.

¹⁴² “Ponta Delgada, 311, august, 28, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁴³ A 4 de setembro a cônsul informa o Departamento de Estado que tem ouvido com insistência histórias que relatam apoio francês ao movimento independentista. Simpatizantes da FLA sustentam a existência de apoios de vários países, entre eles Israel e países árabes. Para a cônsul o mais credível será o apoio francês.

Capítulo III - Autonomia vs independência

No final do verão de 1975 torna-se evidente o desalinhamento no seio do movimento independentista. É o próprio Mota Amaral que, em contacto com diplomatas norte-americanos o reconhece. Depois, afastado o “perigo comunista”, arrefecem os ímpetos separatistas inclusivamente os impulsos externos que preferem manter a questão açoriana em suspenso com o advento de um governo moderado no continente.

A primeira vez que a cônsul Pfeifle se apercebe da referência à intenção de realização de um referendo foi no início de agosto (no início do ano a questão já havia sido abordada, mas com o vice-cônsul Paris). O CDS, apesar de ter nas suas fileiras independentistas e, simultaneamente, ser favorável a uma extensa autonomia, pretendia que fosse realizado um referendo à independência, posição que tornou pública através de um comunicado. O partido admitia a possibilidade de ser encontrada uma solução política de consenso e estabelecia as ligações internacionais privilegiadas a estabelecer nesse novo quadro político para o arquipélago:

“Poderia evoluir para uma espécie de confederação em que os Açores seriam política e economicamente independentes do continente mas mantendo laços

económicos e culturais com a Europa. Ao mesmo tempo, seria possível uma abertura à América. O comunicado [do CDS] termina alertando as autoridades para o facto de se pretendem evitar a independência dos Açores, então devem optar pelo apoio à realização de um referendo e não pela repressão.”¹⁴⁴

Com isso, a cônsul pretenderia também refrear os ímpetos de atitudes mais radicais em relação ao processo açoriano.

Dois meses depois, a 26 de novembro, já com um cenário político no país diferente do verão, depois de uma conversa com Mota Amaral, que “representava os elementos da FLA moderada” e que, de momento, “estavam no controlo da situação”, a cônsul dá conta de que este se encontrava empenhado na elaboração do estatuto de autonomia dos Açores, que iria conferir um novo figurino à organização política do arquipélago. Em conversa com o embaixador em Lisboa e a cônsul, Mota Amaral, especificamente sobre a FLA e quando confrontados com a questão da autonomia *versus* independência, disse:

“Já não tinham a certeza do que queriam. Apesar das suas óbvias deficiências, a FLA tem sido uma ferramenta muito útil para pressionar o governo de Lisboa a dar um tratamento aos Açores mais equitativo.”¹⁴⁵

O embaixador da “França” conversa com Mota Amaral (a classificação é do diplomata) conclui que os moderados, mais do que pretenderem bloquear uma mudança de poder para direita ou para esquerda no continente, perseguem o objetivo de reforçar as instituições regionais de autonomia. A proposta de estatuto político administrativo dos Açores estava em preparação quer pelo grupo de trabalho criado pela Junta Regional especificamente para o efeito quer pela VIII Comissão da Assembleia

¹⁴⁴ “Ponta Delgada, 289, August, 8, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁴⁵ “Ponta Delgada, 7082, November, 19, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. Nesse telegrama o embaixador relata pormenorizadamente a proposta de estatuto de autonomia que estava a ser preparado pelo grupo de trabalho criado pela Junta Regional para o efeito.

Constituinte presidida pelo socialista Jaime Gama e da qual também fazia parte, sendo seu secretário, Mota Amaral.

1. CDS a favor da independência

As forças de direita são mais favoráveis à emancipação dos Açores. Para além do PPD-Açores, cujos dirigentes faziam parte do corpo de decisão da FLA, também o CDS reconhece “as legítimas aspirações dos açorianos”¹⁴⁶ cuja ação o seu vice-presidente relaciona com a política externa portuguesa e a ação da URSS e dos EUA em Angola. A posição é revelada à cónsul dos Estados Unidos numa altura em que a Europa Ocidental está empenhada em conduzir Portugal para um processo democrático pluripartidário sob a esfera da Aliança Atlântica. Durante uma visita aos Açores, o dirigente centrista Amaro da Costa manteve uma conversa com Pfeiple que esta reporta para o Departamento de Estado. Amaro da Costa assume ser difícil opor-se publicamente à independência, sobretudo depois das ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe terem garantido a sua independência e isto apesar de os Açores serem muito importantes estrategicamente para o papel que Portugal pretende ter na Europa. Havendo uma deriva comunista no país, Amaro da Costa não pretendia “negar a independência dos Açores.”¹⁴⁷

Segundo a cónsul, o CDS é favorável a uma ampla autonomia dos Açores definida em molde semelhante ao “estatuto da Commonwealth. Os Açores teriam um autogoverno, mas manteriam a bandeira portuguesa, a moeda e Lisboa só controlaria a política externa e os assuntos de defesa.”

¹⁴⁶ “Ponta Delgada, 329, september,4, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁴⁷ Idem.

Na informação que seguiu para o Departamento de Estado, a cônsul dá conta da teoria do vice-presidente do CDS sobre a independência dos Açores e que está relacionada com o cenário angolano:

“De acordo com essa teoria, os soviéticos profundamente interessados em controlar Angola, desejariam que os Açores declarassem, em breve, a independência para que pudessem engendrar uma campanha responsabilizando o governo americano e a NATO e, como resultado, impediriam os EUA e o Oeste de atuar em Angola. Amaro da Costa disse que os arquivos do PCP apreendidos em Ponta Delgada contêm planos soviéticos para ajudar os comunistas açorianos. Costa acredita que o PCP permitiu que esses arquivos fossem capturados para estimular o movimento de independência. Ele tem estado a usar esse argumento para tentar persuadir os líderes da FLA a adiar o movimento de independência.”

No plano nacional, Amaro da Costa forneceu a informação de que os moderados estavam a desenvolver esforços para garantir o apoio dos separatistas.

“Costa disse que um emissário de Melo Antunes está nos Açores para conquistar o apoio dos líderes da FLA para a campanha dos moderados em ganharem o controlo de Portugal. Ele está convencido que o emissário vai falhar. Costa está convencido de que a liderança da FLA está parcialmente controlada pelo governo europeu”

2. A cônsul e os deputados à Constituinte

A cônsul reforça a perceção do enfraquecimento do processo independentista por dados fornecidos pelos líderes regionais do PS e do PSD, ambos deputados à Assembleia Constituinte eleitos pelos Açores.

O Partido Socialista é favorável a “uma ampla autonomia”. Jaime Gama considera que “a FLA perdeu a sua oportunidade de ouro”¹⁴⁸ e “o deputado à Assembleia Constituinte e líder separatista já não acha que haverá independência nos próximos meses”¹⁴⁹. Apesar de Mota Amaral continuar a defender que “a independência é inevitável”, fala antes, e pela primeira vez, na possibilidade de ser realizado um referendo¹⁵⁰ para aferir a vontade popular.

A falta de unidade na Frente de Libertação dos Açores e os desentendimentos no interior do movimento são percebidos pelos norte-americanos a partir de setembro. O sinal claro tinha sido dado por Natalino Viveiros, adjunto do PPD e também deputado eleito pelos Açores à Assembleia Constituinte. O deputado confia à cónsul

“As divergências no seio da FLA em S. Miguel foi a razão para o atraso no processo de independência (...) Viveiros está convencido de que os Açores serão independentes lá para novembro. Alegou que a FLA tem o apoio de alguns interesses árabes que fornecerão assistência financeira em troca de carne e leite.”¹⁵¹

Na informação enviada para o Departamento de Estado, Pfeifle assume partilhar da opinião de Jaime Gama que entendia já ter passado o momento de pique do movimento independentista.

¹⁴⁸ “Ponta Delgada, 340, september, 9, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. Neste telegrama Jaime Gama dá conta do projeto do PS para a arquitetura política dos Açores.

¹⁴⁹ “Ponta Delgada, 334, september, 5, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 165).

¹⁵⁰ No comentário ao telegrama, a cónsul refere que Mota Amaral “foi vago na questão do referendo, provavelmente porque a nova estratégia separatista não está totalmente desenvolvida.” Em “Ponta Delgada, 362, september, 19, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁵¹ Essa indicação de interesses árabes nos Açores decorria da reunião realizada em Paris no verão de 1975. O Departamento de Estado estava desperto para as atenções árabes no arquipélago. Em 1974 tinha chegado à embaixada dos Estados Unidos em Lisboa a informação de uma oferta árabe de quatrocentos milhões de dólares para a utilização da Base das Lajes em caso de situação de crise no Médio Oriente. Estava bem presente na memória a importância geoestratégica da Base das Lajes comprovada um ano antes, durante a Guerra de Yom Kipur que opôs o Egito e Israel. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, negou a oferta árabe.

“O anti-comunismo sempre foi um forte motivo para o apoio popular à independência. Se a ameaça de controlo comunista de Portugal está definitivamente afastada, então o apoio popular ao separatismo desaparecerá (...) Gama insinuou que a sua posição em relação à independência mudaria no caso de uma vitória comunista em Lisboa, situação improvável.”¹⁵²

Jaime Gama estava preocupado com os efeitos negativos que o movimento independentista dos Açores poderia ter nos esforços de controlo do poder por parte dos moderados em Lisboa e, na versão do líder do PS, os socialistas europeus estavam atentos à relação dos Estados Unidos com o movimento separatista por este ser o reflexo da política norte-americana para com a Europa.

“Se os Estados Unidos suportassem a independência dos Açores era sinal de que tinham abandonado a Europa. Apesar de não ter sido ainda anunciado publicamente, ele garante que o Reino Unido e a França estão preparados para concederem assistência de modo a que os Açores permaneçam como parte de Portugal.”

O Departamento de Estado é informado pela cónsul do agudizar das divergências na liderança do movimento independentista:

“Mota Amaral falou de desentendimentos entre líderes separatistas de S. Miguel e da necessidade de se ver livre de elementos de direita, disse também que apesar de os separatistas poderem agir sem apoio de outros países nunca poderiam agir em oposição ao governo americano.”¹⁵³

Na perspectiva de Mota Amaral, o processo precisa de amadurecer um pouco mais. Os independentistas não tinham como conquistar simpatia popular:

¹⁵² “Ponta Delgada, 340, september, 9, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁵³ “Ponta Delgada, 168-169, september, 5, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 163).

“Explicou que foi desvantajoso terem-se livrado dos comunistas e dos funcionários impopulares do governo nos Açores porque agora não tinham inimigo. Era difícil oporem-se publicamente ao popular e político hábil general Magalhães”

Para Mota Amaral, a Junta Regional poderia servir como “um governo transitório, e observou que os membros da Junta são a favor da independência.”

As dúvidas da cónsul sobre o estado do movimento separatista clarificam-se quando Mota Amaral admite “haver vantagens em permitir que a Junta Regional possa estabelecer o funcionamento do governo local”¹⁵⁴. Na origem desta mudança de atitude por parte do líder do PPD, está a conjuntura interna e externa

“A situação internacional, nomeadamente a falta de apoio estrangeiro, e a diminuição da ameaça comunista em Portugal provocou essa alteração na estratégia separatista. Mota Amaral continua a favor da independência mas encontra vantagens em permitir que a Junta possa estabelecer o funcionamento do governo local e em obter dinheiro de Lisboa para a infraestruturização económica. Em alguns aspetos, ele entende que a autonomia poderia até ser melhor já que os açorianos não teriam que ter despesas com os serviços diplomáticos e de defesa nacional.”

Apesar da evidente mudança de estratégia, a cónsul alerta o Departamento de Estado que “o movimento separatista não vai desaparecer” e aconselha os decisores da administração americana a terem particular atenção à questão açoriana: “a autonomia dos Açores deve ser tomada em linha de conta por ambos os governos, português e americano, nas futuras negociações sobre a base”.

¹⁵⁴ “Ponta Delgada, 362, september, 19, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

3. Os americanos e europeus na política portuguesa

Dos documentos desclassificados conhecidos, atribui-se ao Presidente dos Estados Unidos as declarações de apoio explícito à independência dos Açores. Primeiro em maio de 75, quando Gerald Ford pretendeu perceber “como reagiriam os europeus se os Açores se separassem de Portugal e se tornassem independentes” numa pergunta dirigida ao chanceler alemão Helmut Schmidt, durante um encontro em Bruxelas por ocasião da cimeira da NATO. Depois, no final do verão de 75 é conhecida uma declaração mais explícita do presidente norte-americano.

A 9 de setembro, em reunião mantida com a congressista republicana eleita pelo estado do Massachusetts, Margaret Hecker, e representantes de associações portuguesas nos Estados Unidos, Gerald Ford manifestou a sua preocupação com os Açores:

“As Lajes têm grande importância. Temos que ter cuidados neste momento, em que os portugueses estão a evoluir de um governo comunista, sob a liderança de [Vasco] Gonçalves, para um governo democrático. Não podemos ter qualquer ação que possa prejudicar o novo governo. Se os Açores se tornassem independentes, isso teria um reflexo negativo no nosso executivo.”¹⁵⁵

Na conversa mantida com a congressista, Ford acaba por assumir: “teríamos ficado contentes se [a independência] tivesse acontecido durante o governo comunista, mas agora com um governo melhor, é necessário cuidado.”

O encontro em que o Presidente fez estas declarações foi testemunhado pelo general Brent Scowcroft, adjunto de Kissinger e conselheiro do Presidente para os Assuntos de Segurança Nacional, e por Denis Cliff, do Conselho de Segurança

¹⁵⁵ Público, Lisboa, 3 de setembro de 2009. A notícia baseia-se numa ata depositada na biblioteca Ford. (<http://jornal.publico.clix.pt/noticia/03-09-2009/1975-ford-apoiava-independencia-dos-aco-res-se-comunistas-ganhassem-poder-em-lisboa17710145.htm>, consultado em , 14 de janeiro de 2011)

Nacional. Segundo Medeiros Ferreira¹⁵⁶, Brent Scowcroft estava avisado pelo embaixador norte-americano em Lisboa para não se envolver no plano de desestabilização do arquipélago, no chamado “The Usine Plan”. Apesar disso, o Presidente Ford não se mostra muito convencido da certeza do seu conselheiro.

Em setembro, o apoio ao separatismo açoriano foi discutido ao mais alto nível, pelos decisores políticos dos dois lados do Atlântico.

De acordo com Medeiros Ferreira¹⁵⁷, concentraram-se nesse mês uma série de conversações envolvendo várias capitais europeias, entre as quais Londres, Paris, Bona e até Moscovo, e os EUA sobre a questão açoriana. Os países europeus acabaram por coincidir na opinião de que o assunto deveria ser resolvido internamente apenas pela capacidade de Portugal, numa “solução que acabaria por ser designada de portuguesa, europeia e ocidental”¹⁵⁸.

A 24 de Setembro, quando os ministros dos negócios estrangeiros dos EUA, República Federal Alemã, Reino Unidos e França se reuniram em Nova Iorque, tendo em agenda a discussão sobre o futuro da Europa, logo manifestaram acordo em relação à questão açoriana: “O Ocidente devia abster-se de apoiar os movimentos separatistas.”¹⁵⁹

Nesse mesmo encontro, o Secretário de Estado norte-americano não escondeu que Washington fizera “várias abordagens juntos dos separatistas e mantinha contacto com eles”¹⁶⁰, mas estava convencido, no momento, “ser um erro encorajá-los”.¹⁶¹

¹⁵⁶ Cit em MATOS, ob. cit.

¹⁵⁷ FERREIRA, José Medeiros, *“Os Açores na Política Internacional”*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p.126.

¹⁵⁸ FERREIRA, ob. cit. p. 126.

¹⁵⁹ GOMES, ob. cit., p. 321-322.

¹⁶⁰ GOMES, ob. cit., p. 322. Reporta-se a “Memorandum of Conversation, September, 24, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Box 12.”

A posição norte-americana nem sempre esteve tão clara. Por ocasião da Conferência de Helsínquia, realizada em julho e agosto de 1975, a posição americana colidia com a de países europeus como a RDA, a Grã-Bretanha, França ou Itália. Líderes europeus como o Harold Wilson¹⁶², Helmut Schmid e Olof Palme¹⁶³ encontraram-se diretamente com o presidente norte-americano ou com o Secretário de Estado. Nessa altura, paralelamente à pressão exercida pelos vários líderes europeus sobre Costa Gomes, para que remodelasse o governo de modo a que o peso dos seus membros fosse mais consentâneo com os resultados das eleições legislativas daquele ano (o que perseguia os objetivos da democratização e de abertura aos moderados), os mesmos líderes europeus tentaram influenciar o Presidente Gerald Ford e o Secretário de Estado Kissinger para os benefícios de um Portugal democrático no seio da NATO. A dividir os dois lados do Atlântico estava uma Europa que confiava no triunfo dos moderados e pretendia manter Portugal no seio da NATO e, por outro lado, uma América que, há largos meses, considerava Portugal perdido para o comunismo e só encontrava desvantagens em manter Portugal na Aliança Atlântica. Inclusivamente, na Cimeira da NATO realizada em Bruxelas, os EUA tentaram convencer os países da Europa Ocidental a desenvolver uma política de isolamento de Portugal ou, no limite, de expulsão da Aliança Atlântica.

¹⁶¹ GOMES, ob. cit., p. 322. Reporta-se a “Memorandum of Conversation, September, 24, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Box 12.”

¹⁶² Harold Wilson (1916-1995). Foi primeiro-ministro britânico em dois períodos, 1964 e depois de 1974-1976. Foi líder do Partido trabalhista. Num encontro que manteve com o presidente Costa Gomes, em agosto de 1975, por ocasião da assinatura da Ata Final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, o primeiro-ministro britânico fez saber que o seu país só estaria disposto a ajudar Portugal se “o país enveredasse por uma solução democrática de socialismo pluripartidário com absoluto respeito pelas liberdades individuais”. Cit. em GOMES, ob. cit., p. 262.

¹⁶³ Primeiro-ministro da Suécia 1969-1976, 1982-1986. Ocupou vários cargos ministeriais. Foi assassinado em 1986. Empenhou-se em apoiar os progressos dos socialistas em Portugal no ano de 1975 e em envolver os norte-americanos no apoio ao Partido Socialista.

4. A ação de Mário Soares

O líder nacional do Partido Socialista, Mário Soares¹⁶⁴ empenhou-se em dissuadir eventuais apoios internacionais, e em particular americanos, aos independentistas açorianos. É disso exemplo a reunião que manteve, no final do verão de 1975, com o senador Hubert Humphrey¹⁶⁵ a quem apelou para que este último usasse a sua influência junto do governo norte-americano no sentido de travar possíveis apoios ao movimento independentista açoriano e, simultaneamente, persuadissem o governo de Franco a não autorizar a organização de um contragolpe a partir de Espanha. O encontro aconteceu em Londres, no número 10 de Downing Street sugerido pelo primeiro-ministro sueco, Olof Palme, e conciliado pelo primeiro-ministro britânico Harold Wilson, que apresentou Soares ao influente político norte-americano. Ambos abandonaram a sala de imediato, tendo apenas presenciado a conversa o embaixador americano em Londres, que a reportou pormenorizadamente ao Departamento de Estado, e o intérprete de Mário Soares.

O líder socialista começou por traçar a sua versão do panorama político português. Fez saber que os partidos democráticos tinham suporte popular e estavam a tentar persuadir o PCP a render-se tranquilamente, mas “Moscovo estava interessado em manter as tensões em Portugal”¹⁶⁶, incitou o líder socialista. Mário Soares alertou o senador para o que já havia confessado ao embaixador dos EUA em Lisboa: dois acontecimentos latentes podem inverter a tendência de popularidade das forças democráticas. O primeiro deles era o movimento separatista açoriano:

¹⁶⁴ Desempenhou as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre março de 1974 e maio de 1975.

¹⁶⁵ Hubert Humphrey (1911-1978). Em 1948 foi eleito senador pelo Partido Democrata, cargo que ocupou ininterruptamente até 1964, altura em que exerceu como vice-presidente dos Estados Unidos (1965-1969). De 1971 a 1978 regressou ao Senado.

¹⁶⁶ “London, 13770, september, 6, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.

“O forte movimento separatista dos Açores foi promovido e financiado por luso-americanos que vivem nos EUA. Seria muito útil para os comunistas que os separatistas declarassem a independência, isso dar-lhes-ia o pretexto para responsabilizar o imperialismo americano e dava-lhes força para um golpe no continente. Soares disse que o governo americano não deveria, em nenhum caso, apoiar ou incentivar o separatismo”

O outro perigo apontado por Mário Soares era a tentativa de contragolpe que pudesse ser desencadeada por unidades militares estacionadas em Espanha chefiadas pelo general Spínola e que poderiam recuperar para os comunistas o poder perdido. “Soares pediu ao governo americano para fazer uma discreta pressão diplomática junto de Espanha para impedir que isso acontecesse”.

Segundo o relato do telegrama enviado pelo embaixador dos Estados Unidos em Londres, que assistiu à conversa entre os dois políticos, o senador Hubert Humphrey garantiu ao líder socialista que gozava de um amplo suporte no congresso dos Estados Unidos, tendo assegurado que depois de estabilizado um governo democrático em Lisboa, “seria disponibilizada uma substancial ajuda económica.” O norte-americano manifestou concordância com a avaliação feita por Mário Soares, quer em relação ao perigo que representavam os separatistas açorianos, quer em relação às movimentações do general Spínola e comprometeu-se em “assumir estas questões perante o presidente Ford e os Secretários Kissinger e Schlesinger”, respetivamente Secretário de Estado e Secretário da Defesa.

O senador reforçou que “o governo americano queria ser útil, mas não pretendia criar qualquer embaraço às forças democráticas ou deixá-las vulneráveis às imposições comunistas”, e por isso sugeriu que devessem ser privilegiadas, porque mais fáceis de gerir, as “relações com organizações não-governamentais”. Rematou a

conversa dizendo “nós queremos que seja bem-sucedido”. Nesse sentido comprometeu-se em facilitar o contacto de Mário Soares com organizações sindicais e iria diligenciar para que o líder socialista fosse convidado para a conferência anual da AFL-CIO¹⁶⁷ – a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais - que se realizaria em outubro, em S. Francisco.

A preocupação de Mário Soares com a ação da URSS em Portugal já estava ultrapassada. Durante a Conferência de Helsínquia a ação persistente de vários líderes europeus junto do presidente Brejnev¹⁶⁸ tinham-no convencido que a política que perseguia na *détente* pesava mais do que um eventual apoio a um Portugal comunista.

5. Departamento de Estado volta a receber separatistas

Na troca de correspondência entre o Departamento de Estado e os serviços diplomáticos em Portugal durante o ano de 1975, nos meses de outubro e novembro, verifica-se uma nova concretização de novos encontros com separatistas açorianos. Desta vez, a particularidade reside no facto de esses encontros, que aconteceram nas instalações do Departamento de Estado, terem-se realizado por intermédio de terceiros, a solicitação de antigos funcionários do Governo norte-americano. Primeiro Augusto Soares¹⁶⁹, que se apresentou como sendo emissário do movimento separatista e depois, a solicitação de Richard Allen, antigo funcionário do Departamento de Estado, Luís Vaz

¹⁶⁷ A maior central operária dos Estados Unidos e Canadá composta por 54 federações de sindicatos nacionais e internacionais.

¹⁶⁸ Leonid Brejnev (1906-1982), foi presidente da União Soviética de outubro de 1964 a novembro de 1982. Desenvolveu a doutrina segundo a qual a URSS tem o direito de intervir em outros países para garantir o comunismo.

¹⁶⁹ “Washington, 248376, october, 18, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

do Rego que se “identificou como membro do topo da liderança da FLA”¹⁷⁰. A intenção de ambos era semelhante, pretendiam aferir: 1) se o governo norte-americano estaria disponível para influenciar a realização de um referendo no qual os açorianos eram convocados a responder se estavam a favor da independência; 2) se o resultado de referendo fosse favorável à cisão, que posição assumiria o governo norte-americano perante a subsequente declaração de independência; 3) se o movimento tivesse de enfrentar forças armadas enviadas do continente, pretendia avaliar que suporte militar poderia fornecer os EUA à causa independentista.

O Secretário de Estado Adjunto, Robert Ingersoll, no comentário ao telegrama enviado para a embaixada em Lisboa e consulado em Ponta Delgada refere-se a Augusto Soares¹⁷¹ como sendo um homem inteligente que pretendia que “os Estados Unidos façam uma qualquer declaração de apoio ao referendo, que é um princípio totalmente democrático”¹⁷². E isto porque a FLA, que pretendia organizar um referendo para aferir a vontade popular em relação à independência, sabia à partida que a iniciativa “poderia provocar alguma resposta de Lisboa”. Augusto Soares, perante a interrogação do funcionário do Departamento de Estado com quem conversou, explicou o que pretendia a FLA com o referendo

“Apenas quer dar ao povo açoriano a oportunidade de decidir o seu futuro. Está confiante que a opção vai ser a independência, mas disse que querem permitir a livre expressão de todas as correntes de opinião.”

Segundo relatou Augusto Soares, é predominante nos açorianos “um forte sentimento pró-americano” e anticomunista. Reiterou as históricas aspirações

¹⁷⁰ “Washington, 69, november, 20, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 169-170)

¹⁷¹ O telegrama descreve as características físicas “deste homem que estudou economia e direito em Lisboa, vivia na capital e poderia regressar a S. Miguel. Era muito atento às questões de segurança e falava fluentemente inglês.”

¹⁷² “Washington, 248376, october, 18, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

separatistas e advertiu para o "erro tático grave" que a política externa norte-americana poderia estar a cometer se não apoiasse a causa independentista devido à base de apoio que a sociedade lhe conferia

"Enquanto a liderança da FLA aceita a vossa política de não envolvimento, o açoriano médio tem uma fé quase cega na boa vontade dos EUA e no apoio da América para salvar os Açores do comunismo que ameaça engolir Portugal continental. (...) Se a FLA falhar na sua missão, os comunistas de Lisboa infiltrar-se-ão nos Açores, os Estados Unidos perderão a base nos Açores e a sua influência entre os ilhéus diminuirá"

Augusto Soares informou ainda o Departamento de Estado de contactos realizados com vários governos da Europa Ocidental, mas recusou-se a identificar com quem os separatistas mantinham contactos privilegiados.

O Departamento de Estado manteve a versão de que

"A política dos Estados Unidos é de não envolvimento (nem favorecendo nem se opondo à FLA ou à ideia de referendo). Nós não emitimos opinião voluntária sobre assuntos de política interna. Em todo o caso, a esquerda tem levantado a suspeita de que apoiamos a independência açoriana."

Augusto Soares quis saber claramente que posição tomaria o governo americano se a FLA obtivesse o controlo efetivo das ilhas. Foi-lhe reafirmada a política de neutralidade norte-americana:

"A nossa política de neutralidade significava que teríamos de permanecer neutros até à alteração do estatuto político dos Açores. A nossa reação ao controlo das ilhas pela FLA só poderia ser determinada no momento exato em que isso acontecesse."

Augusto Soares acrescentou que “a maioria das tropas portuguesas nas ilhas apoiava a FLA” e que o momento da “tomada das ilhas ia ser duro e provavelmente sangrento.” Apesar de não ter “a liberdade de divulgar os nomes dos líderes da FLA”, assegura: “nem os irmãos Blétière, que residem em S. Miguel, nem José de Almeida ou Costa Matos, que residem nos Estados Unidos, faziam parte dos órgãos de cúpula da FLA. Recebiam apenas instruções da FLA (realizavam uma função de relações públicas e angariação de dinheiro junto da comunidade açoriana, etc)”.

Estas informações foram corroboradas, mais tarde, por Luís Vaz do Rego quando também foi recebido pelo próprio Henry Kissinger. Luís Vaz do Rego manifestou ao Secretário de Estado a sua discordância quanto “à nossa política em relação ao movimento de independência dos Açores” e pretendeu saber se essa política “se tinha alterado em consequência do avanço esquerdista em Lisboa e – mais importante – quis apreender a provável reação dos Estados Unidos após a FLA assumir o controlo das ilhas”¹⁷³.

No relato do responsável pela política externa norte-americana, estava absolutamente claro para Luís Vaz do Rego que a maioria do povo açoriano pretendia a independência e como o governador tinha recusado a sugestão da FLA de realizar o plebiscito, “a única opção agora é uma ação unilateral por parte da FLA para assumir o controlo das ilhas.” Mas, à semelhança de Augusto Soares, antes que esse caminho fosse seguido, pretendeu saber como reagiriam os Estados Unidos se o cenário se tornasse violento e houvesse intervenção militar. As perguntas de Vaz do Rego eram

“Será que, por exemplo, estaríamos dispostos a aconselhar os portugueses a permitir que as ilhas se tornassem independentes tal como procedemos em

¹⁷³ “Washington, 275259, november, 20, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 166-167)

relação aos territórios africanos? Reconheceríamos nós um governo independente dos Açores? Será que nós permitiríamos que as tropas portuguesas aterrassem na Base das Lajes? Será que nós apoiariamos politicamente os açorianos como nossos aliados nas Nações Unidas?”¹⁷⁴

Mais uma vez, o Departamento de Estado reafirmou a política de não envolvimento dos EUA, sobretudo num momento em que os membros da esquerda estavam convencidos do apoio dos norte-americanos à causa independentista

“O Secretário de Estado recusou-se a especular sobre a possível ação unilateral por parte da FLA, observando que as questões envolvidas eram muito complexas e que a decisão dos Estados Unidos seria tomada na altura em que o problema surgisse e após cuidadosa ponderação de todos os fatores.”¹⁷⁵

Estes contactos com os independentistas acontecem de novo numa altura de tensão política em Portugal e o Departamento de Estado está ciente da probabilidade de uma guerra civil vir a eclodir.

Ao contrário de outros contactos dos independentistas com a administração norte-americana, os encontros realizados em Washington não passam despercebidos nos Açores e são tornados públicos através da imprensa e do Emissor Regional.

6. A divulgação da ação independentista

A imprensa nacional escrevia abertamente sobre o movimento independentista e a sua ação nos Açores, mas o mesmo não acontecia com a imprensa regional que se

¹⁷⁴“Washington, 248376, october, 18, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. Vaz do Rego solicitou repetidamente que a sua identidade fosse mantida confidencial, assim como a sua ligação à liderança da FLA.

¹⁷⁵ “Washington, 275259, november, 20, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. (cf. Apêndice documental, p. 166-167)

abstinha de abordar a atividade da Frente de Libertação dos Açores e de outros movimentos separatistas. Até então, apenas o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa fazia reportes para o Departamento de Estado do que escrevia a imprensa nacional. A situação altera-se a partir do mês de novembro, quando a imprensa regional passa a dar visibilidade à ação dos movimentos independentistas e replica o que a imprensa americana escreve sobre o assunto.

Depois do verão, reflexo da mudança de paradigma, a cônsul Pfeifle manifesta ao Departamento de Estado preocupação pela difusão nos Açores, de informações que implicavam o envolvimento dos Estados Unidos no processo de emancipação do arquipélago. As informações divulgadas pelo Emissor Regional e por um vespertino micaelense reportavam-se a um artigo publicado na revista norte americana *Time*: trata-se de uma “séria insinuação de envolvimento do governo dos Estados Unidos no movimento independentista”¹⁷⁶, adverte a diplomata. Segundo o relato de Pfeifle o artigo em causa dava conta de representantes da FLA terem sido recebidos pelo Departamento de Estado, de contactos mantidos pela CIA com a FLA e isto apesar da política de não envolvimento por parte dos Estados Unidos: “a CIA planeia ajudar os separatistas caso Lisboa derive para o comunismo, quer manter abertas linhas de comunicação e ocasionalmente de informações e orientação.”

No comentário ao telegrama, a cônsul alerta para o facto de esta ser a primeira alegação grave de envolvimento do governo americano com o movimento independentista. A diplomata perspectivava a reação nos Açores:

“Vai ser dada elevada credibilidade ao artigo uma vez que a fonte é uma reconhecida publicação dos Estados Unidos e não um periódico de inclinação comunista português. A partir daqui parece ser mais aconselhável, caso seja

¹⁷⁶ “Ponta Delgada, 444, november, 24, 1975, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

questionada, admitir que um representante da FLA, sem especificar o nome, foi recebido no Departamento e que não lhe foi dado qualquer incentivo ou suporte e que isto, de maneira nenhuma, representa uma mudança da política do governo americano.”

Em resposta às dúvidas da cónsul, o chefe da diplomacia americana dá orientações para a forma como os serviços em Portugal devem responder se confrontados pela imprensa. Quanto ao facto de funcionários de nível médio do Departamento de Estado terem recebido, em Washington, representantes da FLA, a resposta deveria ser:

“Os Estados Unidos têm mantido, e continuam a manter, que o estatuto dos Açores é um assunto do foro interno que deve ser resolvido entre o povo dos Açores e o governo português. Açorianos, bem como americanos de ascendência açoriana, têm, de tempos a tempos, pedido para visitar funcionários do Departamento para lhes apresentar os seus pontos de vistas sobre a situação dos Açores. Nos últimos meses estas visitas têm sido recebidas apenas por uma questão de cortesia. De forma alguma significam envolvimento ou expressão de apoio por parte dos Estados Unidos que não seja uma posição de completa neutralidade sobre o assunto.”¹⁷⁷

Sobre a interferência da CIA no processo independentista dos Açores, Kissinger escreve que a resposta deve ser breve e clara: “nós nunca comentamos nada sobre a alegada atividades da CIA.”

Antes de surgirem as insinuações da implicação do governo norte-americano na questão separatista, a imprensa regional tinha passado a abordar a temática de forma mais descomprometida e sistemática. Concretamente na semana de 6 a 10 de outubro, a rádio e a imprensa começaram a discutir abertamente a problemática e a divulgar as

¹⁷⁷ Washington, 279099, november, 25, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

ações da Frente de Libertação dos Açores. A cônsul faz a descrição pormenorizada para o Departamento de Estado:

“Na tarde de dia 7 de outubro a estação comercial de rádio de Santa Maria reportou o programa completo da FLA acompanhado dos chamados hinos nacionais dos Açores.

A 8 de outubro um jornal açoriano publicou o comunicado da FLA que anunciava o envio para o Ministério da Administração Interna do programa da FLA e a exigência de resposta por parte do governo, no prazo de oito dias, ao pedido de realização de um referendo. Um jornal de Ponta Delgada publicou o caso do anúncio da FLA mas não o comunicado propriamente dito.

A 10 de outubro dois dos três jornais diários de Ponta Delgada publicaram excertos do programa da FLA. Um dos jornais publicou também um artigo pedindo para que os líderes da FLA se identificassem. O general Altino de Magalhães disse recentemente, em público, que estaria disponível para dialogar com a FLA desde que os seus líderes estivessem dispostos a identificar-se.”¹⁷⁸

É também nessa altura que os funcionários do consulado escutam, pela primeira vez, por volta da uma da manhã, a rádio clandestina da FLA. No comentário ao telegrama a cônsul escreve que a visibilidade da FLA está a funcionar a seu favor o que coloca os seus líderes sob um dilema crucial para o futuro da organização

“A ampla publicitação do programa da FLA retirou algum mistério que circundava a organização. Os seus líderes enfrentam agora dois testes cruciais. O primeiro é que eles têm sido desafiados a identificarem-se. O segundo é que com toda esta publicidade do comunicado exigindo o referendo, o prestígio da FLA está em alta. Se o Governo ignorar o ultimato ou não responder ao pedido de realização do referendo, a FLA deve responder ou mostrar-se-á ineficaz.”

¹⁷⁸ “Ponta Delgada, 394, october, 14, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

O deputado à Assembleia Constituinte, Natalino de Viveiros, havia informado diretamente a cônsul que a FLA tinha solicitado, no início de outubro, ao Ministro do Interior que realizasse um referendo sobre a questão da independência dos Açores. “O Governo terá oito dias para aceitar o referendo, se rejeitar, a FLA irá considerar isso como uma declaração unilateral de independência”¹⁷⁹, declarou o deputado que também avançou com a data precisa para a declaração de independência: “Irá ocorrer a 11 de novembro. Ele disse ainda que se se realizar o referendo, a FLA deixa a clandestinidade e fará campanha abertamente.” No comentário a estas informações, Pfeifle escreve:

“Viveiros foi sempre muito positivo em relação à independência. A previsão de que a independência está prestes a acontecer, deve ser encarada como um grão de sal. Duvidamos que a FLA tenha tomado a decisão final de uma declaração unilateral de independência.”

Mais uma vez, depois de em junho ter sido alertada para a iminência de uma declaração de independência, a cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada volta a suspeitar da sua efetiva concretização. O tempo dar-lhe-ia razão, não sem antes, tal como no início do “Verão Quente”, essa declaração estivesse prestes a ser feita. Para surpresa, não o seria por forças assumidamente independentistas, mas sim pela Junta Regional.

O entendimento de que as forças de esquerda tentavam implicar o envolvimento dos Estados Unidos com o movimento independentista açoriano utilizando como instrumento a informação divulgada por alguma imprensa já havia sido percebido pelo embaixador Frank Carlucci durante o Verão Quente. De acordo com o diplomata, a pressão da imprensa nacional em relação à independência dos Açores tinha sido, até então, contida, mas a partir de julho publicações “dominadas por

¹⁷⁹ “Ponta Delgada, 390, october, 7, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

esquerdistas”¹⁸⁰ como *O Século* e o *Diário de Notícias*, assumiram outra postura. “Assumimos que essa mudança de tática sobre a Junta significa que os comunistas decidiram incluir os Açores na sua ofensiva anti-US, anti-PS e anti-PSD”¹⁸¹, alerta Carlucci.

Por outro lado, entende o embaixador que poderá ser benéfico para o governo distrair a opinião pública com a questão açoriana atacando, em simultâneo, os Estados Unidos. Aconselha, por isso, a administração americana a tomar medidas, designadamente utilizar a imprensa para contrariar o efeito da campanha comunista na opinião pública e simultaneamente conter o impulso militar.

“Acreditamos que uma campanha sustentável nos média poderia levar a uma mudança da opinião pública e talvez um esforço mais determinado junto dos militares para que retomassem o controlo das ilhas no caso de uma revolta.”¹⁸²

No mês seguinte são emitidas recomendações do Departamento de Estado em relação à forma como a cônsul deveria comportar-se com a imprensa, no caso estrangeira. O canal de televisão BBC pretendia iniciar uma visita aos Açores a 16 de agosto e a equipa, chefiada por Mr. Turner, previa entrevistar a cônsul. O Departamento de Estado deixa a decisão para a cônsul, de conceder ou não a entrevista. Apesar disso, são dadas instruções.

“No que diz respeito à independência dos Açores, deve confinar a sua resposta à afirmação de que a nossa política, quanto ao futuro estatuto das ilhas, é um assunto estritamente interno que deve ser tratado entre o povo dos Açores e o governo português em Lisboa. Deve enfatizar que a política dos Estados Unidos é de permanecer totalmente sem qualquer tipo de envolvimento com este assunto interno português. Evite comentários sobre a FLA, estimativas sobre o

¹⁸⁰ “Lisbon, 4155, July, 23, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁸¹ “Lisbon, 4155, July, 23, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁸² “Lisbon, 4156, July, 23, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

grau de suporte à independência por parte dos açorianos ou outros assuntos locais”¹⁸³.

O Departamento de Estado tinha todo o interesse em passar a mensagem de neutralidade em relação à organização política então vigente ou futura dos Açores.

6.1. O programa da FLA

O Departamento de Estado recebeu um resumo do programa da FLA antes mesmo que o documento fosse distribuído por todas as ilhas do arquipélago. “De acordo com os líderes do PPD/FLA que representam a facção liberal da FLA”¹⁸⁴, o programa preconiza que o processo de independência deveria passar pela realização de um referendo e por negociações com o governo central, e se as negociações fracassarem, deveriam avançar para uma declaração unilateral. De acordo com a FLA, a organização política de uns Açores independentes suportar-se-ia:

“Num sufrágio secreto universal para eleger um presidente e uma Assembleia representativa, um poder judiciário independente, investimento e ajuda estrangeira que não comprometa a independência, supressão do domínio de uma ilha sobre as outras, o direito de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, sindicatos livres, direito à greve, respeito pela propriedade privada subordinada à função social, “socialização” dos monopólios e latifúndios, reforma agrária, saúde e educação para todos os açorianos, política externa independente, 200 milhas de mar territorial e garantia das liberdades básicas.”

No comentário ao telegrama a cônsul reforça:

¹⁸³ “Washington, 194337, august, 15, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁸⁴ “Ponta Delgada, 384, october, 2, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

“Esta é a primeira declaração autorizada da FLA. É portadora de uma forte influência da liderança açoriana do PPD. Não sabemos se tem o apoio de José de Almeida ou da ala direita da FLA de S. Miguel. A referência à supressão do domínio de uma ilha sobre as outras é a clara declaração de que os interesses das outras ilhas devem ser salvaguardados. O programa é desfavorável aos interesses dos grandes proprietários de terras de S. Miguel e deve destruir o argumento de que a FLA é um instrumento desse grupo de S. Miguel.”

É a partir dessa altura que se acentua uma escalada de agitação política e social que atinge a violência com atentados bombistas em sedes partidárias, viaturas, casas particulares, cujos proprietários haviam tido um passado que, de alguma forma, se tinha relacionado com os interesses independentistas, apoiando-os ou contrariando-os.

Consultada documentação do Arquivo Geral do Museu Militar dos Açores entre os anos de 1974-1976, a fase mais violenta do movimento separatista ter-se-á registado nesse último ano, data em que os relatos de incidentes são praticamente diários. Essa vaga de violência, coincidência ou não, surge numa altura em que o suporte internacional à causa independentista abrandou, senão mesmo deixou de existir.

Em 1975, os militares atribuem à Frente de Libertação dos Açores a autoria de ações que classificam de terroristas, como seja “a destruição completa, pelo fogo, de viatura particular do capitão Salgado Martins, estacionada à porta de sua residência”. Uma carta do general Altino de Magalhães dirigida ao chefe de gabinete do Estado Maior General das Forças Armadas, contextualiza o ocorrido: “algumas tomadas de posição da bateria de artilharia de guarnição nº. 1 e do seu comandante, capitão de artilharia José Salgado Martins, em relação à FLA, provocaram uma certa reação por parte daquele movimento clandestino (...) que tem combatido, conforme é seu

dever¹⁸⁵”. Antes, e durante, a escalada de violência os militares registavam na sua comunicação interna a distribuição de folhetos por parte de elementos não identificados da FLA com mensagens separatistas de que é exemplo: “Queremos o direito à independência. Não queremos ser colonizados. Não ao colonialismo fascista.” Esta ação era tida como contrária aos usos da época.

¹⁸⁵ Nota nº. 653. Título de Série: Verão Quente 75,, nº. e peças 107, nº. Unidade de Instrução 57, Arquivo Geral do Museu Militar.

Capítulo IV - A Junta Regional luta em várias frentes

Depois da manifestação do 6 de junho, da conseqüente queda da autoridade política distrital, da forte contestação popular dirigida ao poder central e do compromisso assumido pela autoridade militar de desbloquear situações consideradas elementares e que opunham os interesses regionais aos nacionais, o poder central reagiu. A resposta foi a criação de uma nova organização política que, composta pelos partidos democráticos representados na Assembleia Constituinte, deveria ser o garante da estabilidade política e social no arquipélago.

Neste seguimento, o governo de Vasco Gonçalves cria a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional, a designada Junta Regional, que assumiria funções de agosto de 1975 até à tomada de posse do primeiro Governo Regional dos Açores, em setembro de 1976.

A reação popular a este novo órgão, que viria a ser o primeiro a corporizar, em termos administrativos¹⁸⁶, a visão regional do arquipélago, foi de aceitação. Sobre a Junta pendia a suspeita de integrar independentistas. Henrique de Aguiar Rodrigues, um

¹⁸⁶ Excetuando o período dos capitães-generais de 1766-1831 e o da muito efémera reforma de Mouzinho da Silveira com a criação da Província dos Açores, que vigorou entre maio de 1832 e junho de 1833.

dos vogais da Junta, assume que “éramos sujeitos, todos os dias, a uma enorme pressão de grupos independentistas”¹⁸⁷. Outro vogal, Martins Goulart, prefere destacar a sua missão prioritária que era a de elaborar o projeto de estatuto de autonomia. E o seu presidente, o general Altino de Magalhães, realça o facto de ter sido “o efetivo governo dos Açores”. Como tal, a Junta Regional desempenhou múltiplas tarefas no âmbito da governação. Foi o órgão que ultrapassou a divisão por distritos dos Açores, reunindo as funções das Juntas Gerais.

1. Carlucci a cônsul e a Junta

Ao Departamento de Estado foram chegando relatos desde o mês de julho, quer do embaixador em Lisboa quer da cônsul em Ponta Delgada, sobre a criação da Junta Regional. Antes mesmo do decreto que a criava, já os diplomatas norte-americanos avançavam com a composição da Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional, a linha de orientação dos seus membros, a formação que possuíam, interesses e filiação partidária, bem como o modo de funcionamento do novo órgão.

A cônsul tratou de informar o Departamento de Estado da alteração que observa no comportamento da população açoriana:

“Recentemente temos notado que pessoas que antes nunca discutiam sobre política, agora falam de independência. Muitos falam “quando” e não “se” vai acontecer a independência.”¹⁸⁸

Pfeiple não tem dúvida de que o separatismo vem “ganhando suporte e respeitabilidade junto da população. Relata também que os jovens distribuem bandeiras

¹⁸⁷ RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira, *Intervenção Política 1974-2002*, Ponta Delgada, p. 46.

¹⁸⁸ “Ponta Delgada, 265, july, 17, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.

com as inscrições “Comité de Juventude dos Açores 75” e “União Democrática e Revolucionária para a Independência da Madeira e dos Açores”.

À distância, o embaixador Carlucci tecia considerações sobre a composição do novo órgão. Seria composto por dois vogais de cada um dos distritos, mas permanecia a dúvida sobre se o PCP, MDP e MES teriam representação. O embaixador considera que se fosse atendida a representatividade dos 6 por cento alcançados por estes partidos na votação para as eleições legislativas de abril de 1975, “isso iria irritar os açorianos”¹⁸⁹ e faz saber ao Departamento de Estado que representaria “um gatilho para um movimento de independência por parte dos separatistas”¹⁹⁰.

Em agosto, Frank Carlucci está reticente em relação à função do novo órgão por considerar que “teria sido uma boa ideia há seis meses atrás, as informações que recebemos dos nossos contactos dos Açores é de que o movimento para a independência é praticamente inevitável”¹⁹¹ Nesta altura Carlucci estava convencido da irreversibilidade de uma declaração de independência a acontecer no final de agosto ou início de setembro e o embaixador avisa não só o Departamento de Estado como várias embaixadas americanas, concretamente as sedeadas em Madrid, Paris e missão EUA NATO.

Mas se por um lado o embaixador não via motivo para a criação da Junta, por outro elogiava o homem que tinha sido escolhido para seu presidente: “o general Altino de Magalhães é competente e respeitado nas ilhas e é possivelmente o homem certo para pôr o sistema a funcionar.”¹⁹² Sobre o general Altino de Magalhães, já anteriormente o embaixador tinha fornecido informações para o Departamento de Estado,

¹⁸⁹ “Lisbon, 4185, July, 24, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ “Lisbon, 4669, August, 14, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁹² “Lisbon, 4669, August, 14, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

designadamente que, a par de Costa Gomes, eram os únicos dois oficiais generais antes da Revolução.¹⁹³

“Tem uma reputação imaculada. É altamente recomendado dentro do exército (todos os oficiais de infantaria votaram nele para que assumisse a direção da infantaria) é bem tratado por praticamente todas as pessoas dos Açores, mesmo que tenha sido tão justo para o PCP como para o PPD”¹⁹⁴.

Esta informação sobre o general surge no seguimento a uma conversa que o embaixador manteve com o ainda apenas comandante militar dos Açores em que este comentou questões relacionadas com a situação político-militar de Portugal, a Assembleia do MFA e a probabilidade de conflitos armados em Portugal. De acordo com a informação prestada ao Departamento de Estado, o general Altino de Magalhães considerava “inevitável a existência de um conflito armado sob a forma de uma guerra civil”. Estava muito insatisfeito com a Assembleia do MFA que “está a trair as forças armadas, os portugueses, as pessoas e a Revolução. São como um saco de gatos”¹⁹⁵. Para o embaixador, o general Altino Magalhães era o homem certo no lugar certo.

2. A Junta e a sua atividade

A Junta Regional foi criada pelo Decreto-Lei nº. 458-B/75 de 22 de agosto, documento que definia os poderes do novo órgão que desempenharia funções provisoriamente até à definição dos novos termos da autonomia. A Junta tinha um âmbito de ação regional, dependia diretamente do primeiro-ministro e exercia os poderes delegados pelo governo (não tinha, portanto, competências executivas

¹⁹³ “Lisbon, 4422, august, 5, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Ibidem, idem.

próprias). Tinha como função coordenar as atividades dos serviços periféricos do governo central na Região, propor a reestruturação dos órgãos do governo central nos Açores, a forma de transferir as funções da administração central para a regional bem como gerir os subsídios atribuídos pelo governo central.

Convidado o comandante-chefe das forças militares nos Açores para presidir à Junta Regional, coube-lhe escolher os seis vogais que o compoñham, respeitando os resultados eleitorais nos Açores para a Assembleia Constituinte. Foram dissipadas as dúvidas e receios do embaixador Carlucci. A Junta Regional foi constituída por um vogal independente, três indicados pelo PPD e dois pelo PS: o presidente, general Altino Magalhães, e os vogais com a coordenação Económica e Finanças, José Adriano Borges de Carvalho (substituído no final novembro de 1975 por Álvaro Monjardino), Administração Local, Equipamento Social e Ambiente, na dependência de Leonildo Garcia Vargas, os Assuntos Sociais, Trabalho e Emigração, Henrique de Oliveira Aguiar Rodrigues, a Educação e Investigação Científica, Comunicação Social e Cultura, José António Martins Goulart, a Agricultura, Pescas e Indústria, António Albuquerque Jácome Correia, e os Transportes, Comércio, Comunicações e Turismo, José Pacheco de Almeida.

A reação popular à Junta foi positiva. Segundo Américo Natalino Viveiros

“Os açorianos passaram a ver nesse novo órgão o verdadeiro governo dos Açores, esperando que ele fosse um fator de estabilidade política, combatendo e evitando que se estendesse às ilhas o descalabro social, económico e político que se vivia no país.”¹⁹⁶

¹⁹⁶ VIVEIROS, Américo Natalino, *6 de Junho: Um marco na rota da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Gráfica Açoriana, 2012, p. 217.

De acordo com José António Martins Goulart¹⁹⁷, o objetivo estratégico da Junta Regional era “preparar a transição democrática para a institucionalização de um regime de autonomia regional”¹⁹⁸ e elaborar, no prazo de 90 dias após a sua instalação, um projeto de estatuto de autonomia e órgãos da administração da Região dos Açores que deveriam ser presentes ao Conselho de Ministros. Para dar seguimento a esta obrigação, a Junta nomeou um Grupo de Trabalho¹⁹⁹, para elaborar o anteprojeto de estatuto político-administrativo. O grupo era composto por três membros de cada distrito indicados pelos partidos com assento na Assembleia Constituinte (PPD e PS) sendo três deles sem filiação partidária. Ficou assim composto: Álvaro Monjardino; Américo Natalino Viveiros; Angelino Páscoa; Fernando Manuel de Faria Ribeiro; João Bosco Mota Amaral; João Alberto Miranda; José Armas Trigueiro; José Mendes Melo Alves e Roberto de Sousa Rocha Amaral.

A proposta de estatuto, depois de ter estado em discussão pública, foi aprovada em reunião da Junta Regional a 10 de fevereiro de 1976 e enviada para o Governo e Conselho de Revolução, altura a partir da qual foram feitas alterações ao texto inicial, desenrolando-se um processo de negociações entre a Junta Regional e o governo central.

Num quadro político de instabilidade governativa por um lado e, por outro, de um governo com características centralizadoras, o relacionamento com a Junta Regional, cujos membros tinham uma convicção profundamente autonomista, não foi fácil. Era de alguma tensão a interação não só pela inerência das reivindicações

¹⁹⁷ José António Martins Goulart, 1948, doutorado em matemática pela Universidade da Califórnia, foi docente na Universidade dos Açores. Desempenhou vários cargos políticos, membro da Junta Regional, presidente do PS-Açores, de 1987 a 1993, exerceu as funções de deputado nas Assembleias Legislativa Regional dos Açores e da República

¹⁹⁸ GOULART, José António, “A Junta Regional dos Açores e a Construção da Autonomia”, in *Pensar os Açores hoje: actas do colóquio*, Forum Açoriano, Associação Cívica, Ponta Delgada, 1995.

¹⁹⁹ Reuniu pela primeira vez a 19 de outubro de 1975. A 8ª Comissão da Assembleia Constituinte, criada para elaborar um projeto de estatuto, começou a trabalhar a 13 de agosto de 1975.

assumidas pelos membros da Junta como pela recetividade às mesmas por parte do poder central. As desinteligências no decurso do processo de definição dos poderes da Junta Regional são o outro corolário dos poderes e interesses em confronto. Só com a publicação do Decreto-Lei nº. 100/76, de 3 de fevereiro de 1976 é que as competências da Junta Regional são reforçadas e clarificadas.

Ao nível interno, no exercício das suas funções no arquipélago, a Junta Regional esteve sempre sob observação, devido à novidade que introduzia na forma de organização política da Região, mas sobretudo pelo período de agitação política e social em presença. A este respeito Américo Natalino Viveiros escreve

“A pressão que sobre ela [Junta Regional] pendia dos movimentos independentistas e da opinião pública que reivindicava mais poderes para a Junta Regional. Foram, neste caso, meses quentes aqueles que a Junta Regional atravessou, desde o dia da sua posse até ao 25 de novembro de 1975.”²⁰⁰

A esta pressão não terá sido alheio o inconfessável objetivo da Junta. O vogal Leonildo Vargas assume que “a grande missão, secreta, era acabar no imediato com a FLA.”²⁰¹

Outro membro da Junta Regional, Henrique de Aguiar, escreve também a propósito

“Éramos sujeitos, todos os dias, a uma enorme pressão de grupos independentistas, que, se na maioria das vezes se dirigiam ao poder central, acabavam por dificultar a ação da Junta. A 6 de outubro a FLA exigia que o governo se pronunciasse no prazo de 8 dias pela realização de um referendo, em que os açorianos diriam se queriam ou não a independência. (...) A Junta tinha

²⁰⁰ VIVEIROS, ob. cit., p. 217.

²⁰¹ FURTADO, Saes, “Caminhos Cruzados: O Processo Democrático e a Deriva Independentista dos Açores”, Separata da Revista *Atlântida*, vol XLVI, Instituto Açoriano de cultura, angra do Heroísmo, 2001, p. 21.

de intervir, o que não era fácil, pois se por um lado não se podia deixar de informar corretamente a população, por outro lado a pressão desses grupos era útil à principal tarefa da Junta regional, a conquista de um estatuto de autonomia política.”²⁰²

O vogal Pacheco de Almeida realça a novidade de organização que a Junta introduziu:

“A realidade de ilha, que era completamente ignorada, e a realidade região que vivia retalhada em três distritos, cada um ligado diretamente a Lisboa e sem qualquer articulação entre si.”²⁰³

A Junta Regional estava, assim, confrontada com a missão de agir em várias frentes: 1) elaborar o estatuto de autonomia; 2) definir os seus poderes e competências; 3) resolver os assuntos próprios da governação; 4) constituir-se como força política conciliadora das diferentes fações político-partidárias.

O Departamento de Estado estava muito bem informado sobre o modo como funcionava a Junta, criada “para ser um governo de transição, na realidade tem assumido desde o início cada vez mais responsabilidades para o governo dos Açores.”²⁰⁴ Nas palavras da cônsul, “tem-se tornado num popular governo autónomo”. Pfeifle descreve pormenorizadamente a forma como a Junta está organizada, a sua ação interna, modo de atuação e o relacionamento com o poder central.

“A Junta consulta o governo quando este é cooperativo, outras vezes decide e depois informa Lisboa. Os membros da Junta foram assumindo gradualmente, dia pós dia, para os seus setores os assuntos que eram antes tratados diretamente

²⁰² RODRIGUES, ob. cit., p. 46.

²⁰³ FURTADO, ob. cit., p. 21

²⁰⁴ “Ponta Delgada, 447, november, 25, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp. Este relatório é elogiado pelo embaixador que escreve à cônsul dando-lhe “os parabéns pelo seu excelente reporte sobre a Junta Regional. É exatamente esse tipo de reporte de que precisamos. Continue o bom trabalho que vem desenvolvendo”. Em “Lisbon, 7070, november, 26, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp

pelas Juntas Gerais de cada Distrito e Lisboa. A Junta realiza várias reuniões por semana para discutir assuntos políticos e os problemas que requerem a atenção geral.

Como a Junta evoluiu para uma espécie de governo regional, tornou-se óbvio um problema sério: a Junta não tinha pessoal nem instalações para trabalhar convenientemente. (...) Os membros não têm tempo para estudar adequadamente os problemas”.

Sobre a questão específica da autonomia, a cônsul escreve: “É evidente que a Junta se considera um governo autónomo.” E no comentário ao telegrama enviado para o Departamento de Estado e embaixada em Lisboa, a cônsul conclui

“A Junta Regional dos Açores é o primeiro órgão de governo do arquipélago. Está tentando traçar novos caminhos para os Açores e ao mesmo tempo está a resolver os problemas quotidianos da governação. Depois de um ceticismo inicial, ganhou amplo apoio popular, particularmente após a posição firme que tomou a 15 de novembro.”

3. As atas das reuniões da Junta

A Junta Regional instalou-se no Palácio da Conceição, local onde os seus membros se reuniam com regularidade ora em “reuniões quentes”, quando se encontravam presencialmente, ora através de ”linha quente”, quando o contacto era mantido por via telefónica. A metodologia de trabalho delineada exigia que as reuniões fossem gravadas de modo a serem depois lavradas em atas. Na sua primeira reunião, o vogal Leonildo Vargas propôs, pormenorizadamente, os procedimentos de trabalho a

adotar: “a) Fazer reuniões mais frequentes, recomenda-se, de rotina, as segundas e as quintas-feiras com início pelas dezassete horas;

b) Promover despacho dos vogais com o presidente, todos os dias, com o seguinte horário: 15.00 horas, assuntos de educação, com. social e investigação; 15.15 horas, assuntos de assistência, trabalho e emigração; 15.45 horas, assuntos de lavoura, pescas e indústria; 16.00 horas assuntos de administração local, equipamento e ambiente; 16.15 horas, assuntos de transporte, turismo e comércio.

As viagens dos vogais devem ser decididas em reunião da Junta Regional e afixadas em ata. Dos trabalhos da Junta relatados em ata deve ser dado conhecimento público, quando merecer interesse.”²⁰⁵

Os procedimentos não viriam a ser postos em prática e a forma de funcionamento da Junta é, logo no início da sua atividade, alvo de crítica por parte do vogal Borges de Carvalho que classifica de “errado” o trabalho que vinham a desenvolver argumentando:

“Por falta de dados suficientes para que possa ponderar e racionar devidamente, a Junta tem-se limitado a tentar resolver, superficialmente, casos isolados sem obediência a qualquer espécie de estudo ou plano global. Os restantes membros acabaram por concordar com esta apreciação, tendo no entanto sido reconhecido que a deficiente estrutura da Junta, a falta de apoio técnico e, sobretudo, a premência com que surgem os problemas, conduzem, as mais das vezes, a soluções de emergência que não se compadecem com estudos profundos. (...) O dr. Borges de Carvalho voltou então a criticar o método de trabalho da Junta

²⁰⁵ Ata nº. 1, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177).

dizendo, desta feita, que as reuniões se estão a perder em pequenas coisas, sem se resolverem os problemas de fundo, nem se fazerem as definições políticas fundamentais, ao que o presidente retorquiu que o problema fundamental é o facto de a estrutura da Junta não chegar para as necessidades”²⁰⁶.

Apesar de a Junta ter funcionado durante um ano, até à tomada de posse do primeiro Governo Regional dos Açores, a 8 de agosto de 1976, só foram redigidas oito atas, sendo que apenas duas delas estão assinadas pelos seus membros.

A primeira reunião de que há documentação escrita realizou-se a 11 de outubro de 1975, altura em que fervilhava a agitação separatista em S. Miguel, e foi dominada pela discussão sobre como a Junta deveria reagir face ao ambiente social e político. A ata descreve que a imprensa regional, que vinha sendo o veículo de distribuição de comunicados dos partidos políticos PPD, CDS e PS e da própria FLA²⁰⁷, bem como a imprensa nacional justificavam a defesa da independência pela autossustentabilidade do arquipélago. É por isso que o general Altino de Magalhães entende ser “necessário uma análise da situação política do arquipélago face à tensão que se tem sentido nos últimos dias”²⁰⁸ e considera que a Junta tem que “tomar uma posição e informar o público das suas atividades e dos elementos de que dispõe sobre as finanças públicas”.²⁰⁹ O vogal Jácome Correia, que partilha a opinião de que é fundamental informar a população sobre o trabalho desenvolvido pela Junta Regional, acrescenta que deveriam ser fornecidos os elementos de que dispõe sobre receitas e despesas públicas. Nesse capítulo em particular, o vogal considera que deveriam “ser feitas diligências para reter nos Açores, e ficarem ao seu dispor, as divisas aqui existentes.”²¹⁰

²⁰⁶ Ata n.º 7, 30.10.1975.

²⁰⁷ O presidente da Junta Regional refere-se especificamente ao panfleto da FLA de 6 de outubro de 1975 que exigia, que o governo se pronunciasse no prazo de oito dias, “pela realização de um referendo nos Açores, para se esclarecer se os açorianos querem ou não a independência”. A mesma informação tinha já sido veiculada ao Departamento de Estado pela cônsul Pfeiple.

²⁰⁸ Ata n.º 1, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177)

²⁰⁹ Ata n.º 1, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177)

²¹⁰ Ata n.º 1, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177)

O vogal Henrique de Aguiar Rodrigues impôs um caráter mais político à reunião ao chamar a atenção para os “dois conceitos que agitam a situação política no arquipélago: autonomia e independência”. Por isso defende que, pela sua própria gênese

“A missão da Junta é a de estudar e elaborar um estatuto de autonomia. Devemos dizer ao público o que se pode e o que não se pode fazer em termos de autonomia. Estamos a fazer um trabalho sério e não demagógico, baseado em fantasias. É deste facto que deve ser bem esclarecida a população do arquipélago.”²¹¹

Os membros da Junta concluíram a implementação das seguintes ações:

- “A – Expor, por meio da televisão, rádio e imprensa local a situação das despesas e receitas públicas no arquipélago dos Açores;
- B – Dar conhecimento, pelos mesmos meios, dos trabalhos da Junta Regional;
- C – Adotar as normas disciplinares apontadas pelo Sr. engenheiro Vargas.”²¹²

E não havendo mais assuntos a tratar, terminou assim a primeira ata redigida pelo comandante Brito de Abreu.

A agitação independentista é uma das preocupações do Presidente da Junta Regional. O general Altino de Magalhães não só aborda o assunto em reuniões da Junta como também expressa a sua opinião em comunicação feita à população através do Emissor Regional dos Açores.

Alertado por um artigo de opinião publicado no jornal *Correio dos Açores*, cujo autor considerava “de transcendente importância face ao dilema da independência que uma organização clandestina vem fomentando”²¹³ que houvesse um esclarecimento sobre se “os Açores são ou não financeiramente auto suficientes”, o general assumiu perante os vogais da Junta, em reunião realizada a 13 de outubro, que “vai

²¹¹ Ata nº. 1, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177)

²¹² Ata nº. 1, 11.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 174-177)

²¹³ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199)

proporcionar os elementos que tem disponíveis para uma análise da situação dos Açores”²¹⁴.

Mas para o comandante-chefe existem outras questões determinantes, que não apenas as financeiras, para se poder avançar para um processo independentista. Entende que a um território, ou Estado, independente devem estar asseguradas condições que:

“Permitam realizar por si, com pleno êxito, duas ordens e tarefas: o bem-estar, na ordem interna, e a defesa face ao exterior. (...) Além dos valores materiais (dimensão populacional, territorial, técnica, financeira, de equipamentos, etc, etc), há valores morais, estes muito mais sensíveis e de influência decisiva em problemas desta natureza. Esquecê-los é erro grave, e é correr o risco de desencadear convulsões incontornáveis que podem conduzir a situações desastrosas e irreversíveis.”²¹⁵

Na comunicação que o general Altino de Magalhães faria através do Emissor Regional dos Açores, teve a oportunidade de fazer um reparo, senão mesmo a intimidação, para a situação social e política que se vivia em S. Miguel:

“As liberdades individuais têm sido algumas vezes ameaçadas e violadas. Ameaças físicas, em telefonemas e cartas anónimas. Tudo isto revela uma formação e propósitos anti democráticos.”

²¹⁴ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199)

²¹⁵ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p.178-199). Nessa mesma ata, o general Altino Magalhães dá conta do pretende dizer na rádio naquela noite: (dadas as circunstâncias de a Junta ter pouco tempo para elaborar a proposta de estatuto e de ainda demorar algum tempo até que a Assembleia Constituinte apresentasse as Bases da Autonomia das regiões dos Açores e da Madeira para a partir delas elaborar a proposta de estatuto, o general Altino de Magalhães anunciou: “vamos elaborar a proposta de estatuto e apresenta-la à consideração do Governo. Para esse efeito vamos trabalhar em ligação com os partidos representativos do arquipélago na Assembleia Constituinte, aos quais já pedimos a indicação de elementos válidos para constituírem um grupo de trabalho que, na dependência direta da Junta Regional, promovam o estudo e a elaboração do estatuto. Vamos apoiarmo-nos no projeto de base de autonomia já elaborados pelos diversos partidos políticos e por eles apresentados à constituinte. Iremos também promover uma ampla discussão local procurando ouvir com a maior abertura possível as entidades que nos possam e queiram ajudar. Prevê-se a criação de um órgão legislativo regional e um órgão executivo com a estrutura adequada ao nível do arquipélago no âmbito de uma ampla autonomia política e administrativa.

Nesse seguimento, fez um apelo

“A todos os responsáveis dos partidos políticos e a todos os açorianos no sentido de fazerem o maior esforço para que cesse de imediato este estado de coisas, em benefício de todos nós. Só assim os partidos podem realizar-se e impor-se à consideração pública, como é indispensável que aconteça. Vamos ter esperança no futuro. A tempestade que vai no continente passará ao largo se nós aqui conservarmos a serenidade e soubermos aguardar. Como comandante chefe das Forças Armadas sinto-me muito honrado em poder afirmar que os militares que servem os Açores têm profunda compreensão dos seus deveres cívicos na situação que atravessamos. Estamos prontos a garantir, a qualquer preço, a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, no respeito das leis que nos regem.”²¹⁶

O general afirma assim os seus princípios nacionalistas. Por outro lado, estava ciente de que a agitação que se vivia no continente iria ser ultrapassada

“A vontade do povo vai afirmar-se neste governo. Vai impor-se às minorias que perturbam a tranquilidade, a ordem e o progresso. O povo sabe o que quer e não está mais disposto a suportar o peso e o vexame de ditaduras, venham de onde vierem. O povo somos nós todos, com a nossa dignidade de cidadãos determinados a fazermos respeitar uns aos outros na justiça dos direitos e dos deveres que nos assistem.”²¹⁷

A luta contra o separatismo e à ação da sua base de apoio foi um dos combates do general Altino de Magalhães enquanto comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores e Presidente da Junta Regional. Nada o convencia dos benefícios de uns Açores independentes, constituindo-se como um Estado à margem de Portugal. Utilizou os

²¹⁶ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199). A comunicação continua com alusão à informação que o general obteve do Ministro da Educação de que seria criado o Instituto Universitário dos Açores, comportando diversas faculdades.

²¹⁷ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199)

meios ao seu alcance para “evitar que se concretizasse”²¹⁸ essa opção, procurou antes que “se materializasse na autonomia”²¹⁹.

Nos primeiros meses de governação da Junta Regional, o general Altino de Magalhães para quem “o problema fundamental, de momento, é a existência de dois grupos distintos – um que quer a independência e outro que a não quer”²²⁰ pretendeu aferir a opinião dos vogais sobre a questão fraturante na política regional “para que se definisse a atitude a tomar.”²²¹

Das atas que foram lavradas, este foi o assunto que mais controvérsia gerou entre os membros da Junta e “gerou-se animada discussão entre vários vogais sobre o que é ou não a FLA e quais as vantagens e possibilidades teóricas de se vir a legalizar.”²²² Contudo, essa discussão não foi registada em ata. Passada a exaltação que o tema provoca, alguns dos vogais expressaram as suas opiniões. Para Jácome Correia

“A FLA nasceu em consequência das violências aqui praticadas pelo Partido Comunista e outros de ideologia semelhante. O vogal Pacheco de Almeida deu a sua concordância a esta ideia e disse ter assistido, inclusivamente, a algumas dessas ações violentas. (...) O vogal Henrique de Aguiar disse que o problema de facto existe mas que não se pode pôr em termos de haver agora mais ou menos FLA dado que o fenómeno é muito fluido. (...) Em sua opinião o que se deve fazer é trabalhar a sério no processo de autonomia dos Açores de modo a que esta seja real, profunda e operante.”²²³

²¹⁸ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²¹⁹ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²²⁰ Ata n.º. 6, 27.10.1975.

²²¹ Ata n.º. 6, 27.10.1975.

²²² Ata n.º. 6, 27.10.1975.

²²³ Ata n.º. 6, 27.10.1975.

Era voz corrente na altura que a polícia de Segurança Pública tinha ligações aos movimentos independentistas. O vogal Martins Goulart, na penúltima reunião da Junta Regional de que há registo em ata, referiu:

“É um facto que a PSP na Horta só atua contra os não-FLA (Organização clandestina separatista denominada Frente de Libertação dos Açores) ... Disse também que há fascistas na Horta, mas que a esses ninguém pensa em escorraçar e que, em seu entender, um militante do Partido Comunista deve ter o direito de viver em qualquer parte do mundo.”²²⁴

Os poderes conferidos à Junta Regional estavam desajustados das funções às quais era chamada a intervir. A reivindicação de um reforço das suas atribuições reporta-se ao início da sua criação. Antes mesmo de qualquer reunião formal dos seus membros, o general Altino de Magalhães solicita, ao Ministro da Administração Interna, o reforço das atribuições do órgão a que presidia. A última ata de que há registo escrito, que se reporta à reunião realizada a 3 de novembro de 1975, foca-se precisamente sobre os poderes da Junta. A ata não está completa nem está assinada. Também as anteriores atas, com exceção da primeira e segunda, não estão assinadas pelos membros que assistiram às respetivas reuniões.

Neste encontro de 3 de novembro foram analisadas, “em ampla e demorada discussão”, as alterações a efetuar ao decreto-lei que criou a Junta. Uma delas tinha a ver com o facto de o cargo de Presidente ser atribuído ao comandante-chefe das Forças Armadas. Esclareceu Altino de Magalhães a razão:

“A função de comandante-chefe é inerente ao cargo de Governador militar e é concedida pela respetiva carta de comando, documento de índole estritamente militar. Julga, pois, que o cargo de Presidente da Junta deve continuar a ser

²²⁴ Ata nº. 6, 27.10.1975.

atribuído ao governador militar. Assim ficou decidido introduzir esta alteração no projeto.”²²⁵

A segunda alteração gerou uma discussão mais acesa: relacionava-se com a “dúvidas quanto à capacidade (legal e prática) da Junta para elaborar decretos” e uma conclusão sobre o assunto foi remetido para próxima reunião. O vogal Borges de Carvalho deu então a conhecer uma proposta que tinha elaborado com vista à reestruturação da Junta

“Preconiza a dispersão deste órgão pelas três cidades do arquipélago. Este aspeto foi largamente debatido, tendo o Dr. Jácome Correia afirmado que, em seu entender tal dispersão só poderá justificar-se por razões puramente políticas, já que, sob qualquer outro aspeto, a considera puramente fantasiosa, negativa e, portanto, injustificável. O Dr. Henrique de Aguiar disse achar que aquela medida se justificava por razões que são, de facto, puramente políticas, mas fundamentais. O Presidente disse sentir que existem os problemas políticos que foram apontados pelos vogais e entende que, embora haja que lutar com dificuldades práticas de execução, será possível adotar oportunamente o esquema proposto, ou outro semelhante. Embora esta ideia traduzisse o consenso geral da Junta sobre o problema, não ficou decidido qualquer procedimento a adotar a curto prazo.”²²⁶

A ata número oito termina com um início de parágrafo onde se lê “Em seguida” e nada mais está escrito.

Já anteriormente, em outra reunião, tinha sido abordada a redefinição dos poderes da Junta Governativa. Depois de um encontro de trabalho, em Lisboa, do vogal Borges de Carvalho com os Secretários de Estado do Tesouro e do Orçamento, este informou

²²⁵ Ata nº. 8, 3.11.1975.

²²⁶ Ata nº. 8, 3.11.1975.

“A solução preconizada é a de o órgão governativo regional vir a ter poderes de decisão quanto a importações e exportações e de emitir as respetivas ordens para o Banco de Portugal (...) disse ainda considerar indispensável adotar-se uma política de austeridade quanto à importação de objetos supérfluos.”²²⁷

Borges de Carvalho informou a Junta “que de uma maneira geral, encontrou por parte das entidades contactadas a maior compreensão para os problemas locais e a intenção de contribuir, efetivamente e dentro do possível, para a sua resolução. Quanto à questão de criação de um fundo de divisas na Região, a opinião dos Secretários de Estado do Tesouro e do Orçamento, não sendo totalmente negativa, é no entanto de que tal não é de facto necessária nem conveniente.”²²⁸

4. Estudos económicos secretos

Nos meses de agosto e outubro são revelados, em círculos muito restritos, estudos económicos sobre os Açores. Um foi elaborado por uma empresa norte-americana a pedido do governo português, o outro suportou-se em dados recolhidos pela Junta Regional e reportar-se à relação financeira entre a Região e o Estado e um terceiro que, de acordo com fontes norte-americanas, se encontrava sob reserva do Banco Português do Atlântico. Não houve partilha de dados entre os diversos estudos nem deles foi dada informação ao público.

O conhecimento das conclusões de um estudo económico, elaborado por dois norte-americanos, Norman Bailey e Edmond Tondou, da BKW Associates inc, empresa de consultadoria sediada em Washington, poderia ter sido muito útil para as forças

²²⁷ Ata n.º. 4, 21.10.1975.

²²⁸ Ata n.º. 4, 21.10.1975.

separatistas. O estudo estava a ser elaborado há alguns anos, a pedido do governo de Marcelo Caetano. A cônsul, em telegrama enviado para o Departamento de Estado, mostra-se convencida de que a difusão da viabilidade económica dos Açores iria “encorajar o movimento independentista”²²⁹ e seriam “o combustível para acionar a independência” o conhecimento de um estudo que estaria na posse do Banco Português do Atlântico.

O estudo elaborado pelos norte-americanos descreve a relação económica entre os Açores e o continente como sendo semelhante à aplicada no mercantilismo do século XVIII. Para Norman Bailey apesar de a economia açoriana se confrontar com problemas de falta de comunicações, meios de transporte, de crédito financeiro e de mercados, se fossem concedidos créditos às empresas e fretados transportes, “existia mercado para os produtos açorianos”. Apesar de todas as comunicações dos Açores com o exterior passarem por Lisboa, os dois americanos acreditam que uma nova organização política dos Açores poderia trazer vantagens económicas. Nesta linha de pensamento, confrontados com a dicotomia independência versus autonomia, consideram:

“Economicamente, seria melhor para os Açores serem independentes do que enveredar pela autonomia, uma vez que a autonomia iria demorar meses a estabelecer-se e poderia ser revogada a qualquer momento. Esse quadro não iria proporcionar a estabilidade necessária para o investimento e crescimento.”

Da conversa com os dois empresários, que muitos açorianos acreditavam tratarem-se de agentes da CIA, a cônsul fica a saber que o Banco Português do Atlântico tinha na sua posse um estudo aprofundado sobre o relacionamento comercial e financeiro entre os Açores e Portugal continental, o qual concluía que Portugal obtinha

²²⁹ “Ponta Delgada, 303, august, 22, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

um lucro de cerca de 280 milhões de dólares por ano com os Açores. O governo não tinha permitido a publicação desse estudo.

No comentário do telegrama, a cônsul diz desconhecer a dimensão do conhecimento desse estudo, mas admite

“O conhecimento das suas conclusões seria como que combustível para acionar a independência. A visão de Bailey e Tondu sobre a viabilidade económica dos Açores seria encorajadora para o movimento independentista.”

Não são conhecidos mais pormenores destes estudos reportados pelos norte-americanos da empresa de consultadoria BKW Associates inc.

Um outro estudo, realizado a pedido do presidente da Junta Regional, pelo vogal Borges de Carvalho, que tinha a pasta dos Assuntos Económicos e Financeiros, aponta também, em período anterior a 1973, para ganhos das contas públicas regionais superiores aos gastos. Borges de Carvalho, em reunião da Junta Regional realizada a 13 de outubro, dá conta aos presentes dos dados já compilados sobre a situação financeira do poder

“Encontramos uma situação em que as receitas totais arrecadadas na região e que se dirigem para o Estado sob a forma de impostos e outras receitas eram superiores às despesas que o próprio Estado efetuava nela própria, ou seja estávamos perante uma região superante, que por consequência contribuía para o todo nacional.”²³⁰

O ano de 1973 viria a marcar uma viragem neste *superavit* e as receitas arrecadadas na Região e que se dirigiram para o Estado contribuíram com aproximadamente 74% das despesas efetuadas pelo Estado no arquipélago. A nível distrital registam-se assimetrias. Enquanto Ponta Delgada mantinha um saldo positivo –

²³⁰ Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199)

o que em parte era justificado pelas receitas cobradas pela alfândega - e Angra do Heroísmo as receitas cobradas a favor do Estado cobriam aproximadamente 26% e 21% no distrito da Horta.

No ano seguinte, 1974, a situação é um pouco diferente, verificando-se um salto negativo para o Estado, na sua relação financeira com a Região, de 33 mil contos. De acordo com os dados apurados por Borges de Carvalho, o valor total de impostos, contribuições e outras receitas fiscais cobradas na Região somavam a quantia de 529 mil contos, dos quais aproximadamente 233 mil ficaram nos Açores como receitas das Juntas Gerais, tendo os restantes 296 mil contos sido remetidos para os cofres do Estado. Por outro lado, o Estado despendeu na Região cerca de 276 mil contos. Borges de Carvalho conclui que as receitas arrecadadas pelo Estado foram inferiores às despesas efetuadas em cerca de 380 mil contos, tendo as receitas apenas coberto 44% das despesas. Na divisão pelos distritos, os valores avançados apontam para uma despesa do Estado em Ponta Delgada de 299 mil contos contra um ganho fiscal 245 mil contos; em Angra do Heroísmo, o Estado arrecadou 35 mil contos e despendeu 248 mil e, por último, na Horta a relação foi de 16 mil contos arrecadados para 129 mil de despesa do Estado. Mediante estes valores, Borges de Carvalho observa

“As despesas efetuadas pelo Estado na Região têm evoluído a um ritmo de crescimento muito superior às receitas que se dirigem para o mesmo Estado cobradas localmente. (Para este acentuado desequilíbrio muito tem contribuído as melhorias de vencimentos ocorridos em todos os graus do funcionalismo).”

O desequilíbrio não estaria tanto nas receitas cobradas, mas no volume do investimento do Estado. As receitas dirigidas para o Estado passaram de 280 mil contos em 1973 para 296 mil em 1974, o que representou um aumento de cerca de 6%. Do lado

das despesas do Estado passaram de 328 mil contos para 676 mil contos, verificando-se assim um aumento de aproximadamente de 79%.

Os dados que dispunha na altura permitiam ao vogal da Junta Regional extrapolar o que seria o ano de 1975. Perante a conjuntura, Borges de Carvalho estava convencido

“O desequilíbrio se acentuará cada vez mais, dado que as receitas praticamente estagnaram e as despesas do Estado aumenta assustadoramente, com maior relevo para os distritos de Angra e Horta. Devemos notar que, nos números relacionados com as despesas efetuadas pelo Estado na Região, não estão incluídas os encargos com o Exército, Marinha e Força Aérea.”

Para além da constatação dos desequilíbrios entre receitas e despesas geradas na Região e das assimetrias entre os distritos, Borges de Carvalho realça que “há que ter em conta uma série de receitas da região que não foram contabilizadas por serem arrecadadas diretamente no continente.”²³¹ São exemplo os impostos sobre os combustíveis, as receitas resultantes do acordo entre Portugal e os EUA pela utilização da Base das Lajes e outros impostos de transação.

O estudo elaborado por Borges de Carvalho, colocando o enfoque na relação financeira entre o Estado e a Região, e apesar de não contabilizar importantes ativos financeiros, de que são exemplo os impostos sobre os combustíveis e as contrapartidas pela utilização da Base das Lajes, apresenta um saldo positivo para a Região no período antes da Revolução de 74. Depois decrescem significativamente as receitas cobradas na Região.

²³¹Ata nº. 2, 13.10.1975. (cf. Apêndice documental, p. 178-199)

O documento composto por três folhas, encontra-se depositado no Arquivo Geral do Museu Militar dos Açores.²³²

5. A declaração de “independência”

A partir dos Açores é feita uma ameaça séria à unidade do país numa altura em que no continente se sucedem as manifestações, e uma delas, a dos trabalhadores da construção civil acaba com o cerco à Assembleia Constituinte. Uma vaga contestatária varre quase todo o arquipélago. Nos Açores, alguns querem aproveitar estas manifestações para declarar a independência e os militares vêm de novo para a rua em Ponta Delgada.

O embaixador chama a atenção para o facto de se os separatistas avançarem isso pode fazer o governo abrir-se à esquerda, sobretudo agora que é do domínio público que o líder do PPD nos Açores é o “*hand in glove*” dos independentistas. O Departamento de Estado recebe as notícias numa altura em que tem um plano de contingência preparado para agir em caso de Portugal cair numa guerra civil.

O Departamento de Estado recebe o conteúdo do comunicado que Martins Goulart, membro da Junta Regional, leu às 21 horas na rádio e na televisão local. Era a reação da Junta Regional à conturbada situação político-militar que se vivia no país. O texto “reflete de forma unânime a posição de todos os membros da Junta, incluindo o seu presidente, general Altino Magalhães. A Junta também enviou o comunicado ao presidente Costa Gomes e ao primeiro-ministro Pinheiro Azevedo.”²³³. Redigido pelo

²³² Nota n.º. 8786, com o assunto: Realidade Económica e Financeira dos Açores. Na folha de rosto consta a seguinte indicação: documento contestado mas não foi desmentido, constitui bom elemento de trabalho para o esclarecimento de todos os militares.

²³³ “Ponta Delgada, 432, november, 16, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

vogal Henrique de Aguiar, é assumidamente, uma ameaça velada ao avanço da esquerda.

O telegrama transcreve o comunicado na íntegra

“A Junta Regional dos Açores, ciente dos últimos acontecimentos político-militares sucedidos em Lisboa, que revelam a impossibilidade de governar democraticamente o país e põem em perigo eminente as liberdades individuais, podendo conduzir a uma situação de guerra civil e a uma consequente ditadura extremista de esquerda ou de direita, sente a obrigação de tomar uma posição perante o país e muito especialmente perante o povo açoriano.

O apoio que tem sido manifestado pela grande maioria do povo português ao sexto governo não pode, por si só, garantir que ele possa governar. A Junta Regional dos Açores exige que as forças militares e militarizadas cumpram o seu dever de respeitar as leis e sejam o garante das liberdades individuais. Sem isso não há verdadeiro governo e os Açores não poderão ficar condicionados por um estado de anarquia. A Junta Regional dos Açores recusará toda a governação não representativa e atuante contra a vontade da maioria do povo. A Junta Regional dos Açores toma sobre si a responsabilidade de continuar a assegurar, em quaisquer circunstâncias, ao povo açoriano, a paz, o trabalho e as liberdades individuais necessárias a uma vida democrática.

Neste momento grave, contamos com o apoio da população dos Açores e das forças políticas e militares representativas da Região.”

A Junta Regional tinha a noção de que, com esta declaração, podia animar o separatismo. Tendo a perceção de que os separatistas ganhavam força por se oporem ao avanço da ideologia comunista no continente (já tinha sido assim durante o período de verão que antecedeu à tomada de posse do VI Governo Provisório), fizeram a declaração calculando os riscos internos, senão era a “cortina de ferro que caia nos

Açores”, era o entendimento do general Altino de Magalhães. Embora não reconheça “benefício no separatismo”, se o 25 de novembro não tivesse acontecido e se o comunismo tomasse o poder no país, o general estava determinado:

“Eu não obedecia! Sabia que tínhamos dinheiro na Caixa Geral de Depósitos para viver. Havíamos de influenciar de lá (dos Açores). Não digo que em termos de D. Pedro IV de os Açores desembarcarem no Mindelo. Não tínhamos essa pretensão nem nos parecia que fosse possível. Agora que uma posição nossa pudesse proporcionar que a partir dali fossem derrotar os comunistas, aí acredito que sim. Pelo menos pela parte militar.”²³⁴

Nesse cenário, o presidente da Junta Regional e comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores considera que “os separatistas eram um trunfo forte para apanhar a simpatia de todos os açorianos.”²³⁵ Essa é a função de utilidade que a FLA desempenhou em vários momentos ao longo do ano de 1975. À semelhança do que já havia confessado Mota Amaral a diplomatas norte-americanos, a função utilitária da organização independentista é também assumida pelo governador militar e presidente da Junta Regional que a usa a favor dos interesses que considera serem os do bem comum.

A declaração da Junta é vista com preocupação pelo embaixador dos Estados Unidos em Portugal. Carlucci está particularmente preocupado com o facto de os movimentos separatistas que agora se agitam poderem “perturbar o equilíbrio e a força do governo na abertura para a esquerda, especialmente desde que o PPD é reconhecido nos Açores como sendo a luva (hand in glove) dos separatistas”²³⁶. O embaixador faz este alerta para o Departamento de Estado, com conhecimento de várias embaixadas, Londres, Moscovo, Roma, Estocolmo e também da missão dos EUA na NATO e consulado de Ponta Delgada, oito dias antes da catadupa de acontecimentos que

²³⁴ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²³⁵ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²³⁶ “Lisboa, 6827, november, 17, 1975”, archives.gov/aad/series-description.jsp.

culminam no 25 de novembro. Devido à agitação que se vivia no país, a declaração da Junta Regional passou despercebida. O general Altino de Magalhães chegou a ser chamado a Lisboa. Chegou à capital a 24 de novembro, mas os acontecimentos precipitaram-se, deu-se no golpe militar e o general “refugiou-se” temporariamente no norte do país.

6. A manifestação de 17 de novembro, objetivos e contexto

Depois da ameaça de independência declarada pela Junta Regional, a cónsul dos Estados Unidos reporta as manifestações de apoio à posição da Junta registadas em várias ilhas, designadamente no Corvo, Flores, e Faial. Na Terceira, a manifestação foi reclamada pela FLA, tal como em Ponta Delgada onde havia

“Uma multidão estimada no dobro da de 6 de junho. Mota Amaral e outros líderes do PPD tentaram abafar a FLA com palavras de apoio à Junta. Ficou claro que a maior parte da multidão apoiava o PPD. No final da manifestação, alguns apoiantes da FLA reclamaram a realização de um referendo. Uma pequena delegação de membros da FLA dirigida por Luís Franco tentou que a Junta apoiasse a realização de um referendo, mas a Junta recusou-se a ceder à pressão.”²³⁷

Das várias manifestações que se realizaram “de uma ponta à outra do arquipélago, a cónsul conclui

“Foram uma experiência única nos Açores e demonstraram, sem sombra de dúvida, que há um grande apoio popular à Junta. Com o seu comunicado, a Junta não só reafirmou o seu apoio ao VI Governo como também se antecipou à

²³⁷ “Ponta Delgada, 437, november, 19, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

FLA liderando o processo político. A FLA foi ofuscada (...) as pessoas afirmam que agora sabem quem é a FLA – é a Junta.”

Na opinião da cónsul Pfeifle

“Há alguma verdade nesta declaração, na medida em que a declaração da Junta foi semelhante à posição da FLA moderada. A ala direita da FLA não alcançou qualquer glória.”

Quanto à posição dos partidos políticos, segundo a informação que segue para o Departamento de Estado

“O Partido Socialista não participou nas manifestações na maioria das ilhas (juntou-se ao PPD na convocação da manifestação no Pico) porque pensaram que iriam ser manipuladas pela FLA. Apesar disso, o líder socialista em Ponta Delgada disse-nos que o PS apoiava a Junta. Os líderes do PPD acreditam que o seu partido sai reforçado, pelo elevado número de açorianos que responderam ao apelo de participação nas manifestações.”

Pelo conteúdo deste telegrama fica claro que para a cónsul a facção moderada da FLA tinha agora o controlo da evolução política do arquipélago.

Com efeito, a declaração de 15 de novembro tinha que ter consequências e os partidos do centro do espectro político, PPD e, CDS e movimentos independentistas, organizaram em várias ilhas manifestações de apoio à Junta Regional, tendo sido a de maior dimensão, em termos de participantes e de resultados, a de Ponta Delgada. O objetivo declarado da manifestação era o de apoiar a Junta Regional. Mota Amaral explicou aos açorianos, num programa de informação da RTP-Açores, o sentido da declaração da Junta e que era preciso apoiar no sentido desta ser irreversível

“O que a Junta Governativa declarou é a disposição de assegurar o governo dos Açores sejam quais forem as circunstâncias que se venham a verificar no resto do país.”²³⁸

A manifestação pretendia garantir também que a Junta não recuaria na sua posição

“Incentivar a Junta a demarcar-se da deriva revolucionária que se vivia em Portugal, e ao mesmo tempo obter dela o compromisso de que se consumasse o golpe de estado promovido pelas forças reacionárias populares, os Açores seguiriam o seu caminho em democracia e liberdade.”²³⁹

Deste modo, a força popular, ainda que composta por simpatizantes partidários e independentista, pretendia que a Junta Regional se comprometesse inequivocamente em cumprir os desígnios do seu comunicado de 15 de novembro. Haveria também o objetivo não declarado de precipitar uma efetiva declaração de independência e essa intenção foi percebida pelo presidente da Junta Regional:

“Essa manifestação era no sentido de, apoiando a Junta, obrigava-nos a perfilhar uma ideia de independência. Então para evitar que viesse uma declaração para fora deste género, mandei vir os militares.”²⁴⁰

O contexto da realização da manifestação em Ponta Delgada é conturbado. Na madrugada anterior, tinha rebentado um engenho explosivo na sede do Partido Socialista, razão pela qual a direção do PPD desconvocou a manifestação que havia sido preparada pela estrutura do partido de Ponta Delgada, mas a força dos militantes venceu a direção do partido e a manifestação foi para a rua.

Os movimentos independentistas terão pretendido tomar a oportunidade desta manifestação para declarar a independência.

²³⁸ Programa “Informação” emitido pela RTP-Açores em 1975.

²³⁹ VIVEIROS, ob. cit, p. 246.

²⁴⁰ Entrevista a Altino de Magalhães, 14. 1.2012.

As forças militares estavam divididas entre os que apoiavam a Junta Regional, os que alinhavam com o COPCON e os que se identificavam com a corrente que defendia que uma força poderia partir dos Açores para reconquistar o poder no país para o general António de Spínola.

A manifestação partiu das Portas da Cidade em direção ao Palácio da Conceição, sede da Junta Regional. Aí permaneceram durante várias horas e os ânimos, em crescendo, foram-se exaltando. O presidente da Junta estava a ser pressionado por militares a usar da força contra a manifestação. Preferiu não o fazer, apesar de estar preparado para defender os membros da Junta que se encontravam no Palácio da Conceição, para além de militares armados “tinha uma granada de mão de fumo para o caso de ser necessário conter os militantes.”²⁴¹

De entre os manifestantes houve quem exigisse, claramente, que a Junta proclamasse a independência. Tentaram entrar no edifício sede da Junta, mas, apesar de terem mantido os membros da Junta sequestrados no Palácio da Conceição durante várias horas, terem sido lançadas granadas de gás lacrimogénio, não alcançaram o objetivo.

A agitação na rua era tal que os manifestantes não se contiveram com os discursos proferidos à varanda pelo general Altino de Magalhães, António Jácome Correia e João Bosco Mota Amaral. Segundo relata Natalino de Veiros²⁴², o próprio foi solicitado a falar aos manifestantes: “Deixei a promessa de que se em Lisboa vencessem os revolucionários de extrema-esquerda, nos Açores assumiríamos os nossos destinos”²⁴³.

²⁴¹ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²⁴² Tal como Mota Amaral, também na altura era deputado à Assembleia Constituinte. A situação é relatada em: VIVEIROS, ob. cit.

²⁴³ VIVEIROS, ob. cit., p. 249.

O desfecho poderia ter sido outro se todas as palavras proferidas à varanda tivessem sido escutadas pelos manifestantes. Segundo José António Martins Goulart, da varanda, “foi proclamada a independência, mas o microfone estava desligado”.

Entretanto, já os manifestantes tinham substituído a bandeira nacional pela da FLA. Os militares tentaram repor a troca das bandeiras, tarefa que não foi fácil, dado que a bandeira da FLA encontrava-se enrolada no mastro, pelo que um soldado teve de subir pelo mastro para a retirar.

Quando a manifestação dispersou, o general Altino de Magalhães seguiu para o quartel-general e, dirigindo-se às tropas disse: “louvo a vossa calma para mantermos a ordem.”²⁴⁴ Tinha sido evitado o derramamento de sangue. Os ânimos estiveram exaltados e, entre os próprios comandos, havia posições divergentes sobre a forma de atuação por parte das forças militares e de segurança. Mas haveria de prevalecer a força dos que evitaram as armas.

As manifestações desse 17 de novembro tiveram como consequência imediata na Junta a demissão de Borges de Carvalho. O vogal que tinha à sua responsabilidade a Coordenação Económica e Finanças já tinha expressado o seu descontentamento em relação à forma como a Junta vinha a lidar com determinados assuntos. A “gota de água” foi a violência gerada pela manifestação. Segundo o próprio:

“Havia pessoas que pensavam que, em política, tudo é permitido e, na altura, quando entenderam que os seus projetos perigavam, admitiam o recurso a tudo. Eu não me enquadrava, nem me enquadro, nesse esquema de trabalho. Na altura entendi que era necessário dizer não!”²⁴⁵

²⁴⁴ Entrevista a Altino de Magalhães, 14.1.2012.

²⁴⁵ FURTADO, ob. cit., p. 24.

Henrique de Aguiar Rodrigues e José Pacheco de Almeida também pretendem abandonar a Junta Regional, mas acabam por se manter até à sua extinção e Pacheco de Almeida foi mesmo o único vogal da Junta a fazer parte do Primeiro Governo Regional dos Açores.

7. Os trabalhos do projeto de estatuto

A 16 de dezembro, a cónsul informa o departamento de Estado que o general “está confiante que o Conselho de Ministros vai dar à Junta poderes ministeriais.”²⁴⁶ Em conversa mantida com o general Altino Magalhães, este fez notar que a Junta tomava as decisões necessárias, independentemente dos poderes formais que detinha e o governo central nunca tinha contestado aquela forma de agir. O general explicou que

“A administração em Portugal tinha-se tornado demasiado concentrada em Lisboa. Foi necessário avançar para a descentralização que, num grau mais elevado, integra a autonomia. O general está otimista quanto ao futuro dos Açores”.

O presidente da Junta estava convencido que o projeto de estatuto da autonomia seria aprovado sem dificuldade e isso porque tinha sido preparado por representantes do PPD e do PS, partidos que tinham a maioria na Assembleia Constituinte. Mas em pouco tempo, o otimismo do general desvanecia-se.

O grupo de trabalho nomeado pela Junta Regional tinha até ao final de 1975 para elaborar uma anteposta de estatuto para os Açores. Segundo o então vogal Henrique de Aguiar, a Junta decidiu esclarecer o grupo do seguinte:

²⁴⁶ “Ponta Delgada, 472, december, 18, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

“1 - Que a composição do grupo resultava da preocupação da Junta em garantir que os elementos que o integravam eram representativos.

2 – Que a Junta era a responsável pelo projeto de estatuto da autonomia dos Açores, sendo atribuição do “grupo de trabalho” colaborar no seu estatuto e elaboração.

3 – A Junta procuraria assistir às reuniões, através dos seus membros, e estes poderiam ser contactados pelo “grupo de trabalho” sempre que necessário.

4 – O “grupo de trabalho” deveria trabalhar em regime de tempo integral e os trabalhos só seriam interrompidos quando o projeto estivesse concluído, o que, em princípio, deveria suceder no período máximo de duas semanas.”²⁴⁷

O grupo de trabalho tomou como ponto de referência as propostas e projetos que haviam sido tornados públicos pelo PPD, PS, MAPA e pelo “Grupo dos Onze. Analisou os estatutos da Sicília, Sardenha e das Faroé bem como a organização política em territórios como as ilhas de Man, Bermudas, Bahamas, Barbados, Polinésia Francesa ou a Córsega. Viria a ser relevante o acompanhamento, por intermédio dos dois deputados à Constituinte (João Bosco Mota Amaral e Américo Natalino Viveiros), da elaboração do texto constitucional, ambos também faziam parte da VIII comissão responsável pela elaboração do capítulo referente às regiões autónomas.

Os trabalhos ficaram concluídos a 23 de novembro e a partir de 6 de dezembro a Junta colocou-o a discussão pública, tendo depois sido elaborado o projeto definitivo. A Junta aprovou o anteprojeto do estatuto político administrativo da Região Autónoma dos Açores a 10 de fevereiro de 1976, o qual remeteu para apreciação do Governo e do Conselho da Revolução.

Com a missão de elaborar a versão definitiva do estatuto, o Conselho da Revolução nomeou uma comissão de revisão, que viria a ficar conhecida como

²⁴⁷ RODRIGUES, ob. cit., p. 61,62.

“Comissão de Análise”, constituída pelo brigadeiro Manuel Amorim de Sousa Menezes (à altura comandante militar dos Açores), Vitorino Nemésio, Carlos Alberto da Mota Pinto, Álvaro Monjardino, Carlos Bettencourt, Henrique Granadeiro, João Salgueiro e Miguel Galvão Teles.

A Comissão de Análise reuniu por duas vezes e, salvo questões de pormenor, manteve o texto tal como havia saído da Junta Regional. O único vogal da Junta que fez parte desta comissão, Álvaro Monjardino, considera que “a comissão foi muito compreensiva, fez apenas alguns retoques formais.”²⁴⁸

No entanto, o documento que viria a ser assinado pelo Conselho de Ministros, na expressão de Álvaro Monjardino, “foi todo retalhado” e retirava do articulado, aprovado quer pela Junta Regional quer pela Comissão de Análise, “normas consideradas essenciais para uma coerente edificação estatutária da Autonomia Político-Administrativa dos Açores.”²⁴⁹

Tendo tomado conhecimento das alterações introduzidas, já nada a Junta pôde fazer para evitar a divulgação do estatuto provisório, que viria a ser publicado como decreto-lei 318-B/76 de 30 de abril de 1976. A Junta tratou de remediar rapidamente o sucedido provocando uma reunião entre o Conselho de Ministros, onde participaram António de Almeida Santos, Victor Constâncio e Miguel Galvão Teles, os membros da Junta Álvaro Monjardino e Martins Goulart e o comandante militar dos Açores Manuel Amorim de Sousa Menezes. Desse encontro Martins Goulart testemunha

“Travou-se então o embate negocial mais complexo e decisivo que tive a ocasião de testemunhar, durante a vigência de funções da Junta Regional. Os

²⁴⁸ Entrevista 11.2011.

²⁴⁹ GOULART, ob. cit.

seus principais protagonistas foram o Dr. Almeida Santos e o Dr. Álvaro Monjardino. No final da reunião chegou-se a um entendimento.”²⁵⁰

As alterações viriam a vertidas no decreto-lei 427-D/76 de 1 de junho.

A organização política e administrativa da Região fica definida no Estatuto Político Administrativo dos Açores, plasmado em decreto-lei, e pelos dez artigos que compõem o título VII da Constituição Portuguesa elaborado pela VIII Comissão presidida por Jaime Gama.

As eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, principal órgão político da Região, aconteceram, em simultâneo com as eleições presidenciais, a 27 de junho de 1976²⁵¹. A sessão solene da Assembleia aconteceu a 20 de julho de 1976 e contou com a presença do embaixador norte-americano em Lisboa, Frank Carlucci, o que para Medeiros Ferreira “significou a concordância de uma potência com a influência dos Estados Unidos no mundo atlântico com o ponto de equilíbrio encontrado entre Lisboa e os arquipélagos (dos Açores e Madeira)”²⁵².

Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira abordou Carlucci transmitindo-lhe a “estranheza”²⁵³ do Presidente da República, general Ramalho Eanes, e não do primeiro ministro ou do governo, pela presença do embaixador americano na cerimónia e instalação da Assembleia Legislativa Regional “ato que considerou ambíguo num momento sensível”. Carlucci respondeu que a sua presença nada tinha de inapropriado

²⁵⁰ GOULART, ob. cit.

²⁵¹ A Assembleia era constituída por 43 deputados: PPD elegeu 27, o PS 14 e o CDS 2.

²⁵² FERREIRA, José Medeiros, “Os regimes autonómicos dos Açores e da madeira”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 8 Lisboa, Círculo de Leitores Lda, 1993, p. 188.

²⁵³ “Lisbon, 5154, july,31, 1976” www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

“Teria sido um insulto para os açorianos e para a constituição portuguesa era ter estado nos Açores e não ter estado presente. Não havia nada de ambíguo sobre a nossa política em relação aos Açores e ele sabia disso”.

No telegrama que segue para o Departamento de Estado a dar conta do encontro com o ministro português, Carlucci admite

“Não considerei que a minha presença na Assembleia fosse mal interpretada, mas obviamente estava enganado. O incidente ilustra as sensibilidades políticas que ainda existem, pelo menos da parte do recém-eleito presidente.”

O Departamento de Estado considerou ter sido “totalmente correta” a presença do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa na sessão de abertura da Assembleia Regional bem como a resposta dada pelo diplomata ao ministro português dos negócios estrangeiros.²⁵⁴

8. Os poderes da Junta e o apoio americano

Em dezembro, perante o impasse na aprovação do Estatuto, a indefinição e até um certo retrocesso quanto aos poderes da Junta Regional que se começam a desenhar, reacendem-se os ímpetos independentistas e membros da Junta Regional solicitam o apoio dos Estados Unidos para travar o emergir de um processo conducente à independência dos Açores. Assumindo-se contrários à independência, sentiam que poderiam ser tentados a enveredar por essa via se não fosse conferida uma ampla autonomia aos Açores como era desejo da Junta e do grupo que preparava o novo estatuto da autonomia.

²⁵⁴ “Washington, 192928, august, 4, 1976”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

As informações que chegavam à Junta sobre a redefinição das suas competências eram perturbadoras e iam ao arrepio da proposta enviada ao Conselho de Ministros pela própria Junta. Eram subtraídos poderes aos conferidos pelo decreto-lei que criou a Junta, que por si só eram considerados como limitadores da sua ação.

O governo central tinha concluído um decreto-lei que retirava poderes à Junta Regional. Os pormenores do decreto-lei não eram do conhecimento público, mas foram explicitados aos americanos. Todos os membros da Junta eram contra porque era limitador das competências e simultaneamente quartava a possibilidade de uma extensa autonomia que estava a ser vertida no novo estatuto político administrativo da Região, que estava a ser preparado quer pelo grupo de trabalho criado pela Junta Regional quer pela oitava comissão da Assembleia da Constituinte.

A Junta Regional tinha enviado ao Conselho de Ministros uma proposta no sentido de ampliar as suas competências. Pretendia ter poderes para elaborar decretos regulamentares e outros regulamentos assim como a adaptar diplomas legislativos governamentais à realidade insular, superintender a administração pública regional. Pretendia também ter competências para promover a transferência progressiva de funções da administração central para a regional e proceder à reestruturação dos serviços periféricos do governo central nos Açores.

A 15 de dezembro, a Junta foi informada do decreto aprovado em Conselho de Ministros e cujo conteúdo era muito diferente da sua proposta, retirando, inclusive, poderes que tinham sido concedidos pelo decreto de criação da Junta.

Henrique de Aguiar Rodrigues relata o repúdio unânime dos membros da Junta que decidiram enviar um telegrama ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Administração Interna com o seguinte teor:

“A Junta tinha recebido as alterações do decreto, que considerava graves, por serem um retrocesso na autonomia. Que considerava necessária a sua retificação no próximo Conselho de Ministros.”²⁵⁵

A 23 de dezembro, a Junta, através de um comunicado, dá conhecimento público da discordância em relação ao diploma, mas simultaneamente garantia: “chegou hoje ao conhecimento da Junta que a matéria ia ser reconsiderada em Conselho de Ministros.”²⁵⁶

A 13 de janeiro, Altino de Magalhães e dois vogais da Junta Regional expuseram em Lisboa, ao Presidente da República e ao governo a necessidade de ampliar os poderes da Junta. O governo, em comunicado “reconhece a necessidade de alteração e revisão dos poderes da Junta Regional”.²⁵⁷

A 29 de janeiro foi promulgado o novo decreto-lei²⁵⁸ que satisfazia as pretensões da Junta Regional. Assim, a Junta passa a ter competência administrativa equivalente à dos ministérios, a poder elaborar portarias e regulamentos, o direito a pronunciar-se sobre diplomas governamentais que incidissem sobre assuntos da Região, estava incumbida de proceder à transferência progressiva de funções da administração central para a regional e à reestruturação dos serviços periféricos do governo central. O diploma determinava as matérias que constituíam reserva exclusiva do governo: defesa e segurança; justiça; política externa, monetária, financeira e nacional de transportes e comunicações; correios, telecomunicações e meteorologia e o Instituto Geográfico Cadastral.

A Junta Regional vence a batalha no diferendo com o governo central.

²⁵⁵ RODRIGUES, ob. cit., p. 53.

²⁵⁶ Idem, p. 56.

²⁵⁷ Correio da Horta. Suplemento “1º. Centenário da Autonomia dos Açores”.

²⁵⁸ Decreto-Lei nº 100/76 de 3 de fevereiro.

Durante a ebulição sobre o decreto que confere novas competências à Junta Regional, membros da Junta perspetivando que a situação era propícia a uma nova vaga de fundo de apoio ao independentismo, contexto no qual a Junta teria dificuldade em opor-se, procuram a cônsul no sentido de solicitar apoio da administração norte-americana. Os membros da Junta eram favoráveis “a uma extensa autonomia”, mas prefeririam “a independência a uma autonomia restrita”, avisa a cônsul no telegrama que envia para o Departamento de Estado e embaixada em Lisboa onde relata a “longa conversa”²⁵⁹ mantida com os vogais Álvaro Monjardino e José Pacheco de Almeida, segundo os quais

“Todos os membros estão insatisfeitos com este decreto porque reduz a autoridade da Junta e a possibilidade de uma extensa autonomia. Os dois membros do PS que fazem parte da Junta, Vargas e Goulart, também estão insatisfeitos e dispostos a tomar uma posição firme.”

Mais determinado, José Pacheco de Almeida

“Disse que agora vai trabalhar com a FLA e deu a entender que Jácome Correia faria o mesmo. Disse que há semanas que a FLA tem estado calma por ordem da Junta (...) acredita que uma extensa autonomia é o melhor para os Açores. Receia que se a Junta não for firme nesta questão, a liderança passará para a FLA.”

O único membro da Junta Regional que fez parte do grupo de trabalho que elaborou o estatuto, Álvaro Monjardino, “está mais hesitante”, segundo a cônsul:

“Acredita na autonomia, mas tem medo da independência. Acredita que o desiderato seria fácil de alcançar, mas receia as consequências económicas e sociais. A opção da independência não está fora do seu pensamento nem ele a rejeita.”

²⁵⁹ “Ponta Delgada, 476, december, 20, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

Os dois membros da Junta foram claros relativamente à ação que esperavam da administração norte americana:

“Pretendiam que o governo americano compreendesse a presente situação e que a fizesse ver ao governo português. Garanti-lhes que eu iria transmitir os seus pontos de vista ao governo americano, mas não me pronunciei quanto ao resto. Eles enfatizaram que uma extensiva autonomia é o melhor para os Açores, mas ficou claro que eles estavam discutindo ações que podiam levar à independência.”

No comentário a esta conversa com os dois membros da Junta Regional, a cônsul Pfeifle afirma

“Os membros da Junta defendem uma ampla autonomia, mas prefeririam a independência a uma autonomia restrita. Devem reagir fortemente contra a limitação da autoridade da Junta preconizada pelo partido no poder ou perdem a oportunidade de alcançar a autonomia que pretendem, mesmo que as suas ações carreguem o risco da independência.”

Dois dias depois, a cônsul volta a insistir no mesmo assunto e alerta o Departamento de Estado

“O considerável apoio que era dado à independência mudou, agora suporta uma autonomia extensiva. Talvez o governo entenda que independência/movimento de autonomia seja somente um movimento anticomunista. O anticomunismo deu um impulso considerável ao movimento independentista, mas o movimento tem profundas raízes e afinidades históricas, baseadas numa profunda desconfiança em relação a qualquer governo forte de Lisboa e atualmente tem amplo apoio nos Açores.”²⁶⁰

²⁶⁰ “Ponta Delgada, 477, december, 22, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp.

A cōnsul tenta esclarecer o Departamento de Estado de que a situaçāo pode tornar-se crítica caso o governo central nāo ceda às reivindicaçōes da Junta. O perigo é dissipado no inīcio do ano seguinte.

Conclusão

O facto de os Estados Unidos da América terem um consulado em Ponta Delgada, localidade de maior projeção e efervescência dos movimentos independentistas, terá facilitado a “preferência” pela aproximação das forças emancipadoras à administração norte-americana no sentido de esta apoiar e reconhecer a independência dos Açores. Não terá sido alheio também o facto de os Estados Unidos serem, a par da URSS, a grande potência que dominava as relações internacionais. Se bem que anteriormente já existissem contactos de independentistas com o consulado – note-se, que chefiado por um funcionário de carreira diplomática - e o próprio Departamento de Estado, é em 1975 que esses contactos se intensificam também por força de ser a partir dessa altura que a Frente de Libertação dos Açores, sucessora do MAPA (Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano²⁶¹ que por sua vez, também já havia mantido diálogos com os norte-americanos, se organiza e procura um aliado internacional poderoso para fazer frente à prossecução dos seus objetivos programáticos, uma ação que não se limita apenas aos Estados Unidos da América. É também no início desse ano que o embaixador dos Estados Unidos em Portugal é

²⁶¹ Posteriormente substituiu “autodeterminação” por “autonomia”.

substituído pelo ativo Franck Carlucci e para o consulado em Ponta Delgada é nomeada Linda Pfeifle. É ainda em 1975 que se instala nos Estados Unidos o autodenominado governo clandestino dos Açores e a ação das forças separatistas, para além de se desenrolarem em gabinetes da administração e políticos norte-americanos e junto de embaixadas de outros países creditados em Washington, é exercida de forma explícita nas ruas de cidades como Boston ou Washington. Revistas conceituadas norte-americanas abordam a problemática da independência dos Açores.

Nos anos 70 do século XX, os Estados Unidos mantinham fortes interesses geoestratégicos nos Açores. A nível internacional, embora caminhando para um certo desanuviamento, vigorava o sistema bipolar. Caducado o acordo luso-americano, os Estados Unidos necessitavam de manter a utilização incondicional da Base das Lajes (Terceira), infraestrutura crucial para o acesso, controlo e projeção de forças na Europa e Médio Oriente e cuja importância vital tinha acabado de ser confirmada pela estratégia vencedora aplicada, em 1973, na Guerra de Yom Kippur. Do ponto de vista americano, a Base das Lajes constituía-se como a linha mais avançada de defesa contra o bloco soviético e o Pacto de Varsóvia. Nesse sentido, por interesse próprio, a administração norte-americana manteve abertos canais de comunicação com os independentistas em Ponta Delgada, através dos serviços consulares em Lisboa e no próprio território norte-americano, cujo Departamento de Estado para além das informações que recebia dos seus serviços em Portugal e noutros países sobre as ações independentistas, também recebeu alguns dos líderes separatistas. Esses contactos foram sempre, de acordo com a documentação consultada, ao mais baixo nível do Departamento de Estado, ou seja mantidos pela designada *portuguese desk*, cumprindo orientações do próprio responsável pela diplomacia norte-americana emanadas em 1974.

A estratégia dos Estados Unidos para com os movimentos independentistas não foi constante, oscilando consoante as conjunturas políticas portuguesa e internacional. O

elemento presente em ambas era a ameaça da esquerda marxista. A tática assumida pelos atores políticos também não foi permanente. Enquanto o Presidente dos Estados Unidos assumia, perante outros líderes europeus, uma posição mais favorável à independência, o Secretário de Estado, perante o seu gabinete e políticos com idêntico grau de responsabilidade, expressava alguma preparação para aceitar a independência dos Açores, posição que não assumia para com os membros do seu gabinete instalados em Portugal.

Em janeiro de 1975, numa altura em que não existiam perspetivas claras sobre como iria evoluir a revolução portuguesa iniciada em 1974 e na incerteza de uma rutura entre Portugal continental e o território insular, o Departamento de Defesa dos EUA tinha um plano para manter o livre acesso à Base das Lajes e que se materializaria através do estímulo à independência, caso Portugal ficasse fosse dominado por forças de esquerda, consideradas satélites da URSS e sobre quem havia rumores de pretender instalar um consulado nos Açores. O plano, cujo único pormenor conhecido é que consistiria em “estimular a independência”, foi comunicado ao chefe da diplomacia norte-americana.

Apesar de o plano poder vir a ser aplicado, a mensagem de Henry Kissinger para os serviços na sua dependência fora do território americano é no sentido de ser afirmada a neutralidade quanto às questões internas portuguesas. Alertado pelo cônsul em Ponta Delgada que o contexto político em Portugal favorecia uma cisão, o Departamento de Estado fornece orientações aos serviços consulares para manterem um estatuto de neutralidade face às questões independentistas. Recomenda prudência aos seus diplomatas nos contactos com os independentistas de modo a não levantar a mínima suspeita em relação à política de “não envolvimento”, o que no caso era mais de um “intrometido não envolvimento”. Henry Kissinger, avisado pela CIA, manifestava-

se particularmente preocupado com as interpretações que pudessem ser feitas pelos países da Europa Ocidental sobre a relação com os independentistas.

Em abril, o chefe da diplomacia norte-americana, depois de perceber por informações fornecidas por Lisboa, Ponta Delgada e pela CIA que os independentistas tinham apoio militar nos Açores e no exterior, designadamente através de dissidentes de extrema-direita ligados ao Exército de Libertação de Portugal, liderado pelo ex-presidente António de Spínola, dá instruções diretas ao seu gabinete no sentido de assegurar: “nós não vamos rejeitar automaticamente isso. Não estou a dizer que devemos aprová-lo.” Kissinger estava a referir-se a uma declaração de independência, argumentava de forma contrária aos conselhos do embaixador em Lisboa. Carlucci havia desaconselhado qualquer aproximação aos movimentos emancipadores por considerar que os grupos dissidentes de extrema-direita em Portugal eram prejudiciais à política norte-americana para os Açores. Kissinger terá tomado muito a sério os alertas de envolvimento militar na causa independentista e, na dúvida sobre o desfecho da revolução portuguesa e por estar convencido de que as hipóteses de se transformar num país democrático eram exatamente as mesmas das de ficar sob domínio comunista, terá preferido optar por uma posição ambivalente. Mas, enquanto perante o seu gabinete a posição era esta, em maio, orienta o consulado em Ponta Delgada no sentido de transmitir aos independentistas que não esperem ajuda por parte do governo americano.

Na euforia do “verão quente” açoriano e em face da perceção dos serviços diplomáticos em Portugal da inevitabilidade da independência dos Açores, o Secretário de Estado não se deixa influenciar por essa expectativa e assume, novamente, a posição prudente de recomendar que devia ser reforçada a posição de neutralidade garantindo que a mensagem seja bem percebida pelos independentistas e cujos contactos devam ser mantidos. Há uma preocupação não só em refirmar a neutralidade americana como em afastar qualquer suspeição de apoio sub-reptício por parte dos EUA à causa

independentista. Para a política externa norte-americana isso é tanto mais importante quanto a situação política, social e militar em Portugal é de grande instabilidade e começa a desenhar-se novamente uma certa ascendência da esquerda marxista.

Coincidindo com os alertas emitidos pelos diplomatas em Portugal, de que estaria iminente um golpe separatista nos Açores, o sinal de alarme toca no Departamento de Estado quando é percebida a preocupação da França em relação à instabilidade açoriana e o receio de que uma revolta independentista nos Açores pudesse influenciar o avanço dos moderados no continente e conseqüentemente as implicações para a política internacional dessa opção. Nenhuma outra situação de ameaça de golpe foi tomada tão a sério como em agosto de 1975. O grau de preocupação do responsável pela política externa norte-americana é avaliado pelas instruções muito pormenorizadas sobre a forma como deveriam agir/reagir os civis e militares norte-americanos radicados nos Açores, de modo a garantir a imparcialidade pública dos Estados Unidos perante uma declaração unilateral de independência. Assim, a navegação aérea e marítima não deveria usar nenhum ponto do arquipélago, as viagens aos Açores seriam desaconselhadas. Na Base das Lajes, local que Kissinger considerava que seria o principal alvo de ataque por parte da FLA, as movimentações deveriam restringir-se ao mínimo necessário e em caso de ataque, deveriam ser usados os meios adequados para proteger pessoas e instalações e, para todo o pessoal, estava vedado qualquer contacto com as forças em confronto.

Para o consulado em Ponta Delgada, à orientação geral de ser reiterada a opção de não envolvimento dos Estados Unidos, as recomendações estendiam-se também aos funcionários portugueses a prestar serviço nesta dependência americana: independentemente das convicções pessoais, deveriam ser capazes de entender que qualquer ação sua seria interpretada como estando a coberto do governo norte-americano. Com estas orientações, Henry Kissinger pretendeu garantir que a ação de

nenhum civil ou militar pudesse ser interpretada como tendo auxiliado os independentistas assegurando, deste modo, para os instrumentos da política externa norte-americana agir com a total liberdade que se lhes aprouvesse. Kissinger instruiu também a cônsul em Ponta Delgada para que em contactos com os independentistas, e concretamente com Mota Amaral, devia incentivá-los a conterem a sua ação de modo a permitir que os moderados ganhassem espaço de manobra no controlo do poder em Portugal. Por sua vez, o embaixador Carlucci, de regresso de uma viagem a Washington, tinha instruções para garantir apoio aos moderados, como Melo Antunes e Mário Soares.

No final de agosto, contribuindo para que a situação política no território continental se desenrole da forma desejada pelos norte-americanos, quer o Departamento de Estado, que chama às suas instalações o independentista Carlos Matos, quer o consulado em Ponta Delgada, reiteram a posição de neutralidade dos Estados Unidos face à questão açoriana. Trata-se de uma “neutralidade” peculiar, na medida em que são mantidos contactos privilegiados com os independentistas, embora no sentido de os persuadir a conterem a sua ação sendo o objetivo primeiro, embora não confessado, o de garantir uma posição confortável em futuras negociações por parte do governo norte-americano. Posição que se repete em outubro e novembro, quando o Departamento de Estado, a pedido de antigos funcionários da administração, recebe independentistas açorianos.

É também no final do ano que surgem referências na imprensa nacional e regional do envolvimento dos Estados Unidos com a FLA, designadamente ao nível do Departamento de Estado e da CIA. À inquietação desta constatação por parte da cônsul em Ponta Delgada, Kissinger defende que esta deve tranquilizar-se e, quando questionada, deve responder apenas que esses contatos, ao nível do Departamento de Estado, têm acontecido por mera “cortesia” e quando à CIA, a administração nunca

comenta a atividade deste departamento. Seria este o último telegrama assinado por Henry Kissinger com recomendações sobre a forma como o consulado em Ponta Delgada deveria lidar com os independentistas.

O Presidente norte-americano Gerald Ford, em encontros internacionais, toma as posições públicas mais pró-independência. Primeiro em maio, em Bruxelas, por ocasião da cimeira da NATO pretendeu aferir como reagiria a Europa “se os Açores se separassem de Portugal”. A resposta do chanceler alemão, que interpretava qualquer ação como uma “ingerência americana”, pode ter refreado os impulsos do presidente. Gerald Ford admitiria, mais tarde, que teria sido aceitável que os Açores se tivessem tornado independentes durante o domínio do governo português por comunistas, numa altura em que para os americanos Portugal estava perdido para o Ocidente e só encontrava desvantagens em manter Portugal no seio da Aliança Atlântica. Um segundo momento de confronto entre as duas margens do Atlântico aconteceu por ocasião da Conferência de Helsínquia. Terá sido pela posição dos líderes europeus, cuja ação era favorável à democratização de Portugal e pela pressão que exerceram, a que não é alheia a própria mudança operada no governo português em setembro de 1975, que faz o presidente Ford mudar de posição e considerar que uns Açores independentes teriam “um reflexo negativo” para os EUA.

Os mesmos líderes europeus, onde se destaca o triângulo Londres, Bona e Paris, terão exercido as suas influências também junto do bloco soviético. Na mesma Conferência de Helsínquia, onde tentaram demover Ford de apoiar a ação independentista açoriana, também pressionaram o presidente Brejnev no sentido de o convencer que os objetivos do desanuviamiento eram mais importantes do que exercer a sua doutrina sobre Portugal

Se colocarmos o enfoque sobre a atuação de determinados atores e intervenientes políticos norte-americanos, verificamos que Henry Kissinger à reiterada

posição de neutralidade que os diplomatas em Portugal deviam manter, quando se encontra perante membros do seu gabinete ou outros políticos com um grau de responsabilidade equivalente ao seu, assume uma posição mais flexível e até pró-independência. Até ao verão, ao contrário de Franck Carlucci cujas indicações para o Departamento de Estado eram no sentido de aconselhar a administração a combater a emancipação açoriana, políticos norte-americanos, como o Secretário da Defesa ou o Secretário de Estado Adjunto, tinham uma posição ambivalente. Enquanto o primeiro tinha um plano de contingência para tomar os Açores no caso de o governo português ficar sob controlo comunista, o segundo preparou uma estratégia com vários cenários possíveis de ação face a uma declaração de independência nos Açores, que tanto poderia passar pelo apoio às forças separatistas como pelo seu contrário ou ainda simplesmente manter a posição de neutralidade. Apesar deste plano, avaliando pela documentação consultada, Kissinger não adotou nenhuma das medidas, a última delas foi-lhe apresentada no dia anterior à manifestação realizada em Ponta Delgada, a 6 de junho.

O Governador Civil de Ponta Delgada associa o descontentamento latente na sociedade micalense e o “incremento da agitação de caráter separatista” com a “penetração cada vez maior da influência dos Estados Unidos da América”. É num contexto de instabilidade e de radicalização política que se realiza a manifestação popular do 6 de junho de 1975. O governo americano manteve-se informado do evoluir da situação através dos telegramas enviados pelo consulado em Ponta Delgada.

Na sequência da manifestação, independentistas pretenderam retirar vantagens para os seus objetivos políticos do facto de açorianos que prestavam serviço no consulado americano em Ponta Delgada terem sido presos, juntamente com outras 29 pessoas. Mas os EUA não reagiram. Nos dias seguintes à manifestação, os diplomatas em Portugal concluíram que o movimento independentista apesar de não ter liderança,

tinha ganho projeção e legitimidade junto da população e, por outro lado, revelado que Lisboa não tinha controlo sobre o território insular.

Politicamente para além da imediata demissão de Borges Coutinho, conhecido como o “barão vermelho” por ser um dos grandes terratenentes locais mas ter simpatias e filiação de esquerda, resulta também do “6 de junho” a constituição da Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional, que viria a constituir-se como um autêntico governo provisório dos Açores até à tomada de posse do primeiro governo, após eleições livres realizadas em 1976.

A partir de junho, pelo teor dos telegramas enviados para o Departamento de Estado, a cônsul revela um profundo conhecimento das manobras de uma das facções da FLA, fornecendo informações que não eram do conhecimento generalizado. Quer a cônsul quer o embaixador norte-americanos mantiveram contactos frequentes com os principais líderes políticos açorianos entre os quais Mota Amaral, líder do PPD-Açores e dirigente independentista, Jaime Gama, responsável pelo PS nos Açores e confesso anti separatista entre outros dirigentes e responsáveis pelas forças policiais e militares estacionadas na Região bem como, posteriormente no caso da cônsul, com elementos da Junta Regional. São estes contatos privilegiados que permitem aos diplomatas terem a perceção das movimentações políticas algumas das vezes por antecipação. Enquanto Carlucci tenta, frequentemente, correlacionar a questão açoriana com a situação política do país, a cônsul, pela limitação geográfica do contexto em que se movimenta, reporta-se apenas à situação dos Açores.

Como já se referiu, uma das consequências da manifestação do 6 de junho foi a criação da Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional, que viria a ficar conhecida pela designação de Junta Regional, presidida pelo então comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores, o general Altino de Magalhães. A partir dessa altura, a cônsul deixou de reportar encontros com independentistas, com exceção do deputado à

Constituinte Natalino Viveiros, e passa a relacionar-se com os membros da Junta. Este órgão tinha como principal atribuição proceder à transição democrática com vista à instituição do novo estatuto de autonomia cujo projeto deveria elaborar.

As únicas oito atas das reuniões da Junta Regional que foram escritas revelam a preocupação dos seus membros com a situação política da Região. Desde logo, o general Altino de Magalhães pretendia contrariar a agitação independentista. É através dessas atas que se fica a conhecer o estudo económico elaborado pelo vogal Borges de Carvalho e mantido em segredo a par de um outro elaborado por dois norte-americanos a pedido de Marcelo Caetano, cujo conhecimento foi dado ao Departamento de Estado pela cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada.

Em face da situação de profunda instabilidade social, política e militar no continente e na iminência de uma guerra civil, a Junta Regional, rejeitando qualquer ditadura de direita ou de esquerda, faz uma velada ameaça à independência dos Açores. A 17 de novembro uma manifestação em Ponta Delgada, convocada pelo PPD para incentivar a posição pública de defesa da independência, acabaria por servir os interesses da FLA que reivindicava a realização de um referendo para aferir da vontade popular em relação à independência. Outros pretenderam que a Junta declarasse a independência. Mas a manifestação acabaria por ser controlada sem que houvesse essa declaração de independência.

Por essa altura, a cônsul conclui que “a FLA foi ofuscada” e que as pessoas afirmavam que “agora sabem quem é a FLA, é a Junta.” De facto, como a FLA se constituía em várias facções, a sua ação acabaria por ser dissimulada quer através dos deputados à Constituinte, quer no grupo responsável pela elaboração do projeto de Estatuto da Autonomia, quer na própria Junta Regional que, por não ser assumido abertamente por nenhum dos seus elementos, não é possível determinar a exata medida da sua influência na instauração do processo autonómico. Percebe-se, isso sim, que a

FLA no seu todo se transformou num instrumento ao serviço de alguns dos interesses dessas fações.

Fontes bibliográficas

1. Arquivo

Arquivo Particular: Atas da Junta Regional

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada: Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada – Livros de correspondência

Museu Militar dos Açores: Arquivo Geral, Verão Quente 75

National Archives and Records Administration, disponível em: <http://www.archives.gov>

Arquivo da RTP-Açores

2. Jornais

Açores (1975)

Correio da Horta (31.12.1994)

Diário dos Açores (1975)

Diário de Notícias (1975)

Jornal de Notícias (1975)

O Milhafre (1976-1979)

Público (03.09.2009)

3. Entrevistas

Entrevista com Álvaro Monjardino, Ponta Delgada, 11.2011.

Entrevista com o general Altino de Magalhães, Lisboa, 01.2012.

Entrevista com Gustavo Moura, Ponta Delgada, 01.2011.

Entrevistas com José de Almeida, Ponta Delgada, 09.02.2011; 06.06.2011 e 09.06.2011.

Entrevista com José António Martins Goulart, 11.2011.

Bibliografia

- A Autonomia no Plano Histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- A Autonomia no Plano Sociocultural, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- AMARAL, Carlos Pacheco, “A região autónoma, a Europa e o espaço atlântico: Autonomia e relações internacionais”, in MESQUITA, Mário, VICENTE, Paula, (coord.), *Potências emergentes e relações transatlânticas*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012, p. 61-69.
- AMARAL, Carlos Pacheco, “*Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*”, Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- ANDRADE, Luís, “O Século XX: um século de crises?”, in *Estudos do século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, nº. 10, p. 31-38.
- ANDRADE, Luís, “Os Açores no século XX: um contributo para a sua história militar”, in *Arquipélago História – 2ª série*, vol. 3, 1999, p. 447-456.
- ANDRADE, Luís, “Portugal, a Aliança Atlântica e o Pós-Guerra Fria”, in *Arquipélago História - 2ª série*, vol. 4, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 613-623.
- ANDRADE, Luís, “Uma perspectiva Açoriana das Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América”, in *Arquipélago História - 2ª série*, vol. 6, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, p. 361-382.

- BARRETO, António, “Autonomia regional, descentralização e limites ao poder político: reflexões sobre o caso dos Açores”, in *Análise Social*, vol. XXIX, 1994, p. 267-286.
- BENTO, Carlos Melo, *Victor Cruz – Biografia*, Ponta Delgada, Publiçor, 2011.
- BRASIL, Ana Isabel Moniz, “Açores. A pátria que não foi”, in *Revista Atlântida*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2007, p. 119-156.
- CASTRO, Gabriela, MIUDO, Berta, CARVALHO, Magda Costa, *Reflexões sobre mundividências da açorianidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2010.
- CORDEIRO, Carlos, (coord.), *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*, Centros de Estudos Gaspar Frutuoso, Coimbra Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, 2011.
- CORDEIRO, Carlos, “Identidade e autonomia: o debate nos Açores, in RIBEIRO, maria Manuela Tavares, *Europa em Mutação, Cidadania. Cidadania. Diversidade Cultural*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- CORDEIRO, Carlos, et al (rec e sel), *Açorianidade e Autonomia – páginas escolhidas -*, Ponta Delgada, Signo, 1989.
- CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismos, Regionalismos e Autoritarismos nos Açores durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.
- CORDEIRO, Carlos, *Regionalismo e identidade açoriana: o debate nos anos 20*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- CORDEIRO, Carlos, SILVA, Susana Serpa (coord.) *A História da Imprensa e a Imprensa na História*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2010.

- FERREIRA, José Medeiros, “A autonomia dos Açores e os regimes políticos em Portugal”, in *Ler História*, 31. 1996, p. 157-167.
- FERREIRA, José Medeiros, “A importância estratégica das regiões autónomas”, in *Nação e Defesa*, ano V, nº. 13, 1980, p. 108-144.
- FERREIRA, José Medeiros, “Os regimes autónomos dos Açores e da Madeira”, in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol 8, Lisboa, Círculo de Leitores Lda, 1993, p. 177-195.
- FERREIRA, José Medeiros, *Os Açores na Política Internacional*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.
- FURTADO, Saes, “Caminhos Cruzados: O Processo Democrático e a Deriva Independentista dos Açores”, Separata da *Revista Atlântida*, vol. XLVI, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2001.
- GOMES, Bernardino, SÁ, Tiago Moreira, *Carlucci vs, Kissinger, os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 2008.
- JOÃO, Maria Isabel, “Identidade e Autonomia”, in *Ler Açores*, nº. 31, 1996, p. 103-131.
- MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas, LEITE, José Guilherme Reis, (dir.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX - vol. 2*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- MENDES, Manuel de Oliveira, “O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 45, 1986, p.127-142.
- MENDES, Manuel de Oliveira, *Do Ressentimento ao Reconhecimento, Vozes, identidade e processos políticos nos Açores (1974-1976)*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- MENESES, Avelino de Freitas de, “Autonomia, globalização e conhecimento”, in *Congresso da Cidadania*, vol 1, 2005, p. 33-42.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Coisas de agora: o historiador e a actualidade*, Letras Lavradas, Ponta Delgada, 2012.

MENESES, Avelino de Freitas, (coord.) *Das Autonomias à autonomia e à independência: o Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavradas, 2012.

MENESES, Avelino de Freitas, “Os Açores e os impérios: séculos XV a XX”, in *Arquipélago*, vol 13, 2ª. série, 2009, p.205-218.

MONIZ, António Brandão, “Ruptura simbólica e discurso separatista açoriano em 1974-75”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº. 15-17, 1985, p. 171-186.

MONJARDINO, Álvaro, “Os Açores e o Atlântico: uma perspectiva para a política externa portuguesa”, in *Nação e Defesa*, nº. 27, 1983, p. 12-34.

OLIVEIRA, Pedro Aires, *O Flanco Sul sob tensão: a nato e a revolução portuguesa, 1974-1975*, disponível em:

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_artex&pid=S1645-91992009000100004&Ing=en&nrm=ignore=.html. (consultado em 17-04-2011).

Para uma autonomia dos Açores, coletânea documental, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1979.

Pensar os Açores hoje: actas do colóquio, Ponta Delgada, Forum Açoriano de Cultura, Associação Cívica, 1995.

PIRES, António Lucas, *Soberania e autonomia: estrutura da relação entre dois conceitos no Direito Constitucional do Ultramar*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974.

RABY, David, “O 25 de abril e os Açores”, in RODRIGUES, Luís Nuno; DELGADA, Iva, CASTAÑO, David (coord.), *Portugal e o Atlântico 60 anos dos*

- Acordos dos Açores, Centro de Estudos da História Contemporânea Portuguesa, Coleção Portugal, Estado e Economia, Lisboa, 2005.*
- REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes, Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2012.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), “*Outros combates pela História*”, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira, *Intervenção Política 1974-2002*, Ponta Delgada, 2008.
- RODRIGUES, Luís Nuno, (coord.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, 2006.
- RODRIGUES, Luís Nuno, DELGADO, Iva, CASTAÑO, David (coord.), *Portugal e o Atlântico, 60 anos dos Acordos dos Açores*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Fundação Humberto Delgado, Associação de Amizade Portugal-EUA, Lisboa, CEHCP, 2005.
- TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I e II, Lisboa, Editorial Presença, 2008.
- THEMIDO, João Hall, *Dez anos em Washington 1971-1981: as verdades e os mitos nas relações luso-americanas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.
- TRIGUEIRO, José Arlindo Armas, *Do Estado Novo à Autonomia dos Açores – Memórias (1936-1980)*, Horta, 1997.
- VIVEIROS, Américo, Natalino, *6 de Junho: Um marco na rota da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Gráfica Açoriana, 2012.

Páginas da Internet

<http://bioguide.congress.gov> (consultado em 09.02.2012)

<http://www.blaustein.nl> (consultado em 22.01.2012)

<https://www.cia.gov> (consultado em 04.04.2012)

<http://www.fara.gov> (consultado em 10.02.2012; 14.02.12)

<http://www.foreignaffairs.com> (consultado em 15.04.2012; 17.04.12)

<http://pagfam.geneall.net> (consultado em 12.06.2012)

<https://www.gov.uk> (consultado em 14.06.2012, 22.06.12)

<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk> (consultado em 10.11.2012)

<http://www.state.gov> (consultado em 12.02.2012; 24.02.12; 17.11.12)

Apêndice documental

1. Correspondência diplomática entre Washington-Lisboa-Ponta Delgada

Telegramas

Message Text

P R 201830Z MAY 75
FM SECSTATE WASHDC

S E C R E T STATE 117449

SUBJECT: AZORES SEPARATIST MOVEMENT

1. WHILE WE ARE INTERESTED IN WHATEVER INFORMATION YOU MAY BE ABLE TO DEVELOP ABOUT THE AZOREAN SEPARATISTS (PLANS, ACTIVITIES, FINANCING, SIZE OF ORGANIZATION, BASES OF SUPPORT, ETC.), OUR POLICY REGARDING THIS GROUP CONTINUES TO BE THAT OF STRICT NEUTRALITY.

2. CONTACTS BETWEEN USG OFFICERS AND AZOREAN SEPARATISTS COULD BE MADE IN WASHINGTON OR EVEN LISBON WITHOUT ATTRACTING UNDUE ATTENTION. SIMILAR CONTACTS IN THE INCESTUOUS ENVIRONMENT OF PONTA DELGADA, HOWEVER, ARE LIKELY TO COME TO IMMEDIATE ATTENTION OF LOCAL AUTHORITIES AND COULD RAISE SUSPICION THAT U.S. IS SOMEHOW SUPPORTING SEPARATISTS.

3. FOR THIS REASON, WE BELIEVE THAT -- TO THE EXTENT POSSIBLE -- YOU TRY TO AVOID FURTHER DIRECT CONTACT WITH THE AZOREAN SEPARATISTS. WE RECOGNIZE THAT TOTAL INSULATION FROM THEM IS IMPRACTICAL BUT SUGGEST THAT, AT A MINIMUM, YOU CONTINUE TO REFUSE REQUESTS FOR APPOINTMENTS AT THE CONSULATE AND REFUSE TO RECEIVE THE SEPARATISTS AT YOUR HOME. CHANCE SOCIAL ENCOUNTERS OR UNANNOUNCED VISITS AT HOME OR OFFICE POSE SPECIAL PROBLEMS WHICH, WITHIN THE POLICY GUIDELINE OF STRICT NEUTRALITY, WE LEAVE TO YOUR DISCRETION.

4. PLEASE CONTINUE YOUR EXCELLENT REPORTING OF CONTACTS AND ATTEMPTED CONTACTS WITH THE AZOREAN SEPARATISTS, INCLUDING ANY SIGNS OF LOCAL GOVERNMENT SUSPICION THAT USG LENDING SUPPORT TO THE SEPARATISTS.

INGERSOLL
SECRET

Message Text

O 310530Z MAY 75
FM SECSTATE WASHDC

S E C R E T STATE 127390

QUOTE S E C R E T LISBON 3046

SUBJ: POSSIBLE AZORES REVOLT

1. I AM CERTAIN DEPARTMENT IS AWARE OF IMPLICATIONS IN CONNECTION WITH DEVELOPMENTS REPORTED REF (A), WHILE WE HAVE BEEN AWARE OF SEPARATIST GROUPS IN VARIOUS STAGES OF FORMATION, THIS IS FIRST INFORMATION ON POSSIBLE MILITARY INITIATIVE. IF INDEED SEPARATISTS HAVE SUBSTANTIAL MILITARY SUPPORT THIS COULD MAKE A SIGNIFICANT DIFFERENCE. IF THEY DO NOT, FAILURE SEEMS VIRTUALLY ASSURED WITH ALL THE NEGATIVE CONSEQUENCES THAT IMPLIES FOR USG-GOP RELATIONS. IT IS USUAL IN THESE KINDS OF SITUATIONS FOR PLOTTERS TO EXAGGERATE THEIR STRENGTH IN ORDER TO ENLIST OUR SUPPORT.

2. POPULAR SUPPORT: CONSERVATIVE CAST OF POPULATION COUPLED WITH INCREASINGLY LEFTIST TREND IN LISBON LEADS US TO BELIEVE THAT AZORES POPULATION WOULD SYMPATHIZE WITH SEPARATISTS MOVEMENT, PROVIDED THAT MOVEMENT HAD EFFECTIVE LEADERSHIP AND REASONABLE CHANCE OF SUCCESS. SUCH SYMPATHY COULD BE IMPORTANT. WE QUESTION, HOWEVER, WHETHER POPULATION WOULD BECOME INVOLVED IN SIGNIFICANT PROPORTIONS IN VIOLENCE, EITHER ON ONE SIDE OR THE OTHER.

3. REACTION ON MAINLAND: WE DOUBT AZORES REVOLT WOULD STIMULATE A COMPLEMENTARY UPRISING IN MAINLAND PORTUGAL. HOWEVER, IF UPRISING APPEARS TO HAVE SOME PROSPECT OF SUCCESS, ELP AND OTHER CLANDESTINE OPPOSITION GROUPS MIGHT TRY TO TAKE ADVANTAGE OF SITUATION AND INITIATE OPERATIONS HERE.

4. SPINOLA: WE ARE PARTICULARLY ALERT TO POSSIBLE SPINOLA INVOLVEMENT. HIS PROPOSED MAY 30 TO TRAVEL TO U.S. COULD BE LINKED TO AN ATTEMPTED AZORES REVOLT, AND HIS PRESENCE IN U.S. COULD BE AN ATTEMPT TO FORCE USG HAND. RUMORS ALREADY EXIST IN LISBON THAT HE IS HEADING FOR THE AZORES, AND WE NOTE THAT AMBASSADOR TO UN VIEGA SIMAT, SPINOLA INTIMATE, TOLD AMBASSADOR BENNETT ON MAY 21 "CHANGED IN LISBON HAD ONCE BEFORE BEEN AFFECTED FROM MOVEMENT BASED IN AZORES" (REF B).

5. IF SPINOLA PARTICIPATES AND IF ELP AND OTHERS JOIN IN, WE FORESEE A DRAWING TOGETHER OF THE MAJOR POWER CENTERS -- MILITARY AND CIVILIAN, TO DEFEND THE TERRITORIAL INTEGRITY OF PORTUGAL. SPINOLA CONTINUES TO OVERESTIMATE HIS OWN SUPPORT IN THE MILITARY, HIS INVOLVEMENT COULD SERVE AS A RALLYING POINT FOR THE LEFTISTS.

6. REACTION AGAINST U.S.: UNLESS IT ENDED WITH TERMINATION OF AFM CONTROL OF GOP -- WHICH APPEARS UNLIKELY -- REVOLT IN AZORES WOULD HAVE HARMFUL CONSEQUENCES FOR USG-GOP RELATIONS -- WITH OBVIOUS NEGATIVE IMPLICATIONS FOR FUTURE OF LAJES. IF REVOLT DOES BREAK OUT, THE USG IS CERTAIN TO BE DENOUNCED. ONE IMMEDIATE RESULT WILL ALMOST CERTAINLY BE ATTACKS ON U.S. INSTALLATIONS IN PORTUGAL. CONTINGENCY PLANNING TO PROTECT U.S. PERSONNEL IN PONTA DELGADA, LAJES, OPORTO, AND LISBON SHOULD BE CONSIDERED.

7. STANAVFORLANT: DEPT. IS AWARE THAT STANAVFORLANT'S EIGHT SHIPS, INCLUDING U.S. FRIGATE USS EDWARD MCDONNELL, WILL BE PORTED IN LISBON UNTIL JUNE 3.

CARLUCCI
UNQUOTE INGERSOLL
SECRET

Message Text

O 042050Z JUN 75
FM AMCONSUL PONTA DELGADA

C O N F I D E N T I A L PONTA DELGADA 179

SUBJECT: DEMONSTRATION PLANNED BY SAO MIGUEL FARMERS TO
COINCIDE WITH NATO FLEET VISIT

1. AGRICULTURAL ASSOCIATION FOR PONTA DELGADA DISTRICT
HAS CALLED DEMONSTRATION 1400 HOURS ON JUNE 6 TO PROTEST
NEW LISBON PRICE POLICY FOR MEAT AND DAIRY PRODUCTS.
IMMEDIATE TARGET DEMONSTRATION IS MDP RPT MDP DISTRICT CIVIL
GOVERNOR ANTONIO BORGES COURTINHO. WE HAVE HEARD CONFLICTING
REPORTS AS TO WHETHER OR NOT LOCAL AUTHORITIES WILL PROHIBIT
DEMONSTRATION, HOWEVER, POLICE CHIEF AND OTHERS BELIEVE
THERE IS NOT WAY STOP IT. ASSOCIATION HAS ASKED FOR SUPPORT
FROM LOCAL MERCHANTS AND POLICE CHIEF EXPECTS SHOPS TO
CLOSE IN SYMPATHY. HE DOES NOT HAVE MEN NECESSARY STOP OR
CONTROL DEMONSTRATORS AND WILL NOT ATTEMPT TO, BUT HE
EXPECTS NO VIOLENCE.

2. FIVE NATO SHIPS, INCLUDING USS MCDONELL, ARE SCHEDULED
ARRIVE PONTA DELGADA SAME DAY AT 0800 AND STAY ABOUT TWENTY
PAGE 02 PONTA 00179 042355Z
HOURS. WE HAVE HEARD RUMORS OF POSSIBLE LEFTIST DEMONSTRATION
AGAINST NATO VISIT, BUT LOCAL AUTHORITIES DISCOUNT POSSIBILITY
OF ANY SIGNIFICANT LEFTIST ACTION.

3. COINCIDENTLY, MOST TOP LOCAL AUTHORITIES WILL BE OUT OF
TOWN JUNE 6. MILITARY GOVERNOR WILL BE AT LAJES WITH VISITING
MEMBER SUPREME REVOLUTIONARY COUNCIL; CIVIL GOVERNOR PLANS
LEAVE FOR LISBON JUNE 5 (ALLEGEDLY TO AVOID DEMONSTRATION)
AND PRESIDENT OF DISTRICTS TOP ADMINISTRATIVE BODY ALSO
PLANS GO TO LISBON JUNE 5. IN ADDITION, AT TIME OF DEMONSTRATION
NAVAL COMMANDER FOR AZORES AND MILITARY GOVERNOR CHIEF OF
STAFF WILL BE ENTERTAINING NATO SHIPS CAPTAINS IN FURNAS,
SEVENTY MINUTES DRIVE FROM PONTA DELGADA BY CAR.

4. COMMENT: WE SLIGHTLY PUZZLED BY RELAXED ATTITUDE LOCAL
AUTHORITIES TOWARD EVENTS JUNE 6. NAVAL COMMANDER SEES
NO REASON CANCEL SHORE LEAVE FOR NATO CREWS, BUT POLICE
CHIEF LESS SURE. FARMER DEMONSTRATION, WHICH MAY DRAW AS MANY
AS THOUSAND, WILL NOT BE HOSTILE TOWARD USG OR NATO ,
AND LEFTIST DEMONSTRATION, IF IT OCCURS, LIKELY TO BE
INSIGNIFICANT. HOWEVER, APPARENTLY INADEQUATE CONTROL OF
LARGE NUMBERS DEMONSTRATORS COULD LEAD TO ACCIDENTAL INCIDENT./
AT MINIMUMMMMMMN, NATO CREWS SHOULD BE URGED STAY AWAY FROM PLANNED
SITE DEMONSTRATION.

5. WE HAVE NO REASONS BELIEVE FLA WILL TRY ANYTHING ON
JUNE 6, BUT CANNOT HELP NOTING THAT SITUATION (ABSENCE
TOP LOCAL OFFICIALS AND DEMONSTRATIONS BY POTENTIAL SUPPORTERS)
WOULD BE IDEAL FOR HATCHING PLOT.

PFEIFLE
CONFIDENTIAL

Message Text

P R 111940Z JUN 75
FM AMCONSUL PONTA DELGADA

C O N F I D E N T I A L PONTA DELGADA 206

SUBJECT: AZOREAN SITUATION

1. BLETTEIRE CAME TO CONSULATE UNEXPECTEDLY MORNING JUNE 9. HE INTRODUCED SELF AS HEAD OF FLA FOR THIS REGION OF AZORES. HE SAID THAT DETENTION OF CONSULATE EMPLOYEE CRUZ REQUIRED IMMEDIATE FIRM RESPONSE FROM USG, SAID EITHER AZORES IN US SPHERE OF INFLUENCE OR SOVIET, IF IN THAT OF US THEN USG MUST PROTEST ARRESTS IMMEDIATELY. IF USG DID NOT RESPOND, HE THREATENED MOUNT ANTI-USG PRESS CAMPAIGN IN EUROPE.

2. AT FIRST HE ASKED FOR PSYCHOLOGICAL SUPPORT FROM USG; THEN HE SAID HE WANTED USG TO SEND IN EXPERTS IN SUBVERSIVE WARFARE, 5 TRAINED SPANISH AMERICANS. BLETTEIRE ALLEGED HE HAS COMMITMENT FROM SENATOR THURMOND'S OFFICE AND FROM UNNAMED PENTAGON OFFICIAL FOR USG RECOGNITION AND ASSISTANCE TWO DAYS AFTER AZOREAN INDEPENDENCE. HE SAID HE TIRED OF HALF PROMISES MADE BY USG WHICH WERE NOT FULFILLED AND STRONGLY IMPLIED USG OBLIGATION TO HELP FLA. I TOLD HIM USG POLICY OF NEUTRALITY UNCHANGED AND HIS REQUESTS OUT OF QUESTION.

3. AFTER BLETTEIRE LEFT, TWO LOCAL EMPLOYEES TOLD ME THAT WHILE BLETTEIRE WAS WAITING TO SEE ME, A YOUNG MAN CAHE AND ASKED HIM FOR INSTRUCTIONS. BLETTEIRE TOLD THIS PERSON TO ORGANIZE DEMONSTRATION FOR THAT AFTERNOON.

4. MORNING OF JUNE 11 BLETTEIRE APPEARED AGAIN. HE ASKED THAT CONSULATE USE ITS FACILITIES TO TRANSMIT TO A UN COMMISSION STUDYING PORTUGALS ANTI COLT IAL POLICY A PETITION OF SOME OF THE WIVES OF THE SAO MIGUEL PRISONERS PROTESTING PORTUGUESE' COLONIALISM IN AZORES. I REPLIED THAT USG DID NOT VIEW AZORES AS COLONY. VIEWED EVENTS OF JUNE 6 AND 7 AS INTERNAL QUESTIONS AND WOULD NOT TRANSMIT PETITION TO UN COMMISSION.

5. I HAVE INSTRUCTED MY STAFF THAT IF BLETTEIRE COMES IN AGAIN, THAT I CANNOT BE DISTURBED.

PFEIFLE

Message Text

P 132026Z AUG 75
FM SECSTATE WASHDC

C O N F I D E N T I A L STATE 191909

SUBJECT: AZORES INDEPENDENCE - U.S. POLICY
FOR SWANK FROM BARBOUR , EUR/WE
FOLLOWING IS A DRAFT MESSAGE CURRENTLY BEING WORKED OUT
BETWEEN STATE AND DEFENSE RE SPECIFIC GUIDANCE TO

1. THERE APPEARS TO BE GROWING SUPPORT IN THE AZORES
FOR UNILATERAL DECLARATION OF INDEPENDENCE. IF SUCH A
DECLARATION WERE MADE, EVERY USG ACTION TAKEN IN THE
ISLANDS WOULD BE THE SUBJECT OF INTENSE SCRUTINY BY THE
PORTUGUESE GOVERNMENT, THE AZOREAN LIBERATION FRONT (FLA),
THE INTERNATIONAL PRESS, ETC.

2. OUR POLICY REGARDING THE FUTURE POLITICAL STATUS OF THE
AZORES CONTINUES TO BE ONE OF STRICT NON-INVOLVEMENT.
WE NEITHER ADVOCATE NOR OPPOSE AZOREAN INDEPENDENCE,
REGARDING IT TO BE AN INTERNAL PORTUGUESE MATTER TO BE
RESOLVED BETWEEN THE PEOPLE OF THE ISLANDS AND THE LISBON
GOVERNMENT. BECAUSE OF THIS LONG-STANDING POLICY AND
THE INTENSE SCRUTINY OF OUR ACTIONS WHICH IS CERTAIN TO
FOLLOW ANY UNILATERAL FLA MOVE TOWARD INDEPENDENCE,
IT IS IMPERATIVE THAT US PERSONNEL IN THE AZORES AVOID
ANY ACTIONS WHICH MIGHT BE INTERPRETED AS CONSTITUTING
EITHER RECOGNITION OF AN INDEPENDENT AZOREAN GOVERNMENT
OR SUPPORT FOR THE PORTUGUESE POSITION SHOULD LISBON
DECIDE TO OPPOSE INDEPENDENCE.

3. UPON LEARNING THAT AN AZOREAN INDEPENDENCE MOVE WAS
IN PROGRESS, THE FOLLOWING ACTIONS WILL BE TAKEN
IMMEDIATELY IN WASHINGTON:

-- ALL IN-FLIGHT US MILITARY AIRCRAFT ENROUTE TO LAJES
WILL BE ORDERED TO OVERFLY THE AZORES EXCEPT IN CASES
OF AIRCRAFT EMERGENCY.

-- ALL US MILITARY AIRCRAFT SCHEDULED TO USE LAJES OR
ANY OTHER AZOREAN AIRFIELD WILL BE GIVEN ALTERNATE
FLIGHT PLANS TO AVOID LANDING IN THE AZORES ISLANDS.
ALL US COMMERCIAL AND PRIVATE AIRCRAFT WILL BE INFORMED
OF UNSETTLED POLITICAL CONDITIONS IN THE AZORES AND
ADVISED NOT TO USE ANY AZOREAN AIRFIELDS UNTIL FURTHER
NOTICE.

-- A MARITIME ADVISORY NOTICE WILL BE TRANSMITTED TO ALL
US FLAG VESSELS AND OPERATORS, INFORMING THEM OF
UNSETTLED POLITICAL CONDITIONS IN THE AZORES AND
ADVISING THEM TO POSTPONE PORT CALLS IN THE ISLANDS
UNTIL FURTHER NOTICE.

-- A PUBLIC ADVISORY NOTICE WILL BE ISSUED TO ALL US
CITIZEN TRAVELERS, INFORMING THEM OF UNSETTLED POLITICAL
CONDITIONS IN THE AZORES AND ADVISING THEM NOT TO TRAVEL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 03 STATE 191909

TO THE ISLANDS UNTIL FURTHER NOTICE.

4. AT THE FIRST INDICATION OF INDEPENDENCE MOVES IN THE
AZORES, COMUSFORAZ AND/OR AMCONSUL PONTA DELGADA WILL
INFORM STATE AND DEFENSE (BY HIGHEST PRECEDENCE MESSAGE)
OF ALL AVAILABLE DETAILS AND REQUEST GUIDANCE ON WHETHER

TO IMPLEMENT THE FOLLOWING CONTINGENCY INSTRUCTIONS;

5. FOR COMUSFORAZ:

-- CONTROLLING ELEMENT IN US ACTION WILL BE FACT THAT LAJES IS A PORTUGUESE BASE UNDER PORTUGUESE CONTROL
--MOVEMENT OF ALL NON-ESSENTIAL US PERSONNEL WILL BE RESTRICTED AS SOON AS AN INDEPENDENCE ACTION BEGINS. US PERSONNEL WHO ARE OFF BASE AT THAT TIME (BECAUSE THEY RESIDE OFF BASE OR BECAUSE THEY ARE VISITING, SHOPPING, TOURING, ETC.) WILL MAKE NO EFFORT TO RETURN TO LAJES UNLESS INSTRUCTED TO DO SO, SINCE THE BASE ITSELF IS LIKELY TO BE A PRINCIPAL FLA TARGET ON TERCEIRA ISLAND. TO THE EXTENT POSSIBLE, PERSONNEL RESIDING OFF BASE SHOULD REMAIN IN QUARTERS. PERSONNEL ON BASE WILL BE RESTRICTED TO US AREA OF LAJES OR TO QUARTERS, AT COMUSFORAZ'S DISCRETION.

--BASE RADIO AND TV STATIONS WILL BROADCAST SPECIFIC INSTRUCTIONS RE RESTRICTIONS ON MOVEMENTS, AVOIDANCE OF CROWDS OR AREAS OF CONFLICT, AND STRICT POLICY OF NON-INVOLVEMENT.

-- IF US FACILITIES OR PERSONNEL ARE ATTACKED, YOU WILL TAKE ALL APPROPRIATE MEANS TO PROTECT THEM.

-- UNTIL INSTRUCTED TO THE CONTRARY, ALL US MILITARY FLIGHTS ORIGINATING IN OR TRANSITING LAJES WILL BE CANCELLED.

-- ALL US PERSONNEL WITHOUT EXCEPTION WILL STAY AWAY FROM PORTUGUESE SIDE OF BASE AND AVOID ANY AREA ON OR OFF BASE WHERE HOSTILITIES BETWEEN PORTUGUESE AND FLA ARE OBSERVED OR WHERE PORTUGUESE NATIONALS CONGREGATE.

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 04 STATE 191909

-- ALL NON-ESSENTIAL US FACILITIES AT LAJES WILL BE CLOSED IMMEDIATELY UNTIL FURTHER NOTICE.

-- ALL US PERSONNEL (EXCEPTIONS ONLY BY SPECIFIC ORDERS OF COMUSFORAZ WHO WILL SO INFORM STATE AND DEFENSE OF HIS ACTIONS AND REASONS FOR THEM) WILL AVOID CONTACT WITH EITHER THE FLA OR PORTUGUESE AUTHORITIES. IN THEIR NECESSARY CONVERSATIONS WITH PORTUGUESE NATIONALS (EMPLOYEES OF USFORAZ, HOUSEHOLD SERVANTS, LOCAL MERCHANTS NEIGHBORS,ETC.), ALL US PERSONNEL WILL AVOID EXPRESSING OPINIONS ON THE QUESTION OF AZOREAN INDEPENDENCE.

THE INTENT OF THE FOREGOING INSTRUCTIONS IS TO ASSURE THAT US PERSONNEL AT LAJES REMAIN PUBLICLY IMPARTIAL AS REGARDS THE DELICATE INDEPENDENCE ISSUE, TO EFFECTIVELY BUT TEMPORARILY CLOSE DOWN ALL NON-ESSENTIAL BASE OPERATIONS UNDER COMUSFORAZ CONTROL, AND TO PREVENT POTENTIALLY COMPROMISING SITUATIONS WHICH WOULD REQUIRE A US INVOLVEMENT SHOULD INDEPENDENCE BE ATTEMPTED BY THE FLA.

ALTHOUGH SPECIFIC CONTINGENCY INSTRUCTIONS MUST REMAIN CONFIDENTIAL UNTIL IMPLEMENTED, YOU SHOULD TAKE IMMEDIATE ACTION NOW TO INFORM ALL US PERSONNEL UNDER YOUR COMMAND THAT THE US POLICY REGARDING THE FUTURE POLITICAL STATUS OF THE AZORES IS ONE OF STRICT NON-INVOLVEMENT, THAT WE REGARD THIS QUESTION TO BE AN INTERNAL PORTUGUESE MATTER, AND THAT PERSONAL OPINIONS ABOUT THE RELATIVE MERITS OF INDEPENDENCE OR CONTINUED ASSOCIATION WITH PORTUGAL SHOULD NOT BE DISCUSSED WITH PORTUGUESE NATIONALS.

FOR PONTA DELGADA:

-- CONTINUE TO REITERATE TO US AND LOCAL EMPLOYEES THE US POLICY OF NON-INVOLVEMENT IN THE QUESTION OF AZOREAN INDEPENDENCE. IN PARTICULAR, CONSULATE LOCAL EMPLOYEES SHOULD UNDERSTAND THAT -- WHILE THEY UNDOUBTEDLY HAVE PERSONAL OPINIONS ON THE MERITS OF INDEPENDENCE -- ANY COMMENTS BY THEM ON THIS QUESTION MAY BE MISINTERPRETED AS AN OFFICIAL US VIEWPOINT.

-- IN THE EVENT OF FLA DECLARATION OF INDEPENDENCE,

TAKE WHATEVER STEPS YOU BELIEVE TO BE APPROPRIATE
AND FEASIBLE TO ASSURE THE PROTECTION AND NON-INVOLVEMENT
OF OFFICIAL US PERSONNEL, US CITIZEN RESIDENTS AND TOURIST
THE CONSULATE OFFICES AND THE TWO OFFICIAL RESIDENCES.

-- IF PORTUGU

ESE AUTHORITIES LOSE EFFECTIVE CONTROL ON
SAO MIGUEL, REPORT ANY APPROACHES BY FLASH TELEGRAM.
SINCE SUCH ACTION COULD CONSTITUTE FORMAL RECOGNITION,
UNDER NO CIRCUMSTANCES SHOULD YOU ENGAGE IN ANY DIRECT,
OFFICIAL CONTACT WITH AN INDEPENDENT GOVERNMENT WITHOUT
SPECIFIC INSTRUCTIONS FROM THE DEPARTMENT OF STATE.

KISSINGER

CONFIDENTIAL

Message Text

R 051905Z SEP 75
FM AMCONSUL PONTA DELGADA

S E C R E T PONTA DELGADA 334

SUBJECT: AZOREAN INDEPENDENCE; VIEWS OF MOTA AMARAL

1. SPOKE TO PPD DEPUTY TO CONSTITUENT ASSEMBLY, MOTA AMARAL, SEPTEMBER 4 BEFORE RECEIPT OF REFTEL. HE SAID HE WAS RETURNING TO LISBON IN COUPLE DAYS AND WOULD SEE POLITICAL COUNSELOR. HE GAVE NO INDICATION OF ABANDONING LISBON OR CONSTITUENT ASSEMBLY.
2. MOTA AMARAL SPOKE OF DISAGREEMENT AMONG SEPARATIST LEADERS ON SAO MIGUEL AND NEED TO GET RID OF RIGHTIST ELEMENTS. THIS WAS NOT TRUE OF OTHER ISLANDS. HE SAID THAT ALTHOUGH SEPARATIST COULD ACT WITHOUT SUPPORT OF ANY COUNTRY, THEY COULD NOT ACT IN OPPOSITION TO USG.
3. MOTA AMARAL CONTINUED TO BELIEVE INDEPENDENCE INEVITABLE, BUT INDICATED THE PROCESS NEEDED TO MATURE BIT MORE. HE NOTED THIS WAS UNIQUE TIME IN HISTORY FOR AZOREAN INDEPENDENCE WHICH SHOULD NOT BE LOST. HE EXPLAINED, IT WAS A DISADVANTAGE TO BE RID OF COMMUNISTS AND UNPOPULAR GOVERNMENT OFFICIALS IN AZORES BECAUSE NOW THERE WAS NO ENEMY. POPULAR AND POLITICALLY SKILLFUL GENERAL MAGALHAES WAS DIFFICULT TO OPPOSE PUBLICLY.
4. MOTA AMARAL INDICATED JUNTA REGIONAL COULD SERVE AS TRANSITIONAL GOVERNMENT AND NOTED JUNTA MEMBERS FAVOR INDEPENDENCE. HE MENTIONED THAT AT RECENT MEETING INSURANCE WORKERS VOTED TO TRY TO GET FUNDS BACKING INSURANCE POLICIES TRANSFERRED FROM LISBON TO AZORES. JUNTA WOULD BACK THIS EFFORT WHICH COULD LEAD TO POTENTIAL CONFLICT BETWEEN JUNTA AND GOP. HE THOUGHT CONFLICT BETWEEN JUNTA AND GOP WOULD HELP KEEP NEED FOR INDEPENDENCE BEFORE PEOPLE.
5. COMMENT: MOTA AMARAL SEEMED SLIGHTLY DISCOURAGED. IT IS APPARENT THAT NO INDEPENDENCE MOVE IS LIKELY IN NEAR FUTURE UNTIL LEADERSHIP PROBLEM IN SAO MIGUEL IS RESOLVED. THE PROBLEM OF AZOREAN FUNDS HAS BEEN MENTIONED BY SEVERAL SEPARATISTS IN RECENT CONVERSATIONS. LARGE AMOUNT OF MONEY DEPOSITED IN BANKS HERE, AS WELL AS FUNDS BACKING INSURANCE POLICIES AND PENSIONS, ARE ALL IN LISBON UNDER GOP CONTROL. SEPARATISTS WANT TO HAVE THESE FUNDS IN AZORES UNDER AZOREAN CONTROL. MEMBERS OF JUNTA SHARE THESE VIEWS AND SPEAK OF "REGIONALIZING" BANCO MICHAELENSE AND OTHER COMPANIES, I.E. BRINGING THEM UNDER CONTROL OF AZOREAN GOVERNMENT.

PFEIFFLE
SECRET

Message Text

R 202144Z NOV 75
FM SECSTATE WASHDC

S E C R E T STATE 275259

SUBJECT: AZORES INDEPENDENCE MOVEMENT

1. AT THE REQUEST OF A FORMER USG OFFICIAL (RICHARD ALLEN) DEPTOFF MET NOVEMBER 14 WITH LUIZ VAZ DO REGO WHO IDENTIFIED HIMSELF AS A MEMBER OF THE TOP LEADERSHIP OF THE FLA. REGO CONFIRMED THAT AUGUSTO SOARES (REFTEL) HAD CONTACTED US ON FLA'S INSTRUCTIONS AND EXPLAINED THAT FLA ACTIVISTS IN THE US (JOSE DE ALMEIDA AND ANTONIO MATOS) WERE CARRYING OUT ORDERS BUT DID NOT FORM PART OF FLA'S TOP CIRCLE OF LEADERS. ASKED ABOUT THE ROLE OF US CITIZEN DONALD GILLIES, REGO SAID THAT HE DID NOT UNDERSTAND GILLIES AND THAT HE ASSUMED HE WAS AN ADVENTURER. IN ANY CASE, GILLIES IS NOT PLAYING ANY ROLE IN THE FLA.

2. REGO SAID THAT HE UNDERSTOOD -- BUT DISAGREED WITH-- US POLICY RE THE AZOREAN INDEPENDENCE MOVEMENT. THE PURPOSE OF HIS VISIT, HE SAID, WAS TO "ESTABLISH CONTACT WITH THE DEPARTMENT", TO SEE IF THERE HAD BEEN ANY MODIFICATION IN OUR AZOREAN POLICY AS THE RESULT OF THE "LEFTIST ADVANCES" IN LISBON, AND -- MOST IMPORTANTLY -- TO LEARN FIRST HAND THE PROBABLE US REACTION AFTER RPT AFTER THE FLA ASSUMES CONTROL OF THE ISLANDS WITHOUT LISBON'S CONCURRENCES.

3. REGO SAID THAT IT IS NOW ABSOLUTELY CLEAR THAT THE MAJORITY OF THE AZOREAN PEOPLE WANT INDEPENDENCE. THE FLA MUST COME TO A DECISION SOON AS TO HOW TO PROCEED. SINCE THE GOVERNMENT HAS REJECTED THE FLA SUGGESTION OF A PLEBISCITE, THE ONLY OPTION NOW OPEN IS UNILATERAL FLA ACTION TO TAKE CONTROL OF THE ISLANDS. REGO SAID HE HAS NO DOUBT THAT THE FLA COULD EASILY TAKE POWER IN THE AZORES, BUT -- IF THE PORTUGUESE REACT MILITARILY WITH AN INVASION FORCE FROM LISBON -- THERE WILL BE CERTAIN VIOLENCE AND LOSS OF LIFE ON BOTH SIDES. FOR THIS REASON, IT IS EXTREMELY IMPORTANT TO THE FLA TO KNOW HOW THE US AND OTHER WESTERN NATIONS WOULD REACT TO A FORM OF UDI IN THE AZORES. WOULD WE, FOR EXAMPLE, BE WILLING TO COUNSEL THE PORTUGUESE TO PERMIT THE ISLANDS TO HAVE THEIR INDEPENDENCE AS THEY HAVE DONE WITH THE AFRICAN TERRITORIES? WOULD WE RECOGNIZE AN INDEPENDENT AZOREAN GOVERNMENT? WOULD WE ALLOW THE PORTUGUESE TO LAND TROOPS AT LAJES? WOULD WE SUPPORT THE AZOREANS POLITICALLY WITH OUR ALLIES AND IN THE U.N.

4. DEPTOFF REVIEWED OUR POLICY OF STRICT NON-INVOLVEMENT IN THE AZOREAN INDEPENDENCE QUESTION, REMINDED REGO THAT US INFLUENCE OVER THE PORTUGUESE GOVERNMENT IS LIMITED, ESPECIALLY ON AN ISSUE SUCH AS THE AZORES WHERE MANY LEFTISTS BELIEVE THE US IS SECRETLY SUPPORTING THE FLA (REGO LAUGHED). AS FOR US POLICY AFTER SOME UNILATERAL FLA ACTION TO SECURE CONTROL OVER THE ISLANDS, DEPTOFF REFUSED TO SPECULATE, NOTING THAT THE ISSUES INVOLVED WERE VERY COMPLEX AND THAT THE US DECISION IN THIS CASE WOULD BE MADE AT THE TIME THE PROBLEM AROSE AND AFTER CAREFUL CONSIDERATION OF ALL FACTORS.

5. REGO ASKED REPEATEDLY THAT HIS IDENTITY AS AN FLA LEADER BE KEPT "STRICTLY CONFIDENTIAL". HE SAID THAT HE

WAS AN AGRICULTURAL ENGINEER AND HELD A CIVIL SERVICE POSITION IN PONTA DELGADA WHERE HE IS ACQUAINTED WITH PRINCIPAL OFFICER . REGO SAID THAT IF PRINCIPAL OFFICER WISHES TO DISCUSS FLA WITH HIM, HE WILL BE PLEASED TO DO SO BUT THAT HE DID NOT WANT TO INITIATE SUCH CONTACT IF IT WOULD BE POLITICALLY EMBARRASING TO US.

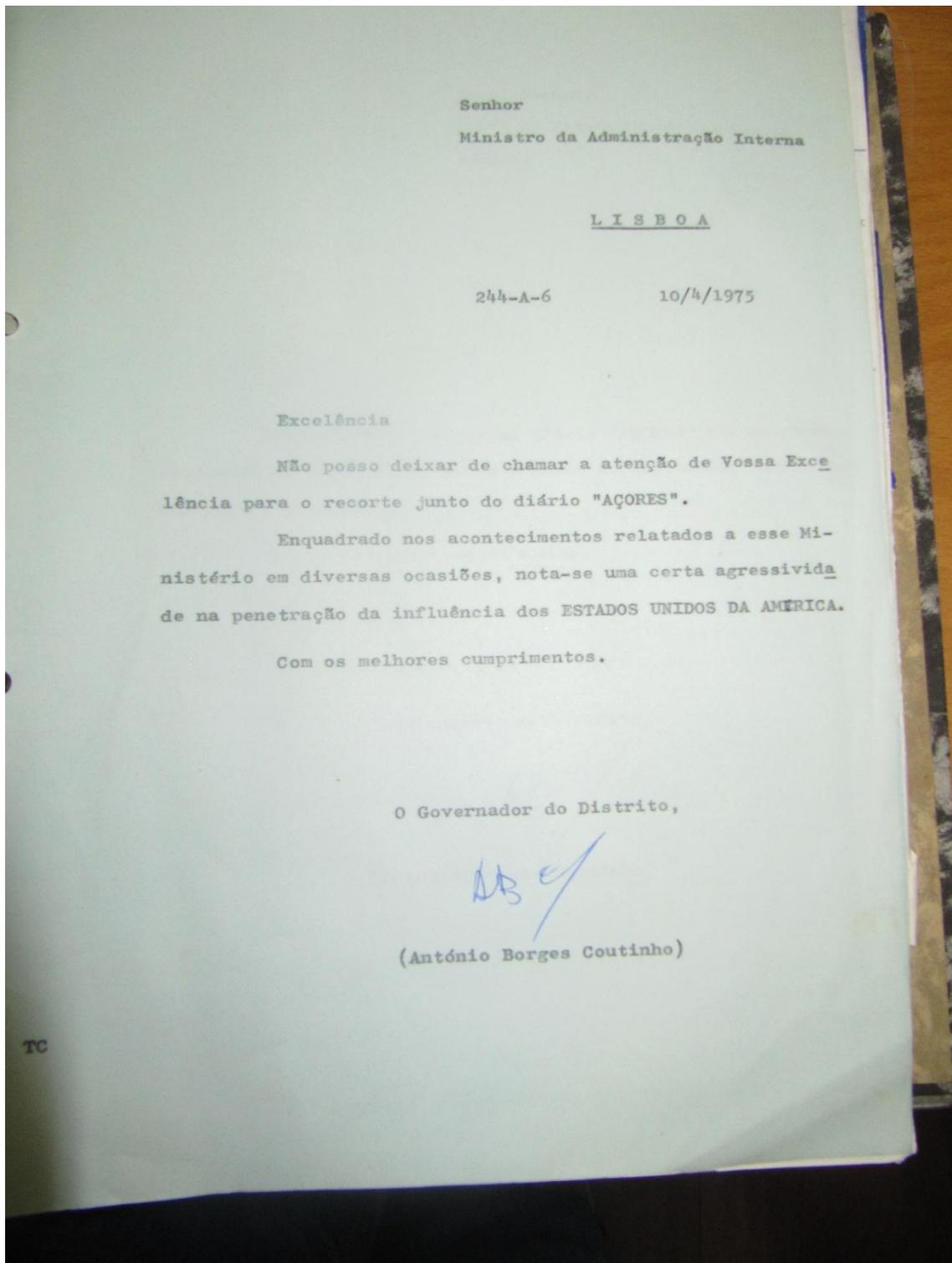
6. ON NOVEMBER 18, DEPTOFF WAS CALLED BY TIME MAGAZINE REPORTER WHO SAID THAT NEXT TIME ISSUE WOULD CONTAIN STORY ON THE AZORES. HE SAID THAT HE HAD LEARNED FROM "INTELLIGENCE COMMUNITY SOURCES" THAT AN UNIDENTIFIED FLA LEADER WAS THEN IN WASHINGTON MAKING DISCREET CONTACTS AND HE ASKED IF DEPARTMENT HAD MET WITH HIM. REPORTER DID NOT RPT NOT MENTION REGO'S NAME (HE APPEARED IN FACT NOT TO KNOW ANY PARTICULAR NAME) AND DEPTOFF REFUSED TO COMMENT ON THE SUBJECT.

KISSINGER

SECRET

2. Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada

Ofício enviado pelo Governador Civil para o Ministro da Administração Interna



Pedido de autorização para realização da manifestação a 6 de junho de 1975

*Não autorizado
e permitido para
o dia 13 ABE*

SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO AUTÓNOMO DE
PONTA DELGADA

Excelência,

Armando Guilherme Goyanes Machado, lavrador, residente na Rua de Santa Ana, 52, desta cidade; Luís Octávio dos Reis Indio, lavrador, residente na Rua da Boa Nova, 37, desta cidade, e; António Gil Messa Cordeiro, lavrador, residente na Rua da Carreira, 38, da Freguesia dos Arrifes, promotores de uma manifestação a levar a efeito no próximo dia 6 do corrente mês, pelas 14 horas, no largo dos Mártires da Pátria, em frente ao Palácio do Governo Civil, com o objectivo de apresentarem a Vossa Excelência reivindicações quanto à grave situação económica em que se encontra a agro-pecuária deste Distrito, vêm nos termos do nº. 1, do Artº. 2º., do Decreto-Lei nº. 406/74, de 29 de Agosto, fazer o respectivo aviso.

Ponta Delgada, 3 de Junho de 1975.

*Armando Guilherme Goyanes Machado
Luís Octávio dos Reis Indio
António Gil Messa Cordeiro*

3. Atas da Junta Regional

Ata nº. 1

1
[Handwritten signature]

Ata nº 1

nos onze dias do mes de Outubro de 1975, reuniu-se no palacio da Conceição, de Luta Dalgado, a junta Regional dos Acores, com a presença de todos os seus elementos excepto o Engenheiro Martins Foclaré, por se encontrar em Lisboa a tratar de assuntos de uma regionalidade.

Pelo presidente da junta foi exposto que se tornava necessária uma análise da situação politica do Arquipélago face à situação que se tem verificado nos ultimos dias, e da qual dão testemunho a imprensa local, panfletos distribuidos pela organização clandestina FLA, e comunicados dos partidos politicos PPD, PS, e DS, alguns dos quais bastante agressivos. A organização FLA, num panfleto datado de seis de Outubro, refere, em termos de exigencia, que o governo se pronuncie no prazo de seis dias, pela realização de um referendo nos Acores, para se estabelecer se o aorianos preferem ou não a independencia. Alguns jornais, do Continente e dos Acores, e tambem alguns emissores locais dão noticia deste panfleto. No jornal "Correio dos Acores", um colaborador pede informacao sobre se os Acores são ou não são auto-suficientes financeiramente, face ao problema da independencia. Por estes motivos o presidente da junta considerou que a junta Regional deve tomar posição no problema e informar o publico das suas actividades e dos elementos de que se

por sobre finanças públicas do Arquipélago.
O Sr. Dr. Zaccarias Correia disse que considera necessário em
função o público sobre o trabalho da Junta Regional em
relação à elaboração do Estatuto de Subcomuna, referindo a
participação activa que não tem nestes trabalhos os partidos
políticos representados no Constituinte, como forma de ser
conhecido a vontade dos acaudalados neste matéria. Disse
também que devem ser divulgados o elementos que a Junta
tem sobre receitas e despesas públicas no Arquipélago. E ainda
que deve ser feita diligência para saber nos Açores e ficar
ao seu dispor, os dados aqui existentes.

O Sr. Engenheiro Vazas disse da necessidade de informar
o público à cerca dos elementos de que a Junta dispõe co-
nhe a situação financeira dos Açores. Referindo-se a um
panfleto posto a circular disse que é necessário mostrar
o início que apresenta no que se refere aos números que gra-
ta relativamente a receitas e despesas públicas no Distri-
to de Ponta Delgada, passando a considerações sobre nor-
mas de trabalho da Junta Regional, disse ser necessário
disciplináveis e apontar os seguintes procedimentos a obser-
var: —

- a) - Fazer reuniões mais frequentes, promovendo-as, de
rotina, as segundas e quintas feiras com início pelas
dezasseis horas;
- b) - Cumprir despacho dos Vozais em o Presidente, sendo o

dias, com o seguinte horário:

- 1500 horas, assuntos de educação, com social, e investimentos;
- 1515 horas, assuntos de economia e finanças;
- 1530 horas, assuntos de assistência, trabalho e emprego;
- 1545 horas, assuntos de trabalho, penas e indústrias;
- 1600 horas, assuntos de administração local, ex. cambiantes;
- 1615 horas, assuntos de transportes, turismo e comércio.

As vigências dos salários devem ser decididas em reunião da junta regional e fixadas em actos.

Dos trabalhos de junta, relatados em actos, deverão ser do conhecimento público, quando necessarem interesse.

O Sr. Doutor Adriano Boyer de Carvalho depois de referir que a publicação dos dados existentes sobre receitas e despesas públicas nos Açores, apresenta riscos de confidencialidade, acabou por concordar que devam ser levadas ao conhecimento público. Expôs uma esboço de aprovação desses dados aos órgãos de informação por meio de aprovação.

O Sr. Doutor Henrique de Oliveira Aguiar Rodrigues disse dos dois conceitos que agitam a situação política no Siquipelgo: - autonomia e independência. A missão da junta é a de estudar e elaborar um estatuto de autonomia. Devemos dizer ao público o que se pode fazer e o que não se pode fazer em termos de autonomia. Estamos a fazer um trabalho sério, profundo

e não demográfico, levado em consideração. E deste facto
pouco deve ser bem esclarecido a população do Arquipélago.
O Sr. José Ribeiro de Almeida disse que se solidarizava
com as posições tomadas pelos restantes membros da
Junta.

Desta forma, foi decidido: —

- a- Expor, por meio da televisão, rádio e imprensa lo-
cal a situação dos deuses e receitas públicas no
Arquipélago do Azores; —
- b- Dar conhecimentos, pelos mesmos meios, dos trabalhos
da Junta Regional; —
- c- Adotar as normas disciplinares apontadas pelo
Sr. Engenheiro Vaz.

E não havendo mais diligências a efectuar, encer-
rou-se a sessão da qual foi lavrada a presente acta.

Setim, a 22 de Junho de 1978, g

António de Albuquerque Jacome Leitão

Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues

José Filipe de Almeida

Domenico Garcia de Vasconcelos

João Adriano Borges de Carvalho

Ata nº. 2

ACTA Nº 2

Aos treze dias do mês de Outubro de mil novecentos e setenta e cinco no Salão da Conceição, de Ponta Delgada, reuniu-se a Junta Regional dos Açores com a presença de todos os seus membros, com excepção do Engenheiro Martins Goulart, que se encontra ausente em Lisboa, em serviço da Junta Regional.

Serviu de secretário o Capitão-Tenente Fausto Moreira de Ponta e Abreu.

O objectivo desta reunião era a apreciação final das intervenções que alguns dos membros deverão fazer durante uma sessão de esclarecimento que a Junta promoverá hoje através da Radiotelevisão Portuguesa, intervenções essas que, na sua redacção final, constam em anexo e presente acta da qual fazem parte integrante.

Aberta a sessão, começou o Presidente por ler a primeira parte da sua intervenção, até à altura em que, na mesma, dará a palavra ao Dr. Borges de Carvalho. Esta primeira parte mereceu aprovação unânime.

Passou então a ler a sua intervenção o vogal Dr. Borges de Carvalho, com a qual todos concordaram após ligeiras alterações de forma. Foi, no entanto, feito notar por vários vogais, que o trabalho do Dr. Borges de Carvalho era omisso quanto aos aspectos financeiros ligados ao Aeroporto e Polifono Acústico de Santa Maria e Bases das Lajes e das Flores. Após troca de ideias sobre este assunto foi acordado que se

na preferível fazer-se referência a estes pontos na intervenção do Presidente.

Em seguida o Presidente deu a palavra ao Dr. Jacome Correia que informou não ter ainda escrita a sua intervenção, que seria, aliás, de muito curta duração.

O Presidente deu então a palavra ao Engenheiro Leonildo Vargas que fez a leitura da sua intervenção, a qual não mereceu qualquer objecção de fundo, tendo, no entanto, ficado presente que se deveria dar mais realce ao apoio e prestar às autoridades locais.

Seguidamente, o presidente deu a palavra ao, digo, o Presidente leu a parte final da sua intervenção. Após várias trocas de opiniões sobre o conteúdo desta última parte concordou-se em retirar a referência à regionalização da banca e, quanto à afectação da totalidade das receitas locais do Estado às despesas da Região, fazer clusão ao facto de o Estado dever continuar a participar financeiramente no desenvolvimento local, equilibrando o orçamento Regional. Concordou-se ainda em reformular a redacção dos últimos parágrafos por forma a proporcionar uma melhor compreensão do espírito da comunicação, no tocante à situação política interna.

Finalmente, o Presidente deu conhecimento à Junta de ideias geral do Comunicado do Ministério da Administração Interna referente aos princípios programáticos da FLA e respectiva existência de consulta à população açoriana sobre a questão de ir de

pendência do Arquipélago, comunicado esse que acabou de lhe ser lido pelo telefone. E nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão.

Setor Social Paulo Lyall
Antonio de Albuquerque Gileno Gans
José Pedro de Almeida
Desemb. Jovão do Vaz
José Adriano Borges de Cavallos
Henrique de Azevedo Almeida Rodrigues

ANEXO A ACTA Nº 2

ALOCUÇÃO DO PRESIDENTE

"A nossa vinda aqui enquadra-se no cumprimento da missão da Junta Regional de dar conhecimento público das actividades que vem desenvolvendo e dos problemas que enfrenta no âmbito das suas responsabilidades. Sabemos que a frequência destas sessões não está a servir as necessidades de uma pronta informação, e justada ao rápido evoluir da situação. A Junta vai, por este facto, criar um gabinete de Informação que possa dar resposta a este problema e afradice as sugestões que sobre esta matéria já têm sido feitas por alguns órgãos de informação. Hoje vamos dar conhecimento das principais actividades que têm sido desenvolvidas nos sectores de "Coordenação Económica e Finanças", "Agricultura, Pesca e Indústria" e de "Administração".

Local, Equipamento Social e Ambiente". No que se refere ao sector de "Cooperação Económica e Financeira", além de informações sobre o que tem sido realizado vemos procurar responder a uma questão muito importante, levantada nas colunas do "CORREIO DOS AÇÓRES". Um ilustre colaborador deste jornal chama a atenção para a urgente necessidade de os Açoreanos serem devidamente esclarecidos sobre se os Açores são ou não são financeiramente auto-suficientes. Trata-se, conforme esse colaborador assinala, de um assunto de transcendente importância face ao dilema da independência, que uma organização chama destino um fermentando entre os Açoreanos. A Junta vai proporcionar os elementos que tem disponíveis para uma análise financeira da situação dos Açores. Não considera que estes elementos esgotem o problema, mas há consciência plena da sua alta valia como base sólida para um estudo sério, não demagógico e para a devida ponderação da situação.

Gostaria de lembrar que não é apenas o aspecto financeiro o único que se pode considerar numa problemática independentista. Um estado independente, não pode subsistir como tal, com a devida dignidade, sem ter asseguradas as condições que lhe permitam realizar, por si, com pleno êxito, duas ordens de tarefas: — o bem estar, na ordem interna, e a defesa face ao exterior. Não cabe, no âmbito desta sessão de esclarecimento, tratar com profundidade de tão vasto assunto e definir, em termos de quantidade e qualidade, os valores indispensáveis para gerentirem, por si, o económico e a defesa dos interesses do Arquipélago, digo, das populações do

5

Arquipélago. Além dos valores materiais (dimensão populacional, territorial, técnica, financeira, de equipamento, etc., etc.) há valores morais, estes muito mais sensíveis e de influência decisiva nos problemas desta natureza. Esquecê-los é erro grave, e é correr o risco de desencadear convulsões incontroláveis que podem conduzir a situações desastrosas e irreversíveis". AQUI O PRESIDENTE DEU A PALAVRA AOS RESTANTES VOZOS, APÓS O QUE SE SEGUIU A PARTE FINAL DA SUA ALOCUÇÃO, QUE FOI A SEGUINTE:

" Não queremos encerrar esta sessão sem abordar mais alguns assuntos muito importantes, sendo o primeiro o da elaboração do Estatuto de Autonomia para a Região dos Açores. Tínhamos dito, em sessão anterior, que a Junta Regional aguardava a aprovação, na Assembleia Constituinte, das Bases da Autonomia das Regiões dos Açores e da Madeira, para, a partir delas, elaborar o Estatuto. Acontece, porém, que não está marcada uma data para aprovação das referidas bases e, por outro lado, o prazo estabelecido para que a Junta Regional apresente a proposta do Estatuto vai terminar em final do próximo mês. Nestas circunstâncias, vamos elaborar a proposta de Estatuto e apresentá-la à consideração do Governo. Para este efeito vamos trabalhar em ligação com os partidos políticos representativos do Arquipélago na Assembleia Constituinte, aos quais já pedimos e indicamos de elementos volútos para constituírem um grupo de trabalho que, na dependência directa da Junta Regional, promovam o estudo e a elaboração do Estatuto. Vamos apoiar-nos

mos também promover uma ampla escultação local, procurando assim
com a maior abertura possível, as entidades que nos possam a
queiram ajudar. Prevê-se a criação de um órgão legislativo
regional e de um órgão executivo com a estrutura adequada
ao nível do Arquipélago no âmbito de uma ampla autono-
mia político-administrativa. Os estudos e trabalhos realizados pelas
Junta Geral, na reunião que acabam de ter em Angra, podem ser
também já muito valiosos para efeito de estruturação dos diversos
serviços. No que se refere ao Orçamento este será feito para to-
da a Região já no próximo ano e incluirá, como receitas, to-
das as que são recolhidas no Arquipélago, dentro do princípio de
as fazer investir na região; continuando-se a cortar com subsí-
dios do Estado para cobrir as outras despesas necessárias.

Quero também referir-me à organização do Departamento de
Estudos e Planeamento Regional. A imprensa já deu notícias
da proposta que apresentei da nomeação do Sr. Dr. Cunha
de Oliveira para seu presidente. Contamos que em breve
este órgão de desenvolvimento regional possa iniciar os seus
trabalhos de maior importância para apoiar as decisões que
heja a tomar nos diversos sectores da administração. Entre
eles esta Junta considera de grande interesse o estudo de
criação de zonas ou portos francos nos Açores, por forma
a verificarmos se há benefícios ou não para a Região.

Devo ainda salientar o concurso que a Junta Regional está a receber do Sr. Dr. João Selgueiro. Num espírito aberto de franca colaboração o Dr. João Selgueiro aceitou ao nosso convite para nos dar apoio em trabalhos de planeamento e de reestruturação dos serviços regionais com vista à constituição do órgão de Governo regional. Este facto é de grande importância dada a capacidade técnica e a longa experiência do Sr. Dr. João Selgueiro nesta matéria, ao mais alto nível da administração pública do país. Parece-me necessário, neste momento, uma palavra em relação à situação política interna. Há, de facto, pessoas muito preocupadas com os acontecimentos que se têm verificado em várias cidades do Continente, o que é compreensível. No entanto, temos um governo democrático, não comunista, que vai governar de acordo com a vontade do povo. A vontade do povo vai afirmar-se neste governo. Vai impor-se às minorias que perturbam a tranquilidade, a ordem e o progresso. O povo sabe o que quer e não está mais disposto a suportar o peso e vexame de ditaduras, venham de que lado vierem. O povo somos nós todos, com a nossa dignidade de cidadãos, determinados a fazermos-nos respeitar uns aos outros na justiça dos deveres e dos direitos que nos assistem. Mas, neste aspecto tenho de fazer, também, infelizmente, alguns reparos ao que se passa entre nós aqui nos Açores. As liberdades democráticas têm sido algumas vezes ameaçadas e vio-

lidas. Ameaças físicas, em telefonemas e cartas anónimas, são tem-
bom viljezes. Tudo isto (leia) revela uma formação e propósito anti-demos-
cráticos. Eu apelo para os responsáveis dos partidos políticos e para
todos os governos, no sentido de fazerem o maior esforço para que
cesse de imediato este estado de coisas, em benefício de todos nós.
Só assim os partidos podem realizar-se e cumprir-se a consideração públi-
ca, como é indispensável que aconteça. Vamos ter confiança no futuro.
A tempestade que vai no horizonte passará ao lado se nós aqui conser-
vermos a serenidade e soubermos aguardar. Como Comandante-Chefe
das Forças Armadas dos Açores sinto-me muito honrado em poder
afirmar que os militares que servem nos Açores têm profunda compreensão
dos seus deveres civis na situação que atravessamos. Estemos prontos a
garantir, a qualquer preço, a manutenção da ordem e da tranquilidade
públicas, no respeito das leis que nos regem. Por último desejo transmi-
tir uma notícia de interesse sobre o estado do ensino universitário nos
Açores. Tive hoje comunicação telefónica do ministério da Educação,
no seguimento de diligências que temos em curso, de que vai ser criada
o Instituto Universitário dos Açores, comportando diversas faculta-
des. Estemos desde já a fazer todos os esforços para ver se é
possível abrir ainda no corrente ano lectivo duas Faculdades:
a de Contabilidade e Administração e a da Escola Normal Supe-
rior. Hoje mesmo, o Sr. Eng.º Goulart, vogal da Junta Regional,
e o Sr. Dr. José Enes, trabalharam com o Secretário de Estado do
Ensino Superior para estudarem os problemas de organização
dos cursos, dotações orçamentais, nomeação de professores e outros

que é necessário resolver. Espero que todos estes esforços frutifiquem e passem, como desejamos, permitir abrir as aulas ainda no corrente ano lectivo.

Notação do Sr. BORGES DE CARVALHO

"A Junta Regional ao entrar em funções deparou com uma situação económica em permanente deterioração, cujas características são as mesmas, embora em menor grau, das que se verificam a nível Nacional. Trata-se deparou com uma situação inflacionária agravada com uma crise de desemprego, que nalgumas ilhas atinge números um pouco alarmantes. Além destes aspectos há a acrescentar o clima de ceticismo que reina na região quanto à sua evolução política e económica. Para dar resposta a uma conjuntura com estas características torna-se necessário realizar todo um conjunto de investimentos quer privados quer públicos que vá não só aumentar o produto da região, manter o nível de emprego existente, como ainda criar novos postos de trabalho. Para atingir este objectivo, quer a Junta quer o Povo Açorense têm de mobilizar todos os seus esforços. No campo de investimento privado temos de encetar no sentido de a iniciativa privada retomar um bom ritmo de realizações. Objectivo este que só será atingido se na Região Açores se conseguir uma estabilidade política, social e económica de modo a facultar um clima de segurança necessária ao investimento privado. Demostremo-se referir-se que ao falar-se em investimento privado, (temos de encetar no sentido de a iniciativa privada retomar um bom ritmo de realizações. Objectivo este que só será), dito, está-se a prever

O investimento com Penção social que tem como objectivo a criação de uma sociedade justa e humanista. É exactamente para criar as condições de desenvolvimento e crescimento que os Açores necessitam, que a Junta Regional está empenhada, e para isso conta com o apoio do povo Açoriano na conquista para a região de uma verdadeira, real e ampla autonomia que possibilite a criação de todas as condições de estabilidade que há pouco enunciei. Esta Autonomia tem que permitir o trabalho do povo Açoriano, através dum processo democrático com os diversos órgãos Regionais, ser ele a decidir e determinar como e qual o seu processo de desenvolvimento político, social e económico, e não estar sujeito a vicissitudes para as quais não contribuiu e que acabam por ser altamente nefastas à Região. No concernente ao Investimento Público, algo de semelhante existia, por a Junta Regional deparar com uma situação, por parte das autarquias locais que se pode considerar de caótica. Estas não tinham meios para arrear com os investimentos, digo, empreendimentos previstos, nem para dar continuidade aos em execução, muito menos iniciar novas realizações e até nêluns casos a situação era tão grave que nem meios para satisfazer os encargos com o pessoal existiam. Assim e em íntima colaboração com o departamento da Junta Regional responsável pela Administração Local dotou-se esses organismos com meios necessários para corresponderem a uma série de necessidades. Concretamente para os Cãmara Municipais foram-lhe cêfones distribuídos 52.962 cortos. Esta verba torna-se mais relevante na sua dimensão se se achemos, compe-

8

relativamente com os subsídios e compensações que as Câmaras Municipais têm vindo a receber até então. Poderemos portanto afirmar que durante 1973 a 1974 as Câmaras Municipais receberam subsídios e compensações do Estado no montante de, aproximadamente, 50 000 contos, verba esta inferior ao montante que por intermédio da Junta Regional foi distribuída no espaço de um mês. Como critério de distribuição teve-se em conta as populações que até então foram mais votadas no espcimento e como tal apresentavam necessidades muito mais prementes. Neste momento podemos afirmar que a maior parte das autarquias estão aptas a actuar em plena capacidade até ao fim do ano. No entanto esta Junta pensa, no corrente ano, dotar as autarquias com mais 37 000 contos. Resta salienter que o valor dos empreendimentos postos em marcha pelas autarquias ultrapassa em muito o montante até então enunciado. Pode-se perguntar como? É necessário ter em conta que estas verbas não são utilizadas para substituir as responsabilidades que o Estado tem na execução do plano de obras, mas sim, fundamentalmente para subsidiar a parcela dos encargos que, em princípio caberiam às Autarquias, continuando estas na maioria dos casos a receber as devidas participações do Estado, que estão prometidas e que só não as recebem porque não têm a sua parte para arrancar com as realizações. Temos que salienter que estas medidas só se justificam numa situação enómela como a que enfrentamos, porque em nossa entender toda a política financeira respeitante às Autarquias

Locais têm que ser objecto duma profunda reforma no sentido de dotar os diferentes organismos de receitas próprias de modo a sustentarem todas as suas despesas, visto só assim ser possível uma verdadeira descentralização e democracia, para que sejam as Autarquias locais a decidirem, em liberdade e responsabilidade, conjuntamente com os seus munícipes de como, quando e que utilização a dar aos seus recursos. Além destes subsídios destinados às Autarquias, a Junta Regional já atribuiu às Juntas locais para a aquisição de equipamento e execução de obras, um montante de 20 682 contos. Mas como é evidente o âmbito deste departamento não se limita aos aspectos financeiros. Assim, tem a sua responsabilidade todo o resto do campo económico e financeiro. Dos assuntos mais importantes que temos entre mãos podemos fazer os seguintes: Como todos sabem está-se a proceder, a nível nacional, à reestruturação da Indústria Sefuradora. Por seu turno as Sefuradoras que exercem a sua actividade na nossa região encetaram um processo que as leva à sua reestruturação na região. Processo esse que está em andamento e tem o total apoio desta Junta e que, uma vez realizada terá óptimas perspectivas de desenvolvimento da Indústria Sefuradora na Região. Uma outra actividade que tem recebido a nossa atenção é a Banca, que terá de ser objecto de estudo em ordem à sua reestruturação a nível da Região de molde a adaptar-se a esta e colocar-se inteiramente ao serviço de toda a população Açorense. Para o efeito conta-se com uma ampla participação

9

do Secretariado Regional da Banca, Bancários e População em geral. Em seguida abordaremos um assunto que merece a maior reflexão por parte do povo Açoreano devido às suas implicações. Como já foi anunciado, a Junta Regional através deste Gabinete tem estado a recolher dados com vista à elaboração de um estudo sobre a situação das Finanças Públicas nos Açores. Todavia, como não conhecemos nenhum estudo deste tipo a nível de Região, e nessa tentativa terá de ser rodeada das maiores cautelas que pela inexistência na Região de estruturas eficientes que nos possibilite um eficaz apoio, quer pela complexidade e delicadeza do objecto em análise. Embora o trabalho não esteja completo e portanto não possamos formar conclusões definitivas, achamos oportuno dar às pessoas alguns números que já se obtiveram com a intenção de as familiarizar com estas grandezas e isto por desejarmos ser o mais transparentes possível e por a maior parte da população não fazer ideia de ordem de grandezas de certos valores. Assim ao estudar as finanças Públicas vamos analisar o fenómeno respeitante às Receitas e despesas do Estado na Região. Iremos fazer o quadro de análise dinâmica do fenómeno tendo como ano base o de 1974. Quanto ao passado, isto é, recuando no tempo, encontraremos uma situação em que as receitas totais arrecadadas na região o que se dirigem para o Estado sob a forma de impostos e outras receitas eram superiores às despesas que o próprio Estado efectuava nela própria, ou seja, estaríamos perante uma Região superavitária, que por consequência contribuiu para o total Nacional. Continu

de esta situação veio a deteriorar-se gradualmente e, assim, em 1973 já nos apresentava um quadro totalmente diferente. Neste ano as receitas arrecadadas na região e que se dirigiram para o Estado apenas cobriam aproximadamente 74% das despesas efectuadas pelo Estado nos Açores. Situação esta que, a nível distrital, apresenta um aspecto totalmente diferente, porquanto Ponta Delgada ainda mantinha um saldo positivo, sendo necessário, no entanto, tendo em conta um certo empolamento originado por receitas cobradas através da Alfândega de Ponta Delgada e que dizem respeito aos três distritos. Nos casos de Angra e Horta as receitas cobradas a favor do Estado cobriam apenas aproximadamente 26% e 27% respectivamente das despesas efectuadas pelo Estado nesses distritos. Quanto à situação actual apenas nos podemos referir a 1974, uma vez que não conhecemos os valores definitivos para 1975. Durante o ano passado foi cobrado na Região dos Açores sob a forma de impostos, contribuições e outras receitas a quantia de 529 000 contos dos quais aproximadamente 233 000 contos ficaram na Região quer como receitas das Juntas Senhoriais quer através de outros organismos por intermédio da tabela 11/57 e os restantes 296 000 contos destinaram-se ao Estado. Por seu turno o Estado, através das suas despesas orçamentais, efectivas despendeu na Região cerca de 276 000 contos. Portanto as receitas arrecadadas pelo Estado foram inferiores às despesas efectuadas em cerca de 380 000 contos, isto é, as receitas apenas cobriam 44% das despesas. Convém referir que

O Distrito de Ponta Delgada em 1974, também começou a ter deficit. Mas concretamente o Estado arrecadou em Ponta Delgada 245.000 contos e despendeu 299.000; em Angra arrecadou 35.000 contos e despendeu 248.000 e por último no Horta a relação foi de 16.000 contos para 129.000 contos. Podemos assim observar que as despesas efectuadas pelo Estado nos Açores tem evoluído a um ritmo de crescimento muito superior às receitas que se tiram para o mesmo Estado cobradas localmente (para esse acatuar de desequilíbrio muito sem contribuído os melhores de vencimento ocorridos em todos os graus do Funcionalismo). Assim, enquanto as receitas destinadas ao Estado, de 1973 para 1974 passaram de 280.000 contos para 296.000 contos, aumento de cerca de 6%, as despesas do Estado passaram de 378.000 contos para 676.000 contos, aumento de aproximadamente, 79%. Perante esta conjuntura, é de prever que para 1975, e já temos alguns dados que reforçam esta previsão, este desequilíbrio se continuará cada vez mais, dado que as receitas praticamente estagnaram e as despesas do Estado aumentarem substancialmente, com maior relevo para os distritos de Angra e Horta. Devemos então que, nos números relacionados com as despesas efectuadas pelo Estado na Região não estão incluídos os encargos com o Exército, Marinha e Força Aérea. Acabamos de dar uma panorâmica breve de uma situação que de facto enfrentamos, mas sobre a qual há algo a dizer. Como foi dito, analisamos a relação entre as receitas das entidades pelo Estado nos Açores e as despesas efectuadas pelo

mesmo Estado, excluindo-se de carácter múltiplo e, como objectivos, não se tem um equilíbrio desequilíbrio. Quanto às relações Estado-População, quer dentro dos Açores a nível de cada distrito, com uma tendência vertiginosa para aumentar. É esta a situação real que pode levar a algumas conclusões pessimistas que achamos precipitadas, mas concluímos que é uma situação que obriga a muita reflexão. Dentro dos primeiros pontos de reflexão achamos que a situação deve ser encarada sob dois prismas, por um lado impõem-se certas reformas e por outro há que ter em conta uma série de receitas da Região que não foram computadas por serem arrecadadas directamente no Continente. Assim, existe um conjunto de receitas cobradas pelo Estado no Continente e que dizem respeito a actividades e serviços que se desenvolvem nos Açores, ou a produtos que se destinem ao consumo local e cuja receita criada no espaço económico açoreano, têm de ser destinadas para fazer face às nossas despesas. Neste sentido temos estado a indagar, com a atenção e seriedade que o complexo problema exige, dos valores das verbas que obedecem a tais condições. Alguns afirmam-se bastante aleatórios enquanto outros aparecem com um apontamento satisfatório. Neste momento só podemos referir alguns casos. Por exemplo, temos o caso das gasolinas em que o Estado para além da receita computada localmente também arrecada no Continente a quantia de, seguramente, 52 000 contos sobre as gasolinas que se destinem ao consumo nos Açores. Esta verba refere-se ao ano de 1974. Outro caso flagrantemente diz respeito às receitas resultantes da aplicação do

a conta
des conta
dos lei
de vit
exuel
verific
se col
norte
rios
adue
velo
de
sil
se
se
e
e

acordo entre os governos Americano e Português sobre o transporte das cargas destinadas ao Estabelecimento Americano da Base Militar das Lajes, desembarcadas de navios estrangeiros no porto da Praia de Vitória, cujo montante dessas receitas cifra-se numa média anual de 9500 contos (cote-se a tendência decrescente que se vem verificando). Quanto ao imposto de transação, para além da parte cobrada na Refinã sobre algumas mercadorias vindas do Continente e produzidas localmente, temos um conjunto de mercadorias que nos chega já com tributação aplicada. Apesar do nosso cálculo actual ser aleatório podemos computer a volta de 70000 contos o valor das receitas adquiridas pelo Estado no Continente por conta deste imposto. Assim expusemos uma perorâmica de parte do estudo que estamos efectuando, que, como fizemos ao longo desta exposição, não se encontra cobrado e como tal, está aberto a quem fundamentalmente o possa enriquecer, pois trata-se dum precioso elemento de análise das possibilidades de evolução da Região.

ALOCUÇÃO DO VOGAL ENGENHEIRO LEONILDO VARGAS

A Junta Regional dos Açores, após a sua posse, não possuía quaisquer elementos que lhe permitissem fazer uma ideia perel das cerências mais urgentes para os diversos Concelhos do Arquipélago. Estava esta Junta Regional dotada de uma verba a distribuir pelas sub-regiões locais, mas para uma divisão proporcional às cerências, tornava-se necessário conhecer o nível de desenvolvimento de cada Concelho, para que os mais subdesenvolvidos fossem de facto os que mais necessitavam. Assim, este vo

que iniciou em 2 de Setembro uma visita por todo o Arquipélago que terminou no dia 28 de Setembro com a ida à ilha de Santa Maria. Passa pois concluir que a causa para que existem condados que têm quase tudo e outros que não têm praticamente nada, deve-se:

- 1.º Ao facto, dito, fraco poder de realização de determinadas Câmaras.
- 2.º Ao sistema de comparticipação adoptado pelo Estado, em que a percentagem é baixa e que refugia das Câmaras um certo fundo para iniciar os trabalhos. Isto é, os obras não se iniciam porque não havia verba disponível na Câmara e por outro lado o Estado não dava a comparticipação porque os trabalhos não estavam iniciados. Para solucionar este problema, a Junta Regional subsidiou com a parte que competia às Câmaras muitos destes empreendimentos, sendo os subsídios entregues imediatamente e tendo como prioritários os obras que se relacionavam com abastecimentos domiciliários de água, redes de energia eléctrica, estradas e caminhos. Torna pois a referir que a Junta Regional considera como prioritários os projectos de abastecimentos de água, redes eléctricas, estradas e caminhos e só depois serão atendidos pedidos que agora se considerem secundários. Foi atendendo a este critério, que a Junta Regional fez a distribuição de verbas já referidas pelo voto da Coordenação Económica e Finanças. Para resolver as dificuldades com que lutam certas Câmaras, tanto técnicas como financeiras, está a Junta Regional na disposição de criar em cada ilha Senhores Responsáveis que sejam responsáveis por todas as execuções, reparações e conservaçãoes. Sente-se a necessidade de que à frente das Comissões Adm.

trativa
tives e
que fo
para s
locos
todas
desse
popul
Alc
Em
mim
des
co
fo
t
p
p

tativas estejam pessoas que, ao mesmo tempo que sejam representa-
tivas da maioria populacional do Concelho, ofereçam condições
que permitam dar expressão aos anseios desta Junta. Aguarda-se
pois que a nível nacional sejam feitas eleições para as autarquias
locais, e por isso está a Junta Regional na disposição de manter
todas as Comissões Administrativas que queiram colaborar com ela no
desenvolvimento dos Açores e na melhoria de condições para toda a
população.

Alocução do vocal DR. MACHO CORREIA

Em relação ao sector que me está confiado e em seguimento ao que por
mim foi aqui dito na semana passada, informarei que os resultados
das reuniões efectuadas em Angra do Heroísmo nos dias 8, 9 e 10 do
corrente, às quais assistiram e colaboraram todos os Presidentes, che-
fes de Serviços e outros funcionários das Juntas Gerais dos três Distri-
tos Acorianos foram em meu entender muito positivos não só
pelo perfeito entendimento verificado entre todos os intervenientes, como
pela ajuda que pode vir a prestar aos trabalhos a realizar pelo
Departamento de Estudos de Planeamento da Região. Ainda e
segundo informações prestadas pelo Sr. Comendante Brito e Abreu, no
que respeita ao "problema das águas territoriais dos Açores" e muito
embora este assunto deva ser apresentado publicamente, com mais deta-
lhes, em data oportuna, prestarei o seguinte esclarecimento: Um -
A soberania dos Estados sibeirinhos sobre as águas adjacentes ao seu
território assume duas formas distintas, de acordo com os modernos
conceitos do Direito Internacional Marítimo. São elas: - Omer

territorial - Constituído por, digo, por uma faixa de água adjacente à costa, de largura relativamente estreita e sobre a qual a soberania do Estado é, salvo pequenas excepções, idêntica à que exerce sobre a terra firme. - Uma zona económica exclusiva - Adjacente ao mar territorial e em relação à qual é reconhecido ao Estado ribeirinho o exclusivo de determinadas actividades económicas, como por exemplo certos tipos de pesca e a exploração dos recursos do fundo do mar e subsolo. Dois - Os princípios que regem as relações entre Estados, no campo marítimo, são definidos em conferências internacionais e reconhecidos mutuamente através de Convenções. Está actualmente em funcionamento uma dessas conferências - a Conferência Internacional de Direito do Mar - cujos trabalhos só deverão estar concluídos em 1976. No entanto, está já virtualmente acordada a fixação em 12 milhas da largura máxima do mar territorial e a criação de uma zona económica exclusiva de 200 milhas. Três - no momento actual, a largura do mar territorial de Portugal é de 6 milhas. No entanto, para o caso específico da pesca, há uma lei que estabelece uma zona de exclusivo de pesca com a largura de 12 milhas. Como signatário da Convenção de Genebra de 1958 sobre o mar territorial, Portugal não poderá alargar o seu mar territorial para além do limite máximo de 12 milhas. Actualmente, qualquer medida que procedesse ao alargamento do mar territorial até 12 milhas, não só suscitaria os habituais protestos de certos países, como seria redundante quanto à protecção dos interesses de pesca, visto já estar estabelecida, como se disse,

uma
total
necesse
representa
do m
placido
Con
ni a
act
e im
soma
rele
de
de
des
tom
alm
do
-
o
r
c
f
s
c

uma zona de exclusivo até às 12 milhas. Outro - Entretanto, Portugal encontra-se representado na mencionada Conferência Internacional de Direito do Mar, sendo preocupação fundamental da representação portuguesa conseguir o reconhecimento internacional do máximo de benefícios para os Arquipélagos dos Açores e da Madeira. Do que de concreto se for obtendo, será dado público conhecimento. Na comunicação, feita no passado dia 7, referi entre os vários aspectos tratados, ter sido reconhecido que as actividades dos Grêmios da Lavoureira são absolutamente válidas e imprescindíveis para apoio ao sector, pelo que se tornava necessário definir quanto antes a situação destes Organismos e, no referente aos existentes nos Açores, impunha-se reestruturá-los de acordo com as realidades da região. Para esclarecimento de algumas pessoas menos conhecedoras das funções desempenhadas pelos mesmos, devo acrescentar que além de não haver, certamente, a pretensão de que lhes seja rigorosamente mantido o actual alvará, dize, actual nome, são consideradas válidas as actividades dos referidos Grêmios da Lavoureira pelas razões seguintes: Primeiro - Além do apoio moral que a Organização presta aos agricultores, embora relativo, intervém também no aspecto económico, tanto nos produtos destinados a fomento e produção como, ainda, na colocação de alguns deles. Segundo - A par disto, concede créditos, principalmente em elementos destinados a fomentar a produção, pagamento após a colheita, colocação e recebimento dos produtos. Terceiro - Isto não significa que tivesse feito uma concorrência altamente

desempenhadas do comércio, pois exercia as funções coordenadora, na maioria dos casos, permitindo assim que a actividade comercial continuasse a desempenhar a sua importante tarefa. Contudo, se se fizer a sua pura e simples extinção, não haverá um Organismo apto a exercer a coordenação necessária, como já se verificou devido à perda de prazo do Grémio deste Distrito de Ponta Delgada. Quarto - Em apoio destas afirmações e além da opinião manifestada por todas as forças pela maioria da Lavra Açoreana, a própria Comissão Coordenadora para a extinção dos Grémios da Lavra e suas Federações, criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 482/74, de 25 de Setembro afirmou, em documento elaborado antes de ter terminado o prazo fixado para a extinção destes Organismos (31-12-74), que os mesmos deveriam prosseguir as suas actividades normais, dada a importância das funções económicas que desempenham. Quinto - Além do referido, não será demais salientar que o Grémio da Lavra de Ponta Delgada ainda procede à distribuição de milho em todo o Distrito, com prejuízo, isto para continuar a prestar um serviço à população e em virtude do Instituto dos Cereais não ter possibilidades de o fazer, por falta de estruturas, como afirmou muito recentemente. E se tal serviço é mantido, é precisamente para não perturbar a vida da população rural e porque não há outra entidade que faça. Sexto - Acresce ainda a efectivação de muitos outros trabalhos, inclusive de apoio aos serviços do Estado e que é desnecessário referir em pormenor, mas os quais em muito facilitam a actual conjuntura.

4. Entrevista

Excertos da entrevista ao general Altino de Magalhães, realizada em janeiro de 2012

- O general Altino de Magalhães durante o tempo que esteve nos Açores como comandante chefe das Forças Armadas e depois como presidente da Junta Regional, combateu a independência?

A.M.- Eu sou contra a independência. Não se trata de tolher um direito, que se queira negar a quem queira ser independente. Todos têm o direito de ser independentes. Agora tem de ser com paz e com toda a abertura. Impor é que não. Isso é que não há direito. Temos que entender os Açores no todo nacional. Se querem ser independentes que sejam, não há nada a fazer, mas que essa expressão seja exercida de modo a que todos tenham liberdade de participar no ato, não é atirar carros como aconteceu, enfim rebentar com carros etc, etc. Não há nada que me convença do benefício do separatismo. Foi isso que quis evitar que se concretizasse e se materializasse na autonomia.

- O Sr. general reconhece a independência como um direito legítimo mas que não pode ser imposto. Nos anos de 1974-75, nos Açores, como é que encarou a situação?

A. M. – A força que queria levar à independência, que era a FLA, era injusta, não podia ser aceite, não podia ser aceite.

- Do seu ponto de vista, o que é que estava na génese do movimento independentista?

A.M. - Olhe eu se aceito que a independência é um direito, tenho que estar preparado para que seja livremente dito que sim. Enquanto não o for, não podemos dizer que é desejada por todos. Não podemos avaliar por uma lata de tinta ou pelas bombas. Nessa altura, as raízes da independência vejo, muitas vezes, que havia uma raiva, contra os impostos que foram cobrados, mas não há um nacionalismo por parte dos açorianos.

- Antes da criação da Junta Regional, a manifestação do 6 de junho foi um momento de grande tensão. O Sr. condicionou a ida de Borges Coutinho à varanda e a respetiva demissão do Governador?

A. M. - Eu disse-lhe que sim, eu disse-lhe para ir. O que acontece é que na véspera dessa manifestação da lavoura (eu tinha informação dos meus militares que o Borges Coutinho não era muito estimado) perguntei se ele precisava de algum tipo de apoio

para a sua segurança pessoal. Ele disse que não. Já com a manifestação a decorrer, eu telefonei-lhe e perguntei-lhe se ele queria que eu fosse ao Governo Civil. Ele disse-me que sim. Fui no meu carro e subi ao primeiro andar. Ele estava reunido com alguns amigos, pressuponho que alguns separatistas. Eu disse-lhe: Sr. governador eu vou ali à varanda, digo se o recado que querem dar é o das reivindicações, então está dado e que eu me coloco ao lado deles para que seja cumprido. Deram-me o megafone e falei às massas.

- Falou de improviso?

A. M. - Sim. Quando cheguei à varanda disse mais ou menos isto: Sabemos que as vossas reivindicações são estas, então o recado está dado, vamos dispersar porque eu comprometo-me para ajudar a resolver as vossas reivindicações. Entretanto diziam independência, independência. E aí disse: sou general do exército português. Jurei defender a integridade da minha pátria não posso ouvir uma coisa dessas, pedida desta maneira. Mas diziam também o governador que vá embora. Vim para dentro e disse ao governador o que estavam a dizer e ele então foi à varanda e demitiu-se. Depois disso desci. Fui a pé para o quartel-general. As pessoas vitoriavam-me.

- Ficou a ideia de que o senhor teria, de certa forma, contribuído para a demissão de Borges Coutinho

A. M. - Quando regresssei da janela, disse ao Borges Coutinho: “ agora você nesta matéria é que tem que decidir.” “Então demito-me”, disse ele, e foi à janela e demitiu-se. Não vejo nisto qualquer conselho para ele se demitir. Agora foi interpretado assim. Já me têm perguntado se eu o pressionei. Parece-me que ele, numas declarações que fez, disse isso, mas é a opinião dele. O que fiz foi transmitir o que se tinha passado.

(...) Foram ocupar o aeroporto, os correios, foram ao Emissor Regional. É o Sá Vaz da Horta que me dá conta de que se estava a incitar à revolta. Em face disto eu disse não. Vamos abrir os correios, o aeroporto e o Emissor. E assim foi. Quando fomos analisar o que se tinha passado, percebi que tinha ficado na rua uma nota de força, mas tinha que mostrar que a força era minha. Então nessa noite eu disse que alguns tinham que ser detidos para averiguações.

- Com quem é que toma esta decisão, com os seus subordinados?

A. M. - Sim. Eu disse-lhes, eu não vou aceitar, se alguém acha que estou enganado diga, se não disseram nada, se alguém não aceitar e eu achar que sim, é na mesma. É essa a nossa forma de comandar. No dia seguinte à manifestação recebo um telefonema. Alguém diz-me: “sei que você quer saber quem são. Vou-lhe dizer mas você vem

sozinho no seu carro.” Agora aqui é que tenho sido acicatado para dizer quem foi. Não sei! Foi um telefone anónimo, não conhecia a voz. Ele deu-me os nomes e eu é que tomei nota, até papel me deu. Fomos na estrada a caminho dos Mosteiros. Não me quis dar o papel que tinha na sua mão. Ele disse não, este aqui tem a minha letra e eu percebi.

E quem era esta pessoa?

A. M. – Não sei. Foi a pessoa que me telefonou anonimamente. Não sei quem era. Ele queria ficar anónimo.

- E ficou anónimo?

A. M. - Sim. Então tratamos de os identificar, estabelecer um plano para correr a casa deles, trazê-los, metê-los no patrulha e mandar para a Terceira.

- O Sr. confiou num anónimo para deter estas pessoas?

A. M. - Foi, foi um risco que eu corri.

- O que é que pretendiam provar?

A. M. - Provar por que é que queriam a independência, se gritaram a independência e por que razão.

- Foram presas 31 pessoas, a maioria de S. Miguel mas também terceirenses.

A. M. - Quando ele já me tinha dado 5 ou 6 nomes, disse-me pronto já chega, e eu disse não. Se tem mais algum de lembrança diga-me por que prender um era nomear um herói, mas 30, já não existem 30 heróis. (...) Tudo quanto ele me disse eu tomei nota.

- Este homem, que continua anónimo, era um nacionalista?

A. M. - Não tenho dúvidas. Se ele, sabendo que eu queria saber quem eram, mos diz é porque não era deles. Tenho sido muitas vezes aliciado para dizer quem é esse homem, mas a verdade é que não sei e mesmo que soubesse não dizia.

- Este foi efetivamente o momento mais tenso?

A. M. - Foi e digo-lhe, tive horas muito amargas na minha vida derivadas da guerra do ultramar. Estas foram as mais amargas porque não gostaria que tivessem existido, mas mandaram-me para lá, estou no terreno, tenho responsabilidades, assumo. Perguntam-me assim: “se voltasse atrás faria o mesmo?” Tenho que reconhecer tanto peso naquilo que fiz que penso que estive correto. Não podia deixar o caso em aberto.

- Está a referir-se às detenções?

A. M. - Sim. Não era em termos de incriminar ninguém, mas de averiguar. A parte criminosa que aqui está é do incitamento

- Apesar de ter estado num dos teatros de guerra, em Angola, considera que viveu horas mais dramáticas nos Açores?

A. M. - Sim. Em Angola jogamos à pancada, era dar a vida pela vida. Nos Açores o tal poder que queria que me fosse reconhecido não usava, em Angola usava-o todo e mais algum. Nos Açores não queria usar esse poder, de forma nenhuma! Foi o que disse à Natália Correia: “se têm gatilhos que os não puxem porque senão puxam eles, puxamos nós do lado de cá e isso será muito complicado.”

- A situação depois alterou-se, passou a presidir à Junta Regional, mas naquele momento não tinha competência para se envolver em determinados assuntos, nomeadamente nas reivindicações feitas no 6 de junho

A. M. - Não pretendia decidir mas apoiar na reivindicação junto de quem tinha que decidir, negociar com autoridades militares e civis. Quem mandava era o MFA, abusiva e “asneiramente”, e eu podia influenciar as autoridades que mandavam na matéria. Era nitidamente uma magistratura de influência.

- O Sr. general tem noção de que a Junta lidou com separatistas?

A. M. - Não, nós éramos inimigos do separatismo. Não sei se haveria alguma tendência entre os seis vogais que éramos. Nunca foi manifestada em concreto na Junta. Nunca!

- A declaração que a Junta faz a 15 de novembro é pró independência

A. M. - Eu faço a declaração: “se vier um governo de cariz comunista para Lisboa, eu não obedeco.” Não gostaram e foram queixar-se ao Costa Gomes que me perguntou: “o que é que você está para aí a dizer”, e eu disse: “aquilo que eu entendo que é preciso que se diga.” Disse-me ele: “então você vem cá dizer isto ao Conselho da Revolução.” Eu disse: “já percebi, vocês querem-me tirar daqui. Não vale a pena este artifício. Mandem-me dizer que eu vou-me embora.”

- E chegou a reunir com o Conselho de Revolução?

A. M. - Foi nesse dia que o Jaime Neves se impôs à noite

- Após essa declaração da Junta há uma manifestação de apoio à Junta Governativa, mas alguns separatistas tentaram fazer com que da manifestação saísse uma efetiva declaração de independência. Na altura, teve a percepção de que, a declaração feita pela Junta, poderia também animar os seoaratismo?

A. M. - Tive. Mandei por uma força de militares no Palácio da Conceição para nossa segurança, (dos membros da junta Regional). Essa manifestação aqueceu os motores mas era no sentido de, apoiando a Junta, obrigava-nos a perfilhar uma ideia de independência. Então para evitar que viesse uma declaração para fora deste género,

mandei vir os militares e eu tinha umas granadas de mão de fumo para o caso de ser necessário conter os manifestantes. Foram à bandeira nacional que estava içada no Palácio da Conceição e retiraram-na. O Silva Reis foi lá com os soldados para colocar a bandeira como devia ser mas a bandeira da FLA ficou lá em cima, não havia maneira de a desembaraçar. Então um soldado subiu pelo mastro e foi lá acima retirar a bandeira da FLA.

- No interior do edifício, não chegaram a entrar?

A. M. - Não as portas foram barradas e para defesa foram lançadas granadas de gases. Bom, mas depois de dispersada a manifestação, eu em vez de ir para casa fui ao quartel general, mandei formar a tropa e disse: “louvo a vossa calma para mantermos a ordem.”

- A declaração da Junta fez abalar o equilíbrio militar?

A. M. - A declaração foi válida para por na ordem. Tem peso na solução encontrada. Abreviou a conciliação. A esquerda comunista foi derrotada. O Melo Antunes também era militar do Grupo dos 9 que era contra isto, foi da facção vencedora do 25 de novembro. Pode não ter tido uma influência decisiva naquilo que se jogou no 25 de novembro. A declaração não era conhecida do país. Tínhamos por bem a declaração que fizemos. Depois, que acabaram as fantasias de esquerdas, ah isso acabaram.

- O que vos motivou a fazer a declaração?

A. M. - Era a cortina de ferro que ia para os Açores. Era uma exploração no terreno, nos Açores, do separatismo que diziam “estão a ver está aí o comunismo, e nós, o que é que nós somos.” Esta declaração foi muito apontada para isto.

- E se o 25 de novembro não se dá e o governo vira mais à esquerda?

A. M. - Eu não obedecia. Sabia que tínhamos dinheiro na Caixa Geral de Depósitos para viver. Havíamos de influenciar a partir dos Açores. Não digo em termos semelhantes de D. Pedro IV. Não tínhamos esta pretensão nem nos parecia que fosse possível. Agora que uma posição nossa pudesse proporcionar que a partir daí fôssemos derrotar os comunistas, aí acredito que sim, pelo menos pela parte militar.

- Estava consciente de que os dois cenários eram possíveis?

A. M. - Sim, sim. De certeza que havendo aqui comunistas, os separatistas lá eram um trunfo forte para apanhar a simpatia de todos os açorianos. Até essa altura, para mim, o separatismo era uma coisa que era de uns senhores, as pessoas não aderiam, e aí os meus soldados estavam contra os separatistas.

- Se o comunismo tomasse conta do país, os açorianos tornar-se-iam fiéis ao separatismo?

A. M. - Não iam ficar no todo nacional comunista.

- Os Açores seriam um reduto?

A. M. - Seriam, seriam. Não ia partilhar o separatismo, mas ia reforçar o separatismo. Lá nos Açores não faziam cerimónia, mesmo gente com responsabilidade que dizia: “somos portugueses mas se vem aí o comunismo, não somos”. E eu aceitava. Eu também sou português mas comunista não iria ser.

- O separatismo foi um instrumento utilizado por várias forças, inclusive pelos militares, para alcançar determinados objetivos?

A. M. - Os militares não eram separatistas. Bom, tudo não passa de um julgamento, mas penso que havia militares que estavam a ser aliciados para serem generais nos Açores, isso havia.

- O Sr. foi um dos anfitriões da visita do embaixador Frank Carlucci aos Açores.

A. M. - Ele estava a cuidar dos interesses americanos na matéria. E que estaria pronto a apoiar – no tal caso de um governo nitidamente contra a América – aí ele estaria pronto a apoiar os Açores para uma independência. Disso não tenhamos dúvidas. De maneira que era tudo isso que eu sabia que estava em causa e queria combater dizendo: “não aceito um governo desses, eu em nome da Junta, não aceito uma autoridade dessas.” Ele esteve com a cônsul. Quis ir ver também a base americana da Terceira. Em termos daquilo que eu percebi, ele vinha orientado para observar o ambiente separatista. Da minha parte, ele levou principalmente a minha relação com os açorianos e viu que eu era estimado, o que me sensibiliza muito.

Eu não podia ser Ministro da República, como alguns pretendiam. Eu tinha que me vir embora porque já tinha arranjado uma ligação tão grande com os problemas dos Açores que não podia continuar depois da implantação do Governo.

- Sentia que estava demasiado envolvido nos problemas dos Açores?

A. M. - É isso mesmo.